

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**PREPARAR PARA CERCAR  
AS OPERAÇÕES DE ASSÉDIO  
NAS GUERRAS FERNANDINAS  
(1369-1383)**

Nuno Rafael Sampaio Morais

Tese orientada pelo Professor Doutor José Varandas,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História

2022

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. A GUERRA DE CERCO	11
PREPARATIVOS PARA O ATAQUE E PARA A DEFESA	29
CERCAR	36
3. AS GUERRAS FERNANDINAS	50
4. OS CERCOS NO REINADO DE D. FERNANDO	59
CONCLUSÕES	92
FONTE E BIBLIOGRAFIA	100

# AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, e a sua redação, necessitaram do apoio de diversas pessoas, pelo que aqui quero apresentar os meus agradecimentos a quem dedicou o seu tempo e esforço para tornar esta dissertação possível.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor José Varandas, pela sua disponibilidade na orientação. Um grande obrigado pelo seu apoio incansável e pelas suas correções que muito me ensinaram sobre como redigir um trabalho de qualidade.

Estendo os meus agradecimentos aos professores dos seminários do mestrado em História na Faculdade de Letras, e que foram essenciais para definir a temática a abordar nesta dissertação, através das suas sugestões de trabalhos e pelo seu conhecimento vasto sobre a história de Portugal.

Por fim, também agradeço à minha família pelo seu apoio, e à Margarida pelas suas extensas revisões ao longo da elaboração deste trabalho.

# RESUMO

Esta dissertação tem como tema principal o estudo sobre a preparação para os cercos que teriam de ser efetuados pelos sitiantes e defendidos pelos sitiados. Para isso serão tratados os cercos descritos na *Crónica de D. Fernando* durante o período das Guerras Fernandinas (1369-1383).

A guerra de cerco naqueles tempos tem sido um tema intensivamente estudado, mas existe a necessidade, ainda, de expandir mais estes estudos para focar fatores específicos dentro da realização dos cercos. A preparação para o ataque a cidades e fortalezas medievais, ou a da sua defesa, parece-me ser um dos temas que merece mais aprofundamento.

Como fonte principal será utilizada uma narrativa medieval, a *Crónica de D. Fernando*, da autoria de Fernão Lopes. Nela o cronista aborda aquele seu reinado realçando vários episódios, incluindo aspetos militares, e será através da sua análise, em conjunto com uma bibliografia geral e especializada que se procurará explicar e identificar os vários processos da preparação para a guerra de cerco.

A noção da necessidade de efetuar a preparação necessária para as operações de cerco parece estar bem evidenciada nos conflitos que Fernão Lopes descreve naquela obra. A ausência da realização de uma preparação rigorosa apresenta-se como um fator que resultará em derrotas para os dois oponentes, realçando a sua importância dentro do contexto em estudo e em termos da guerra de cerco na Idade Média.

## **Palavras-chave:**

Guerra, Cercos, Preparação, Portugal, Lisboa

# ABSTRACT

This thesis will address the preparation for medieval sieges that would have to be carried out by the besieged and by the besiegers to achieve victory in these operations. To achieve this purpose, I shall analyze the sieges that occurred during the “Guerras Fernandinas” (1369-1383) which are present in the Portuguese king D. Fernando’s I chronicle.

Siege Warfare in this period will have been an intensively studied topic, but there is still a need to expand these studies to focus on specific factors within the realization of sieges. The preparation for the attack of cities and medieval fortresses, or the defense of such locations are topics which seem to me like they require further study.

The main source will be medieval Portuguese narrative, the chronicle of D. Fernando, written by Fernão Lopes. The chronicler addresses several parts of his reign, including military aspects. It shall be the analysis of these episodes together with an extensive bibliography that is intended to explain and identify the various processes of preparation for siege warfare.

The notion of the need to carry out the necessary preparation efforts for siege operations is well evident in the conflicts that Fernão Lopes describes in his chronicle. The absence of a rigorous preparation proves to be a factor that will result in defeats for both kingdoms, highlighting their importance within the wars in study and in terms of medieval siege warfare.

**Keywords:**

War, Siege Warfare, Preparation, Portugal, Lisbon.

# **INTRODUÇÃO**

Como o título indica, esta dissertação debruça-se sobre a guerra de cerco na era medieval, um combate que pretendia assaltar as muralhas inimigas com o intuito de conquistar uma povoação amuralhada ou um castelo. Este combate também engloba a própria defesa das fortificações e muito do que se sucede fora das mesmas. Inicialmente reuniam-se homens, armamento, mantimentos e materiais de construção, todos estes seriam necessários para uma eventual vitória quer dos sitiados quer dos sitiantes. Isto ocorre num processo anterior às operações de cerco propriamente ditas e é igualmente importante para essas mesmas operações. As várias manobras e ações executadas durante os cercos serão essenciais para exercer pressão sobre o inimigo e eventualmente vencer, mas também é preciso olhar para outros fatores mais incógnitos, como surtos de doenças e condições climatéricas.

A temática central será, então, os cercos, mais propriamente a preparação efetuada antes do cerco estar completamente estabelecido. Inicialmente será feita uma abordagem geral à guerra de cerco e à evolução da mesma dentro do contexto da Península Ibérica. Serão abordados os vários fatores à volta das operações de cerco de forma a conseguir elaborar um retrato global do que é este tipo de combate. De seguida, será abordada a preparação, em que será referido o planeamento, o financiamento, o recrutamento e até a marcha e organização de acampamentos no local, entre vários outros fatores. Para complementar este tema será feita uma análise sobre a existência destes mesmos fatores nos cercos realizados entre Portugal e Castela durante o reinado de D. Fernando e como ponto final, serão identificados vários fatores de preparação e a importância que estes têm no contexto das guerras fernandinas.

Em termos cronológicos esta dissertação abordará os cercos presentes na *Crónica de D. Fernando* durante as Guerras Fernandinas (1369-1383). A metodologia desta dissertação estará na análise dos vários episódios de cerco presentes nas fontes narrativas, mais propriamente, a *Crónica de D. Fernando*<sup>1</sup>. Com esta análise pretende-se relacionar os aspetos sobre a preparação dos cercos identificadas na crónica com as análises presentes na bibliografia. Será utilizada uma bibliografia, o mais extensa possível, e assim explicar e identificar os vários processos da guerra de cerco, com especial foco na preparação para a mesma. O fator da parcialidade será um problema a ter em conta em todo este trabalho devido à narrativa ser a principal fonte de informação, onde,

---

<sup>1</sup> LOPES, 1895.

possivelmente, se poderão identificar erros, lacunas e discrepâncias nos relatos daqueles acontecimentos, associados a uma perspetiva muito nacional.

Realizando uma pequena análise da evolução da História Militar podemos recuar até à antiga Grécia, onde os primeiros textos começam a ser escritos sobre esta temática por Heródoto. A escrita sobre a guerra perdura até ao início do século XX tida como um dos temas principais na historiografia ocidental, começando a sofrer mudanças drásticas no final da primeira metade do século XX. Observando de um ponto de vista epistemológico, esta historiografia considerada tradicional partilhava de uma mesma conceção de facto, tempo e de sujeito historiográfico. Isto pode limitar o seu valor tornando-se em nada mais do que uma escrita que relata uma sucessão no tempo de grandes feitos protagonizados por figuras importantes. No panorama da sua função social observa-se a utilização da historiografia nacional para legitimar estados, apresentando uma tarefa de constituição e reforço das identidades nacionais.

A história militar participava assim de uma conceção dominante de uma história heroica, patriótica e comemorativa. Com o movimento de renovação historiográfica iniciado pela escola dos *Annales* e que se prolonga até à chamada Nova História é que é quebrada esta forma de escrever história. Mas a História Militar ficará à margem deste movimento ao ser considerada muitas vezes apenas como uma mera descrição de batalhas. O novo paradigma de múltiplos tempos históricos, o alargamento do facto histórico e do sujeito histórico, serão incompatíveis com o paradigma tradicional da História Militar. Quebra-se a ligação entre a História em geral e a História Militar.

Apenas com o interesse das Ciências Sociais, em especial a sociologia norte-americana do pós-guerra, é que fica demonstrada a possibilidade de uma análise científica do fenómeno militar. Esta crise prolonga-se até à década de 70, em que vários setores nacionais de história militar começam um movimento de inovação. Em Inglaterra destaco os estudos de Michael Howard<sup>2</sup>, que aborda o fenómeno da guerra no contexto da sociedade, e da sociedade enquanto participante. Nesses estudos norte-americanos começam a surgir obras que decidem tratar aspetos tecnológicos e económicos sobre a guerra, elaborando uma corrente de interpretação global da mesma, com William McNeill<sup>3</sup> a ser um dos autores mais marcantes. É certo afirmar que irão existir vários

---

<sup>2</sup> HOWARD, 1987.

<sup>3</sup> McNEILL, 1982.

panoramas nacionais com diferentes correntes a alimentar este novo movimento da História Militar<sup>4</sup>.

Passa a ser considerado que a metodologia da história tradicional é perfeitamente aplicável no contexto da guerra medieval, o que vai certamente potenciar o seu envolvimento com as mudanças que pairam sobre a escrita da história. Como Philippe Contamine que começou a notar a falta de trabalho dentro da História Militar Medieval, e decide criar uma obra que trata um milénio de História Militar: desde a queda de Roma até à conquista de Constantinopla pelo império otomano<sup>5</sup>. Vários aspetos serão ali abordados, como os armamentos, regras militares, cercos e o recrutamento para os mais variados reinos que estuda.

Apoiando o esforço de Contamine, Jim Bradbury, inserido na corrente anglo-saxónica, redige *The Medieval Siege*<sup>6</sup>. Este autor também reconhece a falta de estudos recentes para a temática da guerra medieval, e essa mesma falta tinha dificultado muito o seu trabalho. Refere a evolução das operações de cerco medievais desde o fim do Império Romano até ao cerco de Malta de 1565. Trata vários assuntos, como o da evolução dos engenhos, dos métodos de guerra e até da fome e do perigo vivido nos assédios militares. A complementar a sua análise destaca o uso de variadas fontes narrativas, realçando as várias realidades dentro destas longas batalhas de atrito. Separa-se, contudo, de Contamine com este trabalho, ao focar-se sobre os cercos medievais, tornando-o, também, uma referência na historiografia militar.

O panorama nacional da historiografia militar medieval apenas ganha fôlego nos finais da década de 80 com a publicação de Oliveira Marques, intitulada *Nova História de Portugal*<sup>7</sup>. É no seu quarto volume que estão tratados vários fatores sobre a guerra na Baixa Idade Média. Após este autor coube a João Gouveia Monteiro com a tese: *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*<sup>8</sup> suscitar o interesse generalizado sobre o estudo da História Militar. O seu tratamento sobre todos os aspetos da guerra dentro do período compreendido entre o reinado de D. Fernando e a batalha de Alfarrobeira deixa um estudo de base para quem aspire investigar mais sobre a guerra medieval portuguesa.

---

<sup>4</sup> TEIXEIRA, 1990, pp. 189-195.

<sup>5</sup> CONTAMINE, 1998.

<sup>6</sup> BRADBURY, 1998.

<sup>7</sup> MARQUES, 1987.

<sup>8</sup> MONTEIRO, 1998.

Recentemente destaco o artigo «The Medieval Military History»<sup>9</sup> da autoria de Miguel Gomes Martins, que reforça esta ideia de que têm existido cada vez mais novos estudos desde a década de 80, embora ainda existam várias temáticas para serem exploradas e uma larga necessidade de serem efetuados mais estudos de caso dentro da história militar medieval portuguesa. Neste artigo três obras são consideradas fundamentais para o estudo da história militar em Portugal: *Nova História Militar de Portugal*<sup>10</sup>, coordenada por Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata, com destaque para o seu primeiro volume a ser dirigido por José Mattoso, e dedicado à história militar da Idade Média portuguesa.

Também quero mencionar o texto de Miguel Gomes Martins, *A Arte da Guerra em Portugal – 1245-1367*<sup>11</sup>, em que este se debruça sobre o período entre a guerra civil de 1245-1248 e o reinado de D. Pedro I. Esta tese de doutoramento é um dos estudos mais completos sobre a prática da guerra dentro desse mesmo período. Em último lugar é referida *A Guerra em Portugal – nos finais da Idade Média*<sup>12</sup>, aqui já realçada pelo seu contributo. A razão de serem tão importantes para a história militar de Portugal é porque estes autores estudaram vários aspetos sobre a guerra, como a logística, a preparação, o recrutamento, e as várias formas de combate, como por exemplo, os cercos. A isto se junta a diversidade de temas, que proporcionam uma ideia completa da guerra medieval em Portugal<sup>13</sup>.

Destaco, ainda, a obra *War in the Iberian Peninsula*<sup>14</sup>, que é uma colaboração entre vários autores portugueses e espanhóis sob a direção de Francisco García Fitz e João Gouveia Monteiro. Este trabalho sintetiza vários aspetos sobre a guerra na Península Ibérica, focando os reinos em capítulos separados para proporcionar uma imagem mais completa. Analisa as várias campanhas militares, cercos e batalhas entre o ano 700 e 1600, apontando transformações e continuidades dentro da história militar ibérica.

Por fim refiro mais alguns trabalhos de Miguel Gomes Martins, que é um dos autores que mais foca a história militar desta época. Destaco, por exemplo *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*<sup>15</sup> e *Guerreiros de Pedra: Castelos, Muralhas*

---

<sup>9</sup> MARTINS; MONTEIRO, 2011, pp. 458-482.

<sup>10</sup> BARATA; TEIXEIRA, 2003.

<sup>11</sup> MARTINS, 2014.

<sup>12</sup> MONTEIRO, 1998.

<sup>13</sup> MARTINS; MONTEIRO, 2011, pp. 460-462.

<sup>14</sup> GARCÍA FITZ; MONTEIRO, 2018.

<sup>15</sup> MARTINS, 2005.

*e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*<sup>16</sup>. Nestas duas obras são abordados vários aspetos sobre a guerra de cerco, a arquitetura militar, a cadeia de comando e como se processavam as operações de ataque e defesa nos episódios mais marcantes da história militar medieval portuguesa.

Esta dissertação foi realizada no âmbito do mestrado em História, com a especialização em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

---

<sup>16</sup> MARTINS, 2019.

**1.**

## **A GUERRA DE CERCO**

A guerra é muito marcante na sociedade medieval portuguesa e acompanha a evolução da mesma, onde os objetivos e as características principais de ambas vão estar interligadas, sendo necessário, também, definir o contexto geopolítico onde tudo acontece, a Península Ibérica. O controlo sobre um determinado território era muitas vezes obtido através da guerra, principalmente através de cercos. Mas esta forma é muito cara, difícil e lenta, e por isso os comandos militares optavam por lançar assaltos de razia ou fossados, com o intuito de procurar desgastar os inimigos e obter saques que possibilitavam um mais fácil pagamento dos custos da guerra e o enriquecimento dos participantes<sup>17</sup>.

Era esta última atividade militar uma forma de combate rápido e evasivo, com a utilização de cavalaria ligeira, evitando uma permanência prolongada no terreno e combates desvantajosos. Esta cavalaria, principalmente municipal, seria a elite das forças locais, dominando o governo do território face à nobreza e à crescente expansão senhorial. Os peões dos conselhos não participam muitas vezes nestas operações, que precisam de ser ágeis e velozes, feitas sobre montadas e que muitos destes munícipes não conseguem adquirir. Cabia-lhes servir na defesa da comunidade e ao longo do século XI vão crescer enquanto grupo militar, sobretudo, os besteiros, que sobem ao mesmo patamar que a cavalaria municipal. Os besteiros terão uma importância acrescida na defesa de castelos e de cidades, embora também sejam importantes nas ofensivas ao longo dos séculos XII e XIII<sup>18</sup>, até pelo facto de poderem ir montados para o campo de batalha e restantes operações.

Com a emergência do castelo como principal forma de posição defensiva a partir dos séculos XI e XII no panorama ibérico, a maneira como se disputa uma guerra muda fundamentalmente<sup>19</sup>. O contacto com o Leste, sobretudo, com a cidade de Bizâncio e as suas muralhas, que devido à sua dimensão e complexidade impressionam e inspiram as forças provenientes da Europa, fazem com que os conflitos travados nas cruzadas sejam considerados essenciais para formar um novo entendimento sobre a construção de castelos, particularmente enquanto estruturas defensivas.

Perante as táticas de ataque utilizadas, como a artilharia neurobalística e a utilização de minas contra os castelos, os cruzados farão um extenso trabalho de adaptação. As mudanças arquitetónicas vão passar a ser utilizadas no Ocidente europeu

---

<sup>17</sup> BRADBURY, *op. cit.*, pp. 71-72.

<sup>18</sup> GARCÍA FITZ; MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 211-212.

<sup>19</sup> *Idem*, pp. 201-203.

através dos cruzados e engenheiros que retornam, embora seja difícil traçar quando é que esta transição começa devido a estas adaptações ocorrerem de formas e com ritmos distintos nas diferentes regiões a que estes voltam. Dentro deste fator, é de ter em conta a existência das mais variadas técnicas de construção de castelos na Europa e, também, a existência de conflitos ao longo dos séculos XII e XIII, que influenciam a forma como esta evolução se realiza. A razão principal da dinâmica evolutiva arquitetónica será atribuída à transmissão dos métodos de ataque, provocando uma onda de melhoramentos nas fortificações como resposta a estas novas táticas. Sendo assim, não serão as teorias de arquitetura o foco de transmissão, mas sim os métodos de ataque, que em vários cenários identificam os mesmos resultados que nas cruzadas, mas também se observam situações em que a evolução nos vários contextos europeus é diferente<sup>20</sup>.

Os castelos passam por grandes mudanças com a transição do estilo românico para a maneira gótica de os construir ao longo do século XIII. Temos presente uma série de transformações que mudam, consideravelmente, a forma como se realizavam os processos de defesa e de ataque a castelos. No contexto do reino de Portugal, será D. Dinis o principal responsável desta mudança. Adaptará os seus castelos a uma nova arquitetura, especialmente na fronteira com o reino de Castela<sup>21</sup>.

A tipologia do castelo gótico permitia a aplicação de um processo de defesa ativa, em que as guarnições adquirem várias novas formas de atacar os sitiados. O número de torres foi aumentado e serão cada vez mais circulares ou semicirculares, permitindo uma maior resistência a projéteis e alargando o ângulo de tiro, possibilitando atingir os atacantes com múltiplos projéteis vindos de lados diferentes e, também, atirar contra aqueles que se encontrassem na base da muralha. A multiplicação das torres implicava que o intervalo entre elas fosse cada vez mais reduzido, e com o aumento de área e de altura, permitia que estas passassem a ser unidades autónomas de defesa ligadas entre si por muralhas<sup>22</sup>.

Serão incorporadas ameias de corpo largo, que protegiam quem se situasse nas muralhas, e nestas existirá a presença de seteiras, pequenos orifícios onde será possível executar tiro de projéteis com maior proteção. As muralhas serão expandidas para que exista uma maior capacidade de movimentação das forças defensivas, as escadas de acesso serão também adossadas aos muros, ao contrário do que se fazia anteriormente,

---

<sup>20</sup> KENNEDY, 1994, pp.186-189.

<sup>21</sup> BARROCA, 1998, pp.808-809.

<sup>22</sup> CONTAMINE, 1998, p.114.

em que estas estavam incluídas no próprio muro. As torres de menagem também sofrem mudanças, com a introdução da planta poligonal, uma forma mais elaborada de conceber o espaço da torre e, também, de aumentar a sua cobertura e os seus ângulos de tiro. Estas também serão bastante aumentadas e passam a ser incluídas na própria muralha, afastando-se da forma românica da torre centrada no pátio sem ligação. A forma gótica pretendia que estas se situassem em áreas onde a defesa seria mais difícil, com o local mais comum a ser as portas de entrada, pela importância que esta zona significava para a defesa eficaz do castelo. Para quem defende, esse tipo de torre traduz uma melhoria dos mecanismos de defesa das fortificações, afastando a necessidade de isolar o pátio central<sup>23</sup>.

O controlo de um castelo, ou de outros tipos de fortificações, implicava que o seu senhor teria o controlo físico, político e administrativo da zona circundante, protegendo-a e as pessoas que lá habitavam. Em caso de ataque, em que a capacidade de efetivos estivesse reduzida em número para enfrentar o inimigo, a permanência numa fortificação significava ganhar tempo para que através de ajuda externa fosse possível expulsar o inimigo do território. As fortificações teriam, assim, o objetivo de atrasar o avanço de uma hoste para que seja organizada a defesa, ou então para desgastar os invasores, ao ponto de estes serem obrigados a bater em retirada.

O desgaste será caracterizado pela perda de equipamento, de soldados e pela quebra do moral, e também com o passar do tempo. As investidas realizadas pelos defensores podiam ter um impacto devastador e levar qualquer um destes fatores a um estado crítico.

Não será só o aspeto defensivo que será importante, ofensivamente, as fortalezas, poderiam ser utilizadas como pontos de partida para as campanhas militares, ou para a realização de razias, também poderiam servir como bases para organizar envios de armas e mantimentos destinados a operações de cerco em curso, ou outro tipo de ações militares<sup>24</sup>.

O crescimento da importância dos cercos é sobretudo devido ao desenvolvimento político e militar dos castelos. O controlo do espaço traduzia-se pelo domínio destes pontos estratégicos, o objetivo central das operações militares não será o saque e os ataques rápidos, estes podem ser contrariados pelos castelos, em conjunto com a crescente

---

<sup>23</sup> BARROCA, 1998, pp. 814-815.

<sup>24</sup> O'CONNEL, 1990, pp. 88-89.

centralização do poder<sup>25</sup>. No caso do reino de Portugal, serão essencialmente os monarcas a ordenar o restauro e a construção de fortificações para controlar o território<sup>26</sup>.

O cerco de Lisboa de 1147 é um exemplo fundamental sobre a crescente importância dos cercos, em que D. Afonso Henriques com a ajuda de uma força de cruzados, realiza um ataque decisivo através da utilização de várias torres de assalto e assim consegue penetrar a cidade, tomando-a e segurando o território circundante<sup>27</sup>. Não será apenas característico das forças cristãs. Também o contra-ataque almóada dos finais do século XII está repleto de vários cercos, como por exemplo o cerco a Tomar em 1190. Os assédios aqui mencionados também serão decisivos na formação do Reino de Portugal, com a expansão territorial a permitir o crescimento da influência da fé cristã e do prestígio português a nível internacional, especialmente junto da santa Sé<sup>28</sup>.

Os princípios e a evolução deste tipo de guerra, que aqui queremos tratar, irá aplicar-se ao contexto da estratégia militar medieval do reino de Portugal, onde a realização de cercos será considerada um componente essencial na época em estudo. Esta prática militar reforça-se nos séculos XII e XIII com a intensificação da Reconquista cristã, e no século XIV, com o final deste confronto, a prática vai manter-se essencialmente contra o seu vizinho, Castela. Será com D. Dinis que será desenvolvido um extenso projeto de construção de castelos na fronteira terrestre do reino, já que eram as áreas mais expostas a incursões inimigas e com a maior necessidade defensiva.

Outro aspeto desta política de construção estará no foco em controlar vias fluviais e caminhos terrestres direcionados a importantes cidades e vilas no interior do reino, com o objetivo de condicionar a movimentação de exércitos inimigos<sup>29</sup>. As cidades e até as pequenas vilas com fortificações de menor complexidade, ou até sem qualquer fortificação, também serão lugares estratégicos importantes, pois possuem guarnições, materiais e mantimentos que possibilitavam a resistência. Em conjunto com as fortalezas, as cidades também se afirmam como polos de controlo do território. Isto resulta na necessidade de controlar vários pontos simultaneamente, para reduzir a ameaça de ataques inesperados, para aumentar a coesão das forças defensoras e para providenciar proteção às linhas de abastecimento<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> BRADBURY, *op. cit.*, pp. 74-75.

<sup>26</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 163-164.

<sup>27</sup> BARBOSA, 2008, pp. 77-79.

<sup>28</sup> GARCÍA FITZ; MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 208-209.

<sup>29</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 164-165.

<sup>30</sup> CONTAMINE, *op. cit.*, pp. 97-99.

É possível definir os cercos como bloqueios de um determinado lugar estratégico, um castelo, ou até uma localidade. Eram planeados e executados de forma a impedir que o defensor pudesse ser auxiliado, procurando impossibilitar o seu abastecimento e a possibilidade de poder contra-atacar. A este exército terrestre invasor pode, também, juntar-se o reforço de uma força marítima, que procurava neutralizar e ocupar o porto dos defensores e assim impedir a chegada de reforços ou mantimentos por via marítima. A resolução destes conflitos seria essencialmente pelo desgaste dos atacantes ou dos defensores, embora o uso de engenhos e ataques diretos podia também ser determinante. A fome e as doenças são também fatores que poderiam levar a uma retirada ou a uma rendição. A forma comum de finalizar os cercos serão os acordos entre os dois lados.

O que podemos considerar como operações de cerco será uma sucessão de assédios acompanhados por escaramuças e destruição generalizada. Raramente poderiam incluir grandes batalhas campais, que serão evitadas, devido à elevada mortalidade que daí advém, um custo demasiado elevado quando não se possuía a garantia da vitória. A mortalidade fora deste confronto será reduzida devido a um determinado número de fatores. O cerco será primariamente um ato passivo. Isto derivou do facto de os defensores do território possuírem várias posições de vantagem no seu território, as suas fortificações, e assim poderem evitar os confrontos diretos.

Para os assediados será positivo, pelo aspeto de possuírem algum controlo sobre o decorrer do conflito, decidindo onde atacar e muitas vezes sem serem intercetados a caminho das fortificações-alvo, evitando os indesejados confrontos diretos<sup>31</sup>. Em conjunto com o aumento das fortificações evoluem os meios utilizados para a sua conquista, mantendo-se, assim, um certo equilíbrio entre ambos.

Para assaltar as muralhas dos defensores, existem vários métodos de ataque, e dentro da temática desta dissertação é nossa intenção evidenciar a presença de quatro métodos principais. Em primeiro lugar é preciso referir o processo de aproximação com o intuito de subir à muralha através da utilização de engenhos de cerco<sup>32</sup>. Para este método poderiam ser utilizadas as escadas de madeira ou de corda, facilmente construídas no local ou transportadas previamente pela hoste, deveriam ser fortes para aguentarem o peso de vários combatentes a subir em simultâneo, e, também, teriam de ter altura suficiente para permitir o acesso à muralha. Uma das suas desvantagens seria a falta de proteção

---

<sup>31</sup> MARTINS, 2011, pp. 34-36.

<sup>32</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 228-229.

contra projéteis que poderia ser contrariada com a escavação de trincheiras e com tiro de cobertura providenciado pelos arqueiros e besteiros. Feita a aproximação, as escadas seriam elevadas e os assaltantes teriam que as subir enquanto eram arremessadas das muralhas, pedras, água, vinho a ferver, areia quente e também, potes de fogo<sup>33</sup>. Os defensores utilizariam uma espécie de «lanças bifurcadas» para impedir que estas escadas se estabeleçam e permaneçam sobre as muralhas<sup>34</sup>.

Outros engenhos com o mesmo intuito, seriam as torres de assalto. Estas também podiam ser construídas no arraial com matéria-prima disponível no local ou transportada com a hoste. As torres podiam ser transportadas em partes pré-construídas para serem mais fáceis de transportar pelo exército, sendo depois montadas, e acabadas, no local do cerco. Serão frequentemente utilizadas pelo facto de as suas dimensões proporcionarem uma melhor proteção a quem as utilizasse para transpor as muralhas, sendo aqui o risco muito menor do que para aqueles que trepavam às escadas<sup>35</sup>. Outro aspeto importante tem a ver com a sua altura, que deveria ser um pouco superior à da muralha inimiga, para que a ponte com espigões pudesse ser lançada e usada para o assalto da infantaria.

Toda a torre seria coberta com peles de animais molhadas para impedir que os defensores lhe pegassem fogo e também para amortecer projéteis atirados contra o engenho. A sua maior desvantagem é o tempo e a mão de obra necessários para a sua construção e montagem. Um momento perigoso, pois o inimigo sitiado podia fazer sortidas rápidas destinadas a destruir o engenho e eliminar os «engenheiros». Por isso, o local onde estas máquinas de assalto eram montadas devia ter uma forte proteção assegurada por militares ali colocados (arqueiros, besteiros, lanceiros e mesmo forças de cavalaria). Os sitiados subiam à torre através do seu interior e no topo podiam atirar projéteis antes de se aproximarem das muralhas. O seu interior será formado, geralmente, por três ou mais pisos. O andar superior proporciona uma posição elevada onde soldados ficavam em segurança de projéteis inimigos e onde podiam usar os seus próprios projéteis. No piso intermédio estará posicionada a passagem, uma ponte de madeira que abria, caindo, para permitir o acesso à muralha quando a torre se encontrasse devidamente posicionada. O andar inferior será o mais protegido, em que podia ser possível adicionar

---

<sup>33</sup> GRAVETT, 1990, pp. 30-31.

<sup>34</sup> MARTINS, 2019, pp. 248-249.

<sup>35</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 249.

um aríete para possibilitar o ataque às muralhas a uma porta aumentado as formas como a torre poderia assediar uma fortaleza<sup>36</sup>.

A torre podia ser movimentada com a utilização de várias rodas ou rolos de madeira, em que soldados no seu interior as rodavam com alavancas. Outra forma é a utilização de bois, que exerciam força sobre um sistema de roldanas, o seu movimento seria na direção contrária da fortaleza enquanto a torre é puxada contra as muralhas<sup>37</sup>. Quando esta estivesse em posição, os combatentes subiam ao seu interior, até ao topo, e podiam avançar para as muralhas, iniciando o processo de assalto às muralhas, ou sobre as portas.<sup>38</sup>. Nos cercos de Cortijo e de Lobom de 1382 é evidenciado este método de ataque às muralhas, mas Fernão Lopes não refere a utilização de engenhos, apenas a utilização do fogo para queimar as portas da fortaleza, situação rapidamente aproveitada pelos sitiados para se aproximarem rapidamente e abrir uma brecha que lhes permitiu o acesso ao interior<sup>39</sup>.

No cerco de Carmona, efetuado por D. Henrique<sup>40</sup>, que será analisado nesta dissertação, será utilizado este método. Fernão Lopes refere a utilização de uma bastida, ou seja, uma torre de assalto. Um pequeno contingente de soldados avança com esta torre durante a noite na tentativa de surpreender os sitiados e embora estes consigam avançar para as muralhas são rapidamente mortos pelos defensores<sup>41</sup>.

Em segundo lugar é importante referir o método de escavação de minas, em que as forças sitiadas realizavam escavações para criar túneis em direção às muralhas de uma fortificação<sup>42</sup>. As torres seriam um alvo muito comum, pela importância que tinham para a defesa, e também pelo aparato e até impacto psicológico que a sua destruição traria. Estes túneis teriam vigas de madeira para assegurar que não se desmoronassem. Com o túnel a chegar ao objetivo pretendido, seriam posicionados materiais inflamáveis para pegar fogo ao túnel e às suas vigas. Com o ruir do túnel cairia também parte da muralha ou da torre, se estas fossem os objetivos. Tudo isto resultaria numa abertura que permite o acesso ao interior da fortaleza. Outra possibilidade seria continuar o túnel para além das

---

<sup>36</sup> MONTEIRO, 1998, p. 348

<sup>37</sup> GARRETT, 1990, pp. 31-32.

<sup>38</sup> MARTINS, 2019, p. 249-250.

<sup>39</sup> LOPES, 1985, vol. 3, pp.105-108.

<sup>40</sup> Henrique II (1334-1379), rei de Castela entre 1334 e 1379. Senhor de Trastâmara, inaugurou a dinastia de Trastâmara no trono de Castela e Leão em 1369.

<sup>41</sup> LOPES, 1895, p. 142-145.

<sup>42</sup> MARTINS, 2019, pp. 241-243.

muralhas e abrir uma passagem diretamente para o interior da fortaleza cercada, possibilitando um ataque surpresa que, rapidamente, poderia terminar o cerco<sup>43</sup>.

No cerco de Cidade Rodrigo será utilizado este método sobre parte da muralha. Mas os defensores terão avistado a abertura da mina e estimam onde será a brecha. Impossibilitada a realização de sortidas devido à superioridade de D. Henrique é erigida uma fortificação temporária para reforçar a brecha. Efetuado o desabamento da muralha, a força sitiante entra dentro da localidade, mas são surpreendidos por esta defesa, que trava o seu avanço e resultando na morte de vários soldados atacantes<sup>44</sup>. Este cerco serve para demonstrar as fraquezas deste método. Teria de ser um processo discreto para que os sitiados não se consigam preparar. Também estes podiam realizar minas defensivas com o intuito de parar o túnel inimigo antes que chegasse à muralha<sup>45</sup>.

A terceira forma de assaltar uma fortificação seria através da utilização de engenhos neurobalísticos destinados a bombardear as fortificações. O período em estudo evidencia-se pela utilização adicional de engenhos pirobalísticos no contexto português, que será cada vez mais comum. Com estes engenhos pretendia-se causar danos nas fortificações, destruindo-as para que não fossem utilizadas pelos defensores, ou então, pelo menos, que os estragos comprometessem a vantagem defensiva<sup>46</sup>. Os defensores podiam ser atingidos pelos projéteis, sendo mortos ou feridos, e reduzindo os efetivos a utilizar nas operações de defesa. Alvos a abater seriam as torres ou partes vulneráveis da muralha, onde a sua destruição poderia significar a abertura de uma brecha e, conseqüentemente, de um avanço, de modo a aproveitar a oportunidade<sup>47</sup>.

Esta tipologia de engenhos incluía a possibilidade de atirar pedras de diversos tamanhos, e consoante a máquina, outros tipos de projéteis, que até poderiam ser inflamáveis, destinados a criar fogos dentro do local cercado<sup>48</sup>. Na época em estudo a observação de Fernão Lopes sobre os engenhos neurobalísticos limitava-se a designar apenas a forma como se lançavam os projéteis, o calibre da munição e a distância. Será com esta informação que é possível distinguir diversos tipos de engenhos. Isto é uma

---

<sup>43</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 230-231.

<sup>44</sup> LOPES, 1895, pp.121-128.

<sup>45</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 242.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 235.

<sup>47</sup> MARTINS, 2019, pp. 235-236.

<sup>48</sup> *Idem*, pp. 235-236.

tendência geral do cronista, existindo apenas alguns casos em que engenhos como as bastidas (torres de assaltos) são referidas<sup>49</sup>.

Os engenhos de cerco geralmente operam por torção ou tensão de cordas, como é o caso das catapultas ou das balistas<sup>50</sup>. A utilização de um contrapeso será a forma mais comum de arremessar projéteis no contexto da guerra de cerco em Portugal durante a época em estudo.

No cerco de Lisboa de 1373, D. Henrique II decide ordenar a construção de engenhos «e ordenou de mandar pôr quatro engenhos que atirassem dentro a pedra perdida»<sup>51</sup>. Os engenhos aqui utilizados podiam ser trabucos devido à destruição que causam sobre a cidade, influenciando a decisão de D. Fernando de construir a nova muralha fernandina de Lisboa. Esta inovação do trabuco de contrapeso, será devido à sua capacidade destrutiva e ao alcance que tinha. A junção destes fatores resultou na maior facilidade destes engenhos causar estragos significativos às estruturas defensivas e forçar os sitiados a realizar sortidas para destruir os trabucos inimigos. Também é possível utilizar os engenhos defensivamente nas muralhas para disparar sobre os sitiados. Estes engenhos teriam como objetivo ter efeitos adversos nas defesas e no moral dos defensores ao ponto de poder levá-los à rendição<sup>52</sup>.

No cerco de Lisboa de 1373, D. Henrique decide intensificar os seus ataques à localidade após estar descontente com a falta de resultados e com a continuada resistência dos habitantes de Lisboa. Para este efeito irá empregar «quatro engenhos que atirassem dentro a pedra perdida, e, porque as gentes eram muitas dentro, que matariam tantas d'elas»<sup>53</sup>. Os seus ataques pretendiam reduzir cada vez mais a guarnição e causar grandes danos, com vista a abalar a moral portuguesa. Em conjunto com o bombardeamento e os reduzidos mantimentos do local, D. Henrique esperava que isto resultasse na sua rendição, não as utilizando propriamente para causar brechas na defesa, mas sim para criar um constante ambiente de perigo para os sitiados, com disparos que poderiam ser realizados tanto de dia como durante a noite.<sup>54</sup> O fator de pressão psicológica é aqui evidenciado

---

<sup>49</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 353-354.

<sup>50</sup> MONTEIRO, 2003, p. 180.

<sup>51</sup> LOPES, 1895, vol. 2, pp. 66.

<sup>52</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 239.

<sup>53</sup> LOPES, 1895, vol. 2, pp. 66-70.

<sup>54</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 229-230.

com este exemplo, também demonstrando um método que seria relativamente seguro para os sitiados<sup>55</sup>.

A quarta forma que refiro para a conquista de uma fortaleza será através do emprego de estratégias furtivas, sem a utilização de engenhos ou assaltos frontais, tornando a operação menos dispendiosa para a hoste<sup>56</sup>. Estes planos seriam secretos para impedir o seu conhecimento pelas defesas, e seriam facilitados por situações específicas no local, como será o caso de defensores que apoiavam a conquista da sua fortaleza por preferirem antes o senhor que cercava a fortaleza, uma «quinta coluna» capaz de realizar atos de traição. No cerco de Lisboa de 1373 foi reduzido o risco deste tipo de estratégias através da captura e consequente morte de homens suspeitos de serem leais ao rei de Castela. Muitos destes homens seriam portadores das chaves das portas da cidade, o que significava que tinham que ser de confiança. Estes poderiam contactar a hoste castelhana e combinar um ataque conjunto, em que as portas seriam abertas em combinação com a aproximação da força inimiga, surpreendendo os defensores. A forma como se lidava com os traidores é também um instrumento de prevenção. Vários são mortos, e um deles é até utilizado como projétil num engenho, reforçando deste modo a lealdade dos habitantes da cidade, e muitos destes «ditos» traidores serão afastados dos seus cargos<sup>57</sup>.

No cerco de Braga de 1369 é utilizado um estratégia por D. Henrique. Este envia Diogo Gonçalves de Castro para se infiltrar na localidade com o intuito de ajudar a defesa e, seguidamente, trair a população. Este devia atear fogo no interior do local, em vários lugares, e aproveitar a confusão para abrir as portas de modo que o exército inimigo entre na localidade. O seu plano não terá sucesso, já que Diogo Gonçalves será descoberto, confessando as suas intenções, resultando na sua morte e deixando o monarca de Castela a necessitar de um novo plano para conquistar Braga<sup>58</sup>.

A existência de fatores como doenças e a fome ameaçam as forças oponentes, estas serão amenizadas através de negociações de tréguas que presumiam a cessação de hostilidade, tal como a proibição de construção de engenhos e de obras de reconstrução na fortaleza. Com o controlo de uma determinada fortaleza, era possível o avanço mais profundo em território inimigo e seria retirado aos defensores um ponto forte económico e social. A aproximação sobre o objetivo principal era considerada indireta, procurando

---

<sup>55</sup> MARTINS, 2019, pp. 239-241.

<sup>56</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 230-231.

<sup>57</sup> LOPES, 1895, vol. 2, pp. 52-58.

<sup>58</sup> LOPES, 1985, vol. 1, p. 108.

tomar várias fortalezas em direção ao seu objetivo principal. Estas conquistas salvaguardavam a retaguarda da força invasora e também as rotas de abastecimento. Existem vários fatores que obrigam a usar esta tática: os exércitos medievais vão sofrer pelos seus números reduzidos, pela limitação da sua mobilização a certos períodos e também pela sua heterogeneidade<sup>59</sup>. Este último fator é evidenciado na maioria dos militares (muitos deles civis obrigados a integrar o exército) que não possuíam qualquer tipo de treino ou de preparação para o combate em conjunto, limitando a sua eficácia no campo de batalha.

Os contactos dos cruzados com Bizâncio foram fundamentais para provocar a necessidade de melhorar os engenhos de cerco. As cidades mantinham todos os engenhos mais utilizados pelas forças romanas, como a catapulta de torção, o onagro e a balista. O legado das tecnologias romanas também será importante, em especial em zonas com elevado nível de romanização, como França e sul da Alemanha, que demonstram um nível mais elevado de organização e de utilização de engenhos de cerco<sup>60</sup>.

O contacto com as forças muçulmanas e as várias táticas de ataque que estes utilizam contra as fortificações será, em parte, uma evolução que adquirem das forças que conquistaram, criando uma diversidade de tradições militares. Isto será um fator de influência para as forças ocidentais, chegando estes a um nível tecnológico semelhante durante o século XII, em que os muçulmanos começam a estudar as inovações dos cruzados. Outra forma de troca de ideias será através de trocas comerciais, estas não se limitam a Bizâncio e aos exércitos islâmicos, chegando a estender-se para a Índia e a China.

As influências diretas serão variadas, estes contactos causam a evolução dos engenhos desde o século VIII até ao século XIV<sup>61</sup>, com o destaque destes avanços a ser protagonizada pelo trabuco de contrapeso. O cerco de Lisboa de 1147 evidencia o uso desta inovação que permitia o bombardeamento das muralhas com elevada potência. A sua conclusão é marcada pela utilização de torres de assalto, também esta um desenvolvimento importante para o ataque contra as muralhas<sup>62</sup>.

Em termos defensivos será através do contacto dos Estados Cruzados como Antioquia, Trípoli e Jerusalém com os seus vizinhos que resulta na criação de novos

---

<sup>59</sup> MARTINS, 2014, pp. 338-339.

<sup>60</sup> NICOLLE, 2002, pp. 5-8.

<sup>61</sup> NICOLLE, *op.cit.*, pp. 9-10.

<sup>62</sup> O'CONNELL, 1990, pp. 96-97.

melhoramentos para as suas fortificações. Um destes será a adoção de torres circulares em detrimento da forma quadrada, advindo de uma forte influência arménia.<sup>63</sup> As muralhas também começam a ser preparadas para a utilização de engenhos de forma defensiva, um avanço que era visto como um fator de fraqueza durante as cruzadas pelos seus inimigos, ideia que será adaptada para a guerra no ocidente<sup>64</sup>. O balanço entre ataque e defesa será mantido através da sua evolução em simultâneo, resultando no aumento generalizado do custo dos engenhos e da violência envolvida nas operações de cerco<sup>65</sup>.

Dentro do contexto da época estudada nesta dissertação, o conflito da Guerra dos Cem Anos, de 1337 a 1453, vai ser um período de inovação militar, provocando uma revolução na forma como se realizava a guerra. Portugal e Castela estarão em contacto com as evoluções protagonizadas pela França e pela Inglaterra. A presença das forças do duque de Cambridge e de Bertrand du Guesclin nos conflitos ibéricos será importante para que estas mudanças se propaguem. Com elas continuará a tendência para reduzir a importância da cavalaria pesada. Os exércitos começam a depender menos das forças feudais e passa a existir maior presença de soldados de infantaria, e permanentes. Para isto os exércitos seriam principalmente formados por assalariados, sistema que é utilizado pela Inglaterra já desde o início dos confrontos. Embora muitos dos combatentes não sejam profissionais quando da realização do recrutamento. O serviço prolongado destes soldados resulta na obtenção de experiência e no aumento substancial da sua eficácia no campo de batalha. A juntar a este fator estará a existência de uma cadeia de comando centralizada e bem articulada, que será mais eficaz do que os anteriores sistemas<sup>66</sup>.

Em contrapartida, os soldados serão essencialmente provenientes de um estatuto social mais baixo, estes não adotam os princípios cavaleirescos dos seus superiores e preferem matar o seu oponente em vez de o capturar. Isto resulta no aumento da violência e da mortalidade que advém das batalhas e dos cercos. A pólvora aumenta notavelmente de importância neste período, originando várias inovações militares. Será devido à dependência de arqueiros e ao seu domínio do campo de batalha que os Ingleses serão dos primeiros na Europa a entrar nesta corrente de inovação. No lado contrário das batalhas, as forças francesas sofrem ao não conseguirem produzir uma força eficaz de arqueiros e será com o reinado de Carlos VII que estes adotam a revolução militar.

---

<sup>63</sup> NICOLLE, 2005, pp. 10-15.

<sup>64</sup> KENNEDY, 1994, pp.119-120.

<sup>65</sup> Idem, pp. 98-99.

<sup>66</sup> LEWIS, 2015, pp. 46-48.

As reformas de Carlos VII centram-se no uso massivo de artilharia com um conjunto de grupos profissionais para garantir a sua eficácia no campo de batalha. A utilização de um amplo exército profissional em conjunto com as referidas peças de artilharia resultou na reforma militar do reino francês. Será com estas mudanças que o monarca francês vai atingir a vitória sobre o reino de Inglaterra em 1453 na batalha de Castillon, concluindo a Guerra dos Cem Anos<sup>67</sup>. Estes avanços vão estender-se para lá do ano de 1453, o final do conflito, e vão caracterizar um período de mudança militar drástica que será o início da era moderna.

Estas mudanças militares na Guerra dos Cem Anos serão, essencialmente, revoluções na peonagem e na artilharia, com a utilização da pólvora negra que também causa mudanças na forma de como se realizam cercos. Mas são mudanças focadas sobre a defesa, onde serão necessárias novas soluções defensivas face a engenhos cada vez mais destrutivos. Estas novas adaptações iniciam-se sensivelmente nos finais dos séculos XIV e XV, em que as fortificações são modificadas para resistir à utilização de engenhos pirometalúrgicos por uma força agressora e também para a sua inclusão no processo defensivo<sup>68</sup>. A construção de barbacãs, pequenos muros diante do muro principal, é um dos meios que se utiliza para amenizar os estragos que poderiam ser causados. As próprias muralhas são engrossadas, e a sua altura é reduzida para aumentar a sua resistência. A sua composição também muda fundamentalmente, as muralhas serão feitas de pedra e no seu interior serão preenchidas de terra. Isto será semelhante às muralhas chinesas, já adaptadas ao tiro de artilharia<sup>69</sup>. São incorporadas pequenas aberturas cónicas que variam na forma, apelidadas de troneiras, com a mais comum a ser em cruz, as troneiras cruzetadas, onde será possível utilizar pequenos canhões de forma defensiva<sup>70</sup>. No contexto português será feito um processo de adaptação a esta nova realidade nos inícios do reinado de D. João II até à primeira metade do de D. Manuel, ou seja, uma datação compreendida entre 1481 e 1510<sup>71</sup>.

Para aprofundar esta temática dos cercos será necessário abordar os exércitos que participavam nos mesmos, com especial atenção para o contexto português durante a época estudada. É de referir a necessidade de uma peonagem treinada com o

---

<sup>67</sup> Idem, pp. 48-51.

<sup>68</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 337-338.

<sup>69</sup> TONIO, 2016, pp. 100-101.

<sup>70</sup> BARROCA, 2018, p.184.

<sup>71</sup> Idem, pp.185-186.

conhecimento necessário e treino específico para manejar os diferentes engenhos utilizados nos cercos<sup>72</sup>. Também participam nobres e os seus contingentes, e por vezes até o próprio rei. A suportar as operações e as necessidades do exército viajava com o mesmo uma bagagem de apoio, geralmente constituída por carroças com mantimentos e outros recursos. Ainda mais se juntam a este grupo os servos dos nobres, e por vezes as suas famílias. A cavalaria terá uma importância secundária nos cercos, realizando razias e vigias sobre o território circundante.

A hoste régia medieval portuguesa será formada de forma provisória, atendendo ao facto de ser constituída de vários contingentes autónomos de homens que deixavam as suas terras e os seus trabalhos para prestar serviço ao seu senhor em troca de pagamento<sup>73</sup>. Os vários indivíduos que a compunham pertenciam a duas das três ordens sociais, o povo e a nobreza, esta última a mais preeminente da hoste devido ao seu treino e ao seu armamento<sup>74</sup>. A nobreza teria a principal função de participar na guerra, as suas possibilidades financeiras permitiam adquirissem armamento e montadas da mais alta qualidade<sup>75</sup>. A isto junta-se o seu conhecimento sobre a guerra e também o treino para a mesma. Atendendo ao seu estatuto mais elevado seria tão mais difícil persuadir a nobreza a participar no exército régio. D. Fernando atualizará o sistema de contias, que presumia um pagamento anual àqueles que participassem na guerra quando necessário. Ao pagamento de numerário e a possibilidade de doar terras e bens para aliciar os nobres a servirem o rei. Também se pressupunha que estes levassem um contingente de *lanças* consoante a contia que recebessem. Em conjunto com a contia, também recebiam um vencimento mensal, pago em numerário ou bens, que será proporcional ao equipamento que o soldado devia possuir e também à duração da campanha militar<sup>76</sup>.

O clero participava através das ordens militares, profissionais treinados que exerciam as suas funções como um exército permanente e com elevada experiência de combate. A sua limitação principal seria o seu número reduzido e a impossibilidade de combaterem forças cristãs. Esta última será contrariada no final da reconquista cristã, em que as ordens começam a ser utilizadas pelos reinados na península ibérica nas suas guerras internas e externas<sup>77</sup>. No contexto do período deste trabalho é identificado o

---

<sup>72</sup> BARBOSA, 2008, pp.19-20.

<sup>73</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 25-27.

<sup>74</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 28-30.

<sup>75</sup> MARTINS, 2014, pp. 23-24.

<sup>76</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 32-34.

<sup>77</sup> MARTINS, 2014, p. 160.

envolvimento de D. João nas guerras fernandinas, este que era mestre da Ordem de Avis. No caso de Castela serão utilizadas as forças das ordens de Santiago e de Alcântara nos conflitos da terceira guerra fernandina.

Outro grupo a integrar a hoste portuguesa será o das forças concelhias constituídas pelos acontiadados e os besteiros do conto. A este primeiro grupo pertenciam indivíduos que possuíam casa própria, clérigos e até a baixa nobreza entrava nesta classificação. Os acontiadados seriam outra vez separados em diferentes grupos militares que exigiam a posse de determinado armamento, e quando aplicável, de uma montada. Serão discriminados cinco escalões consoante uma avaliação realizada sobre os seus bens, processo que estaria a cargo de oficiais locais<sup>78</sup>. O escalão mais alto supunha a posse de um cavalo e todo o armamento necessário para combater. O segundo escalão reduz a qualidade e o tamanho do cavalo. O terceiro limita a necessidade de armamento a um bacinete, uma besta e uma couraça. O quarto implicava apenas a existência de uma besta, ou de uma lança, e caso seja esta última opção, teria de ser acompanhada de um escudo. O quinto e último escalão implicava apenas a existência de um escudo e de uma arma branca<sup>79</sup>. Este método reforça a ideia de heterogeneidade no equipamento da hoste português devido à multiplicidade de peças e de armas entre os vários soldados que a compunham, mas proporciona alguma coesão pela forma como estabelece estes escalões com base na riqueza de cada um dos seus soldados.

Dentro das forças concelhias figuram os besteiros do conto, uma milícia especializada<sup>80</sup> na utilização de bestas, com a sua própria hierarquia e práticas regulares de besta para aperfeiçoar a sua utilização<sup>81</sup>. Será uma força composta por membros dos concelhos que sejam casados, do grupo dos mesterais, aceitando homens fora deste grupo caso não existissem membros suficientes. O seu equipamento será constituído pela besta, por cerca de cem virotões e por um bacinete. A sua importância vem em crescendo ao longo do século XIV, principalmente devido à importância que estes possuíam em contexto de operações de cerco. Os tiros das bestas serão mais potentes e o seu uso mais acessível do que o dos arcos e dentro das muralhas o disparo de projéteis torna-se um fator importante<sup>82</sup>. Para tornar atrativa a sua participação na guerra serão concedidos

---

<sup>78</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 43-44.

<sup>79</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 44-45.

<sup>80</sup> FERREIRA, Leandro, 2015, pp. 55-58.

<sup>81</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 70-71.

<sup>82</sup> O'CONNELL, p.103, p.97.

vários privilégios a este grupo. Estas concessões serão mais intensas no reinado de D. João I, que atribui a esta força militar concelhia uma hierarquia, isenções em vários impostos e direitos semelhantes aos dos cavaleiros<sup>83</sup>.

A guarda do rei será um grupo que estará sempre presente nas guerras dos monarcas portugueses. Inicialmente possuíam apenas cargos de defesa dos palácios do rei e sem qualquer obrigação militar. As políticas de Afonso IV iniciam um processo que será determinante para melhor definir este corpo militar, processo este que se estende ao longo dos reinados, culminando com D. Pedro ao criar o cargo de guarda-mor do reino. No século XV é institucionalizada como uma guarda militar permanente do rei. A sua composição será de cavaleiros e escudeiros, designados pelo monarca, os besteiros também vão figurar neste grupo, especialmente no reinado de D. João I, monarca que destina um grupo complementar à sua guarda de cem besteiros que o terão de acompanhar<sup>84</sup>.

No que toca à liderança da hoste seria designado o monarca, ou então, um substituto. Na cadeia de comando existe também o alferes, o sub-alferes, vários adais e os almocadéns. O rei, ou o seu substituto, teria de controlar a retaguarda do exército, quer na marcha, quer em combate, com o alferes a liderar a vanguarda e a ser substituído pelo sub-alferes, caso fosse necessário. Os adais estariam encarregues de realizar expedições exploratórias para identificar movimentações inimigas, ou para ir em reconhecimento do terreno para a marcha da hoste. A liderança de pequenos destacamentos de soldados seria a função dos almocadéns<sup>85</sup>.

Os homiziados será outro grupo que poderia figurar nas fileiras da hoste régia portuguesa, independentemente do crime que tivessem cometido O seu serviço seria a moeda de troca para reduzir a sua pena, ou em alguns casos, o perdão completo. A necessidade de integrar estes indivíduos na hoste adviria da falta de mão de obra no exército, que precisava sempre de mais homens para conseguir alcançar os seus objetivos<sup>86</sup>. No reinado de D. João I serão utilizados os homiziados para salvaguardar as localidades fronteiriças que sofreram uma redução generalizada de população devido às guerras que seu pai teria realizado, sobre o condicionamento da mesma necessidade que estes tinham no exército. O problema associado a incluir estes criminosos estará, entre

---

<sup>83</sup> Idem, pp. 64-66.

<sup>84</sup> O'CONNEL, *op.cit.*, pp. 31-32.

<sup>85</sup> GARCÍA FITZ; MONTEIRO, 2018, pp. 219-220.

<sup>86</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 86-89.

outros, nos possíveis tumultos que estes possam causar dentro da hoste, ou quando parados numa localidade<sup>87</sup>.

Por fim, a contratação de mercenários, que participavam nas guerras em troca de remuneração e não por fidelidade sobre um senhor, processo muito comum na Europa. Como estes homens dedicavam as suas vidas aos conflitos militares, possuíam experiência nos mais variados tipos de operações militares e podiam, por exemplo, ser utilizados para ataques especializados a fortificações, como a realização de infiltrações nos locais. A sua eficácia em combate resulta na elevada procura dos seus serviços, mas podem criar problemas para a hoste que os recruta, o não pagamento poderia resultar na saída dos mercenários da hoste e na realização de roubos e razias pelos mesmos para recuperar o dinheiro a que teriam direito. A sua lealdade será também um problema, podiam mudar de campo com muita facilidade e lutar contra quem os contratou originalmente<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> MONTEIRO; MARTINS, 2010, pp. 21-22.

<sup>88</sup> MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 84-86.

**2.**

**PREPARATIVOS PARA O ATAQUE  
E PARA A DEFESA**

Antes do início efetivo das operações as várias forças envolvidas, quer sejam sitiados, quer sejam sitiantes, teriam de efetuar um plano extenso e vários outros preparativos para efetuar o plano de assédio e prevenir os eventuais percalços que pudessem ocorrer. Estas medidas preventivas podem afetar, consideravelmente, não só o estabelecimento do cerco sobre uma fortaleza como, também, o seu decurso. Por vezes, a inferior capacidade defensiva impedia uma defesa efetiva e assim o cerco terminava com um acordo. Caso os sitiantes se encontrassem numa posição vantajosa, estes poderiam ignorar tais apelos e continuar o seu assédio, embora estes também pudessem propor acordos. A estes preparativos podemos atribuir vários fatores como o reconhecimento e o controlo da zona circundante, o estabelecimento de acampamentos, a forragem, o assegurar de linhas de abastecimento e pelo lado dos defensores, na modificação ou fortalecimento das defesas da localidade em perigo, entre muitos outros aspetos.

Iniciando a análise pela perspectiva dos sitiados, estes tinham de, rapidamente, se prepararem para um cerco de duração incerta. As fortificações estão sempre preparadas para um eventual cerco, mas é necessário realizar mais procedimentos de recolha de mantimentos, de água, de equipamento, de armamento e, se possível, de mais reforços. Dentro das fortificações já cercadas será possível efetuar várias operações, para lá da defesa passiva, como sortidas contra o acampamento inimigo. Estes ataques pretendiam alcançar vários objetivos, como o de criar espaço para que carregamentos de mantimentos consigam entrar dentro da fortaleza ou, simplesmente, desferir ataques para destruir os engenhos inimigos, travando o bombardeamento ou a realização de um assalto às muralhas com torres de assalto. Para isto a guarnição terá de estar bem preparada e equipada, mas caso isto não fosse possível, e sob uma força atacante, tem treinada e abastecida para um longo cerco, torna-se quase necessário para a fortificação esperar por reforços que a possam vir socorrer.

A preocupação principal de quem defendia estava no assegurar que as suas fortificações estivessem atualizadas em relação aos métodos de ataques utilizados e, também, em bom estado de conservação, de forma a poder resistir a um assédio prolongado<sup>89</sup>. Como foi referido anteriormente, as fortificações sofreram uma evolução generalizada nos séculos XI e XII, com o aumento do número de torres, a construção de torres circulares, a expansão do espaço na muralha e o reforço e nova disposição das suas

---

<sup>89</sup> CUELLO, 2003, pp.33-35

portas. Estas inovações possibilitam que os defensores desenvolvam uma defesa ativa, o ângulo de tiro é expandido, cada vez mais soldados podem estar nas muralhas e estão mais protegidos pelos avanços das defesas<sup>90</sup>. A condição das defesas será de uma enorme importância, já que um ponto mais degradado nas muralhas resultava no aproveitamento dos sitiados. Esperado um cerco sobre uma fortaleza, será necessário iniciar processos de manutenção e até de construção de defesas, por vezes improvisadas, como será o caso de caramanchões, que protegiam a guarnição de projéteis<sup>91</sup>.

A manutenção regular das fortificações será importante para permitir a resistência dos sitiados. No contexto do reino de Portugal, a manutenção é efetuada pelos habitantes, com a obrigação da anúduva, que consiste na obrigação de participar nestes trabalhos de construção e de reparação de castelos e de diversos outros tipos de fortificações. A população que deveria realizar a anúduva era a que se encontrava a habitar no termo, mas consoante a necessidade de mão de obra e da complexidade das obras em questão, isto pode estender-se lá para fora dos limites dessa zona.<sup>92</sup> Este tipo de contribuição é muito importante para a coroa, variando consoante a importância estratégica da fortaleza.

A realização destas obras geralmente competia aos corregedores das comarcas, nomeados pelo rei, a complexidade e exigência deste tipo de construções requeria experiência e treino para garantir a eficácia do processo, e para impedir a necessidade de uma mais cara e apressada antes do desgaste natural da fortificação<sup>93</sup>. A maioria das intervenções seriam na sequência da deterioração das defesas pela ação do clima, pela passagem do tempo e, como foi referido anteriormente, por manutenções anteriores que se demonstraram serem insuficientes ou de fraca qualidade. Todo o processo implicava o transporte de materiais para o local, não só de construção, mas também será comum o envio de equipamento militar para a futura defesa do local, como bestas, escudos, virotões, trons, estes que seriam pequenas bombardas e vários tipos de armaduras<sup>94</sup>.

Os sitiados necessitavam de bloquear o maior número possível de portas para que estas não fossem alvos fáceis para os sitiados, e também de desobstruir o terreno na base interior e exterior das muralhas para facilitar o movimento e o tempo de resposta a ataques inimigos. As portas que ficassem abertas eram reforçadas com um número maior de

---

<sup>90</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 335-338.

<sup>91</sup> MONTEIRO, 2003, p. 227.

<sup>92</sup> MONTEIRO; MARTINS, 2010, p. 62.

<sup>93</sup> Idem, pp.107-108.

<sup>94</sup> Idem, pp.112-114.

homens, de equipamento e, também, com a construção de defesas improvisadas. Meios para que a sua defesa fosse rápida e eficaz. Os edifícios que se encontrassem próximos, ou encostados às muralhas, serão destruídos com o objetivo de facilitar a movimentação e também para impedir, caso as muralhas sejam assaltadas, que os sitiados as utilizem para seu proveito<sup>95</sup>.

Fora das fortificações serão feitos processos semelhantes, casas, campos agrícolas e outros edifícios que dificultem a defesa serão destruídos, árvores e arbustos de grande porte são derrubados, evitando o seu aproveitamento pelos sitiados, já que estes que podiam utilizar os edifícios para se defenderem no aproximar às muralhas, ou até os usar para escavarem minas sem serem detetados<sup>96</sup>. Estas estruturas também se podiam apresentar como obstáculos à visão das muralhas, criando problemas para os vigias. Os habitantes nesta zona da localidade terão a noção do que a sua casa poderia ser destruída em caso de um cerco, caso existisse tempo de o fazer<sup>97</sup>. Um exemplo para este último aspeto será antes do cerco de Lisboa de 1373, em que a movimentação do exército de Castela em direção a Lisboa resulta na destruição de todos os edifícios na proximidade das muralhas sob ordens de D. Fernando<sup>98</sup>.

Será necessária uma guarnição competente para conseguir efetuar uma defesa eficaz das fortificações, a isto junta-se a necessidade do apoio da população, evitando traições de apoiantes dos sitiados, situações que podiam ser muito perigosas<sup>99</sup>. A guarnição tinha de ser em número suficiente para permitir vários turnos de vigia diurna e noturna sobre toda a extensão das muralhas, e aqui o apoio da população na defesa será essencial<sup>100</sup>. Este apoio e participação da população está bem expressa no cerco de Lisboa de 1384, em que D. João utiliza os trabalhadores das várias oficinas no combate, largando as suas ferramentas e ocupando as muralhas quando necessário. De uma forma mais controversa o rei entregará armas a frades a outros membros do clero, quando era proibido que estes as usassem<sup>101</sup>. Neste mesmo cerco, D. João procede a uma manobra importante na defesa. Ordena que os moradores do termo de Lisboa se refugiem dentro das suas

---

<sup>95</sup> MONTEIRO, 2003, p. 227.

<sup>96</sup> Idem, pp. 227-228.

<sup>97</sup> MONTEIRO, MARTINS, 2010, pp. 35-36.

<sup>98</sup> LOPES, 1895, vol. 2, p. 48.

<sup>99</sup> MARTINS, 2001, pp. 314-315.

<sup>100</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 30-31.

<sup>101</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 176-177.

muralhas, trazendo mantimentos e outros recursos importantes consigo<sup>102</sup>. Antes do cerco os sitiados deveriam recolher os habitantes das povoações mais próximas para dentro das suas muralhas, já que estas localidades se encontram em perigo de ser pilhadas pelo exército sitiante, e também porque a abundância de mão de obra é um fator benéfico para a realização da defesa da fortaleza, em especial na realização de reparações e na vigia noturna<sup>103</sup>.

As vigias serão importantes, tanto no contexto dos cercos, como na guerra na Idade Média. É um aspeto que tinha de ser garantido para impedir ataques de surpresa sobre uma força não preparada para o combate. A aproximação do inimigo será um agravante para aumentar as vigias durante um cerco. O constante perigo de uma rápida investida contra as muralhas aumenta ainda mais a importância deste fator. Para os sitiados é, também, importante manter a vigia sobre a fortificação e sobre o seu acampamento, já que os defensores podem, rapidamente, organizar-se e realizar sortidas. Nas fortalezas será o alcaide a tomar a seu cargo a organização das vigias, referidas como a vela, a ronda e a guarda das portas. Todos estes processos necessitam da participação da população, e a sua realização teria de ser ajustada à realidade do local, considerando também a sua importância estratégica<sup>104</sup>.

A vela será definida como a colocação de poucos homens na vigia, cerca de dois, nas torres maiores, e com especial atenção às torres posicionadas nas proximidades das portas. A ronda era um tipo de vigia focado no movimento nas muralhas, em que dois vigias se movimentam entre torres, percorrendo-as num movimento de vai e vem.<sup>105</sup> A guarda das portas será tão ou até mais importante que aqueles dois tipos de vigia. Durante a noite eram fechadas, com as suas chaves a serem confiadas a pessoas consideradas leais, para minimizar riscos de traição. As portas serão abertas apenas durante o dia para as movimentações de homens ou de animais, com um contingente de soldados destinados, exclusivamente, à sua proteção e a controlar quem saísse ou entrasse nas fortificações. Este contingente deveria estar localizado nas próprias portas e nas torres por cima das mesmas com o equipamento necessário para, rapidamente, responder a qualquer ataque que se dirigisse na sua direção. As velas e roldas (rondas) serão efetuadas de dia e de noite

---

<sup>102</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 243-244.

<sup>103</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 170-171.

<sup>104</sup> MONTEIRO; MARTINS, 2010, p.107.

<sup>105</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 177-178.

com a criação de turnos, geralmente de três a quatro horas, variando consoante as condições climatéricas, a estação do ano e o número disponível de combatentes<sup>106</sup>.

Para assegurar a vigilância será feita a supervisão dos vigias através dos cargos de sobrevelas e dos soberrondas.<sup>107</sup> Estes tinham de verificar se as sentinelas estavam atentas através de chamamentos que tinham de ser respondidos atempadamente. O alcaide teria de ter a atenção de mudar frequentemente a colocação dos vigias para evitar a possibilidade da criação de uma rotina, efeito este que poderá resultar no descuido dos vigias e na deteção dessas mesmas rotinas por parte das forças de cerco. Outro facto a ter em conta serão as traições, pelo que a mudança de vigias será um dos métodos mais usados para evitar que isso aconteça<sup>108</sup>.

Estes postos vão ser efetuados em todas as fortificações do termo e serão realizados pelos habitantes daquela zona que se refugiaram dentro das muralhas. A guarnição participava nestas funções como o seu serviço habitual, mas em casos excecionais, em que o número de vigias não fosse suficiente, seria a população a efetuar essas funções de vigilância. As exceções a realizar esta função seriam os fidalgos, os membros de ordens religiosas ou de ordens militares, trabalhadores com determinadas funções, indivíduos idosos ou em fraco estado físico e, por fim, habitantes de localidades fronteiriças. A complementar este sistema de vigia também era importante o controlo do território circundante, quando possível, através de torres de vigia, designadas de atalaias, ou com a utilização de patrulhas a cavalo. O objetivo era o de conhecer os movimentos inimigos e impedir que a sua aproximação das muralhas fosse desconhecida, impedindo o que os soldados mais temiam, um ataque surpresa<sup>109</sup>.

Um dos aspetos essenciais para os defensores residia nos mantimentos, durante o cerco os defensores estavam impedidos de acederem aos campos agrícolas, por isso a recolha prévia será um processo fundamental para a organização da defesa. Também a recolha prévia de todos os mantimentos e matérias-primas (ou a sua destruição) impedem que estes recursos caiam nas mãos do inimigo. Os géneros serão definidos como sendo pão, carne, peixe, sal, óleo e diversos legumes. Será importante ter em conta que a carne e o peixe eram muitas vezes salgados de forma que estes não apodreçam e assim durem mais tempo.

---

<sup>106</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 178-179.

<sup>107</sup> Idem, p. 179.

<sup>108</sup> Idem, pp. 15-17.

<sup>109</sup> Idem, p. 227.

Com o recolher das populações mais próximas para o interior das muralhas gerava-se um influxo de comida e outros recursos importantes, essenciais no decorrer do cerco. A contrapartida será a de que o número de pessoas a alimentar também aumentará, e assim, também, será necessária uma maior reserva de alimentos. Os métodos de recolha serão vários. Aponto aqui o que D. João fez antes do cerco de Lisboa de 1384, enviando barcas para o Ribatejo de modo a recolher gado para ser abatido e salgado<sup>110</sup>. Este, também, concede a total isenção de pagamentos de portagem, incentivando mercadores a venderem os seus produtos na localidade e assim abrindo o leque de possibilidades para a aquisição mantimentos<sup>111</sup>. Em preparação para a segunda guerra fernandina, D. *Juan I* de Castela ordena a recolha generalizada de mantimentos para as fortificações na sua fronteira, desconhecendo por onde poderiam invadir os portugueses, e assim garantindo que todas as suas localidades fronteiriças teriam os mantimentos necessários para resistir a assédios prolongados<sup>112</sup>.

A água será um outro fator de extrema importância. A falta de água ou a impossibilidade de acesso a um rio, ou a outras fontes de água, podia resultar numa rendição rápida. As fortificações geralmente possuem poços ou cisternas, fontes importantes de reserva de água que deveriam ser protegidas contra assédios inimigos. Caso este acesso não existisse, tinha que ser feita uma recolha intensa, à semelhança da recolha de mantimentos<sup>113</sup>. O exemplo da importância de acesso a água é evidente no relato do cerco de Almada de 1384. O local estava consideravelmente aprovisionado, mas a sua cisterna era pequena para garantir o abastecimento durante um período alargado. Será mesmo a falta de água que levará à sua rendição perante as forças castelhanas<sup>114</sup>.

A juntar à recolha de mantimentos e de água, era necessário assegurar que exista armamentos, equipamento e variados tipos de munição em larga quantidade para garantir que não exista a sua falta durante a realização das operações de defesa. Uma das munições mais importantes serão as simples pedras, sempre muito utilizadas nos cercos. Podiam ser disparadas por engenhos ou diretamente atiradas do topo das fortificações pelos sitiados contra os atacantes que se aproximem da base das muralhas, como também para a construção de defesas improvisadas, ou reparação das muralhas<sup>115</sup>.

---

<sup>110</sup> LOPES, 1895, pp.195.

<sup>111</sup> MARTINS, 2001, pp. 92-94.

<sup>112</sup> LOPES, 1895, vol. 2, p. 11.

<sup>113</sup> MONTEIRO, 1998, p. 343.

<sup>114</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 224-225.

<sup>115</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 227-228.

A presença de variados outros recursos como madeira, pregos, ferro, carvão e outros materiais inflamáveis que podiam ser arremessados das muralhas, em conjunto com os já mencionados, permite, também, a construção de engenhos de cerco, a reparação de estruturas, a criação de projéteis e armamento. Todos eles essenciais à defesa continuada da fortaleza. A criação e reparação do armamento será efetuado ao longo de todo o cerco para contrariar a perda gradual do mesmo nos confrontos. A reparação de estruturas será fundamental para contrariar o dano progressivo efetuado pelos engenhos e pelas sortidas inimigas. Os líquidos, como o azeite, podem ser aquecidos para serem utilizados contra engenhos inimigos, ou contra combatentes inimigos, que se aproximem das muralhas<sup>116</sup>.

O exército que pretendia cercar uma cidade terá de efetuar uma preparação e um percurso muito diferente até que seja estabelecido efetivamente o cerco. Em vários aspetos terá parecenças com o sistema empregue pelos defensores, como a rapidez na preparação das operações e a constante necessidade de vigias, entre muitos outros fatores que serão de seguida abordados.

## **CERCAR**

A realização dos cercos implicava um gasto tremendo para o recurso do tesouro real, que muitas vezes não estava preparado para financiar grandes campanhas militares sobre o território inimigo. As várias despesas caracterizavam-se pelo pagamento dos soldos dos soldados, do armamento, dos mantimentos, das montadas para a guerra e para o transporte de equipamento. Os salários dos mercenários serão, também, uma das principais despesas, ainda mais quando se alonga o período em que estes serão necessários. Os gastos serão constantes, com o exército a precisar continuamente de mantimentos e de novo armamento. Para atacar será também preciso assegurar a defesa das fortificações fronteiriças e, conseqüentemente, das rotas de abastecimento. O aspeto mais importante dos gastos estará na sua imprevisibilidade. Não se saberia quanto tempo é que um cerco teria de ser mantido, ou quanto tempo é que se teria de permanecer dentro

---

<sup>116</sup> MONTEIRO, 1998, p. 345.

de uma fortificação. Sendo assim será um desafio adquirir financiamento suficiente para a realização de uma guerra.

De modo a financiar as campanhas os monarcas tendem a utilizar aumentos de impostos extraordinários, empréstimos e até desvalorizações da moeda, entre muitas outras formas. O povo sofre sobre a guerra, pagando estes impostos e estando sob ameaça de perder as suas casas e bens debaixo do assédio de uma força inimiga. Estes aumentos de impostos seriam pedidos de financiamento extraordinários que tinham de ser aprovados em cortes, e só depois executados. Para além disto, no contexto português poderia ser aplicado o *monetarium*, criado no reinado de Afonso III, em que era pedido, nas cortes ao monarca, que este não tivesse de aplicar mudanças ao valor da moeda.

A própria desvalorização da moeda será um método muito utilizado, embora cause problemas para a generalidade do reino com a subida dos preços. A realização de empréstimos também era comum. Eram feitos através da comunidade judaica, da alta nobreza ou por apoio do clero. Este último apoio pode estender-se até ao Papa, com a autorização da utilização do dízimo entregue à igreja para a guerra, como será evidente nos séculos XII e XIII nas bulas das cruzadas.

O imposto municipal das *sisas*, era uma taxa que se aplicava a todas as trocas comerciais, os concelhos utilizavam este método temporariamente para se financiarem. Com o reinado de D. Fernando, este imposto passa a reverter para os cofres régios de forma temporária, e com o reinado de D. João, passa a ser um imposto régio permanente. Os concelhos também podiam lançar *fintas* e *talhas*, sob ordem régia, em que o dinheiro resultante destes impostos, destinava-se à melhoria ou construção de fortificações. Estes últimos impostos não serão gastos atribuídos à preparação da hoste atacante, sendo a sua utilização mais no espectro defensivo.

Completado o processo de financiamento, será iniciado o planeamento da campanha militar. Este planeamento será tão extensivo quanto possível, tendo em conta os vários condicionalismos presentes<sup>117</sup>. O sigilo será de máxima importância para impedir a preparação atempada do inimigo, embora seja necessário arriscar para adquirir informações sobre determinadas fortalezas, ou sobre a força dos exércitos dos defensores. Podiam ser utilizados espões, que se infiltravam nas localidades para adquirir informação variada, esta que será útil para o eventual processo de assédio.

---

<sup>117</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 251-254.

Dentro destas informações destaca-se o conhecimento do perímetro amuralhado e de eventuais ângulos ou pontos fracos que facilitem o ataque. O próprio estado de conservação das muralhas, da quantidade de equipamento e de mantimentos também serão conhecimentos importantes no eventual contexto de um cerco. Este uso de espões é perigoso devido à possibilidade de uma eventual captura, pondo em causa a recolha de informação, e num panorama mais severo, toda a operação de cerco. Fora do espectro do subterfúgio poderiam ser utilizados grupos de batedores, estes que percorriam as estradas para averiguar se estavam aptas para o itinerário de marcha do exército, investigavam as fortalezas e o estado do território circundante. Por vezes, estes grupos poderiam provocar os defensores da localidade, fugindo de modo que estes avancem para uma emboscada, adquirindo algumas informações sobre o estado e o número da guarnição do local.

Ainda antes do exército se movimentar eram necessários mantimentos para a viagem e recursos para manter uma linha de abastecimento. Em semelhança com o financiamento, é possível fazer empréstimos de bens a mercadores, ou até que estes acompanhem a hoste para vender os seus bens aos soldados. Os próprios monarcas podiam adquirir mantimentos a baixos preços, que depois vendiam aos seus soldados, criando assim um saldo positivo para o seu investimento<sup>118</sup>. Os soldados podiam ser avisados de forma atempada, isto para definir que o seu abastecimento teria de ser da sua responsabilidade durante a campanha militar. A forragem e a recolha de alimentos através de saques serão a forma mais eficaz de manter a hoste longe de sofrer de fome, embora numa perspetiva de longo termo esta opção não seja muito viável. Todo o consumo alimentar teria de ser racionado, tarefa esta que estava por conta do adail, tentando ao máximo evitar o descontentamento da hoste<sup>119</sup>.

Com a hoste preparada e com o plano em curso, o exército terá de iniciar a sua marcha para território inimigo. Este dispunha-se numa longa coluna em marcha lenta, isto com o intuito de evitar a criação de várias pequenas colunas, estas que eram mais vulneráveis a ataques inimigos e por vezes o próprio terreno ou estrada por onde se deslocavam não possibilita a marcha lado-a-lado<sup>120</sup>. Teriam de ser escolhidos itinerários rápidos e com acesso a água e pasto para os animais, embora o aspeto principal seja o da segurança da hoste. O conhecimento das vias e dos lugares propícios a emboscadas era essencial, será necessário evitá-los para que não exista essa oportunidade para o inimigo.

---

<sup>118</sup> Idem, pp. 255-260.

<sup>119</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 378-379.

<sup>120</sup> CARDOSO, 2015 pp. 26-27.

Serão discerníveis dois tipos de marcha, é o que afirma João Gouveia Monteiro, que os define através dos seguintes nomes: marcha de aproximação e a marcha itinerária<sup>121</sup>.

Esta primeira marcha é caracterizada por ser organizada para entrar rapidamente em combate caso seja necessário, a cavalaria encontra-se dividida na retaguarda e na vanguarda da hoste, no interior da formação encontravam-se os peões e a bagagem de apoio. A marcha itinerante é, em contrapartida, uma marcha sem urgência, deslocando-se com os peões na vanguarda da coluna, seguidos pela cavalaria e a bagagem de apoio. Nestes dois tipos de marcha é demonstrado a importância de proteger a retaguarda, era o alvo a abater para o inimigo, este que poderia utilizar emboscadas ou armadilhas e deixar toda a coluna sem maneira de bater em retirada.

A bagagem de apoio, aqui mencionada, é constituída pelas carroças que transportavam armamento e todo o tipo de utensílios para a realização do cerco, como ferramentas, tendas e madeira para a construção do acampamento e de engenhos de cerco. A inclusão de um rei na coluna traz outro ponto a ser fortemente defendido, a sua importância era extrema e evita-se que este se situe na vanguarda.

O itinerário era planeado antes da marcha, evitando lugares em que a coluna se encontra vulnerável e de forma que esta atingisse o seu objetivo o mais rapidamente possível. Esse mesmo plano teria de ser secreto, para evitar que o inimigo planeasse ataques nos pontos em que o exército se encontrava mais vulnerável.

A realização de marchas noturnas era evitada devido ao perigo acrescido de ataques e também pela dificuldade de reconhecer o caminho definido. A marcha através de rios era perigosa e necessitava de esforços redobrados. A existência de um rio largo, mas pouco profundo implicaria o avanço da cavalaria em duas colunas com a infantaria a atravessar no seu interior. Caso este fosse profundo poderia ser necessário a criação de canais para possibilitar a travessia.

Por fim, em rios navegáveis seria possível utilizar pequenas barcas ou jangadas com a madeira do local. A marcha não será contínua, é preciso fazer pausas para o descanso da hoste e para a alimentação dos animais. A problemática será que a hoste estará num ponto fraco em que pode ser atacada, para isto terá de escolher um local adequado seguindo várias regras que também se aplicam ao acampamento efetivo que será construído para o cerco<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> Idem, pp. 335-336.

<sup>122</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 340-343.

A escolha da época para realizar operações de cerco seria o verão, facilita a marcha devido ao tempo ser mais previsível e ameno, secava os rios e as fontes, facilitando a sua travessia e tinha a vantagem de agravar a necessidade de água dentro de uma fortificação. O verão também será a época de colheitas facilitando o roubo de mantimentos para os sitiados e impossibilitando que a mesma se realize para os sitiados.

Para o início dos cercos pressupunha-se a realização de diversas razias sobre localidades vizinhas com o intuito de assegurar algum saque e inviabilizar que estas reforcem a localidade cercada, estabelecendo algum controlo sobre a área circundante da fortaleza a cercar.

O cerco de Lisboa de 1384 será um exemplo que não segue esta conceção, as localidades mais próximas de Lisboa estavam a apoiar o rei de Castela, muitas até disponibilizam mantimentos e algumas fortalezas facilitam o estabelecimento de uma rota de abastecimento. Nas imediações, apenas Almada resiste, sendo esta também cercada para assegurar que as forças não procedam ao socorro de Lisboa<sup>123</sup>.

Um dos fatores mais importantes seria o local onde estabelecer o acampamento sitiado, era necessária uma observação cuidada sobre o local a cercar, para que seja planeado da melhor forma o estabelecimento do que será um acampamento que deve respeitar várias regras. Este planeamento pode ser feito no local, mas será mais comum ser planeado antes da movimentação do exército, caso as condições não sejam ideais o cerco pode até não se realizar. A cavalaria estará preparada no local até que o acampamento seja montado, assegurando a proteção da hoste num momento em que está mais vulnerável<sup>124</sup>.

Este arraial deveria estar afastado o suficiente das muralhas para que não seja alvo de projéteis oriundos das mesmas, mas perto o suficiente para a utilização de engenhos de cerco e para manter as vigias sobre a fortificação. O acampamento também necessitava de ser ordenado no seu interior seguindo as formações da marcha, separando o rei, caso este estivesse presente, com uma residência muito mais completa quando comparado com o resto da hoste.

O acesso ao mar ou a uma via fluvial poderá ser um fator a considerar consoante os aspetos geográficos, este acesso pode ser utilizado para abastecimento e para uma eventual retirada, caso seja necessário. Em conjunto com a água, o local deveria ter por

---

<sup>123</sup> LOPES, 1895, pp. 223-224.

<sup>124</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, pp. 373-374.

perto árvores para lenha, teriam diversos fins como aquecimento e a construção de engenhos e de defesas. Também terá de ser um local em que seja possível realizar forragens para abastecer o acampamento. A altitude e a existência de outras vantagens naturais são também um fator que condiciona a localização do acampamento, de modo a assegurar a sua defesa contra as sortidas e o melhor posicionamento dos seus engenhos. Por fim, as montadas serão guardadas num estábulo temporário, a uma distância considerável de modo a evitar problemas com doenças e com o próprio cheiro dos dejetos dos animais.

Para, efetivamente, pressionar o local, seria preciso cercar a fortificação na sua totalidade para impedir a saída ou a entrada de reforços e mantimentos. Aqui também se denota a tarefa de impedir o acesso ao mar ou a vias fluviais, caso este existisse, já que o mar podia ser utilizado como uma linha de apoio efetiva para fornecer as defesas com o que necessitavam<sup>125</sup>. O aspeto de cercar a localidade estava condicionado fortemente pela disponibilidade de meios e pela própria geografia do local. Para contrariar este aspeto podem ser criados mais acampamentos para assegurar o cerco ou então desdobrar o seu acampamento principal em pequenos acampamentos diurnos e com o chegar da noite estes seriam desmontados e as forças congregavam no acampamento principal. Não existindo a possibilidade de separar as forças entre os dois arraiais será então necessário escolher um local que permita a mais elevada pressão sobre as operações da localidade cercada.

Os acampamentos nos cercos tinham de ser uma espécie de fortificação temporária, bem organizado e preparado para ser defendido de sortidas surpresa vindas das fortificações. O perigo não vem só de dentro, sendo que a possibilidade de ajuda exterior através de um exército de socorro poderá ser elevada. Para isto, as hostes têm de estabelecer um regime de vigia intenso sobre as fortificações e também sobre o território circundante.

O cerco de Lisboa de 1384 mostra-se outra vez como exemplo, Fernão Lopes refere vigias realizadas a cavalo pelos castelhanos que patrulhavam à volta das muralhas para avistarem rapidamente quem tentasse sair de Lisboa. Em conjunto com este método adiciona-se a criação de pequenas atalhas e acampamentos de observação. Também é considerando o cenário naval, duas galés estavam destacadas a patrulhar o rio Tejo<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> BARATA; TEIXEIRA, *op. cit.*, pp. 225-226.

<sup>126</sup> LOPES, 1895, pp. 192-195.

A fortificação dos acampamentos junta-se à vigia como uma ferramenta essencial para manter o cerco e impedir investidas de dentro das muralhas. Para este efeito poderiam ser utilizados vários métodos, os mais comuns sendo a construção de paliçadas e a escavação de fossos em redor do acampamento. Estas construções dificultam qualquer ataque quer seja de um exército de socorro quer seja de uma sortida vinda das muralhas. Estes ataques sofrem então a vantagem defensiva que antes detinham, embora a eficácia das fortificações improvisadas seja limitada e contra uma forte investida inimiga podia não ser suficiente. A própria localização do acampamento deverá providenciar um fator de defesas naturais facilitando ainda mais a defesa dos sitiados perante a pressão dos defensores.

Com o estabelecimento efetivo do arraial torna-se essencial a criação e a manutenção de linhas de abastecimento. Estas asseguram o abastecimento continuado ao cerco ao providenciar mantimentos e todo o tipo de equipamento necessário para as operações militares. Será com a movimentação em direção ao objetivo que, de certa forma, se inicia e se assegura a criação dessa mesma linha, através da conquista de vários pontos fortes ao longo da marcha para o objetivo principal.

É necessário que a comunicação e a segurança ao longo de toda esta linha seja garantida através de pequenas guarnições nos pontos mais vulneráveis. A segurança destas seria muito complexa em termos logísticos devido à elevada necessidade de homens, de animais e dos próprios meios de transporte.

Ainda mais se juntam as escoltas armadas e também a necessidade de vias em bom estado, qualquer falha num desses fatores poderia implicar atrasos ou até no extravio completo da carga sujeita a ataques inimigos. As condições climatéricas também poderão ter efeitos negativos no transporte dos abastecimentos, podendo provocar paragens ou simples atrasos, estes podem resultar no completo apodrecimento dos mantimentos ou de parte dos mesmos, inutilizando-os para o consumo no cerco.

Não é de descartar a existência de várias linhas de comunicação, ou até que estas fossem marítimas, o que até era a preferência dos comandantes devido à sua celeridade embora estivessem vulneráveis aos mesmos perigos que em terra<sup>127</sup>. A demanda de recursos dentro destes acampamentos estende-se para lá do essencial, com a possibilidade de mercadores lá se instalarem para venderem os mais diversos produtos. Também se nota a presença de «serviços» como prostituição, jogos de dados e vários tipos de apostas,

---

<sup>127</sup> MARTINS, 2019, pp. 221-224.

para o entretenimento da hoste. A sua existência leva a que o Condestável, em Portugal, proíba os jogos de dados e outros tipos de apostas, também expulsando as prostitutas do seu acampamento em detrimento do moral dos seus soldados<sup>128</sup>.

Para assaltar as muralhas de uma fortificação, por vezes, serão utilizados engenhos de cerco, que terão um uso que será limitado, pelo que será necessário recursos e tempo para construir os engenhos no local, ou então, proceder ao seu transporte. O local do acampamento teria de possuir matéria-prima, esta que seria complementada com as linhas de abastecimento, ou com a carga inicial, para que sejam construídos no local. Para isto também será necessário que existam engenheiros especializados a acompanhar a hoste, com as ferramentas necessárias para a sua construção.

Outra forma de usufruir destes engenhos será transportá-los diretamente em conjunto com a hoste, através da sua desmontagem e posterior montagem quando necessário. Os engenhos poderiam não ser transportados com a hoste, seriam guardados em outros locais para depois serem movidos para o cerco, caso existisse a aproximação ao mar e a rios, os engenhos podiam ser enviados através de barco. A construção no local será preferencial, os engenhos durante o transporte podiam ser atacados, resultando na sua destruição e comprometendo o cerco. A sua movimentação poderia ser demorada, sendo que arriscaria um processo mais lento do que a sua construção no local, criando a possibilidade de o exército ser interceptado, e também providenciando mais tempo de preparação à fortificação que seria cercada.

A construção no arraial também é problemática, pois a máquina constitui um alvo a atacar pelos defensores, mas também será um símbolo de medo, ao ponto de que a sua construção poderá provocar quebras fatais no moral dentro das muralhas. Para reduzir estes problemas de construção, e de deslocação, é possível ordenar a desmontagem de engenhos utilizados anteriormente, ou então, construí-los de forma a serem desmontados e montados no local. Seria facilitado não só o processo de construção, mas também, o processo de transportar as partes do engenho. A realização destes dois processos reforça a importância de possuir homens treinados na construção e na desmontagem de engenhos, processos inerentemente complexos<sup>129</sup>.

Com o acampamento estabelecido e com a localidade cercada, iniciam-se as operações de cerco, um processo com vários riscos associados aos seus participantes.

---

<sup>128</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 165-168.

<sup>129</sup> MONTEIRO, *op.cit.*, p. 357.

Vários aspetos afetam os cercos durante o seu decorrer, embora alguns não sejam previsíveis. Para muitas destas problemáticas será feita uma preparação rigorosa para que não aconteçam, ou para que sejam evitadas durante um largo período. Serão tratados aspetos como a incógnita da duração dos cercos, a influência das condições climáticas, das estações do ano, as situações de sede, fome e de doenças. Outros aspetos, também importantes, serão a realização de sortidas, a falta de armamento e munições e ações de espionagem durante as operações.

O maior problema associado à realização dos cercos é a incógnita da sua duração. Os vários processos de preparação efetuados pelos exércitos, como a recolha de mantimentos, armamento, o recrutamento e a realização de sortidas, ou de defesa contra as mesmas, afetam a duração do cerco, embora as duas forças presentes no conflito por vezes não possuam informações sobre o estado de abastecimento do seu oponente. Uma maior duração do cerco implica mais gastos com o pagamento aos soldados, a extensão do seu serviço, mais razias sobre os territórios e a destruição que daí advinha<sup>130</sup>. Fatores como condições climáticas e a propagação de doenças são acontecimentos imprevisíveis que podem ter um efeito negativo na posição estabelecida pelos participantes. Outros problemas aqui associados poderão ser destruição de fortificações improvisadas em chuvas fortes e surtos de peste entre as hostes<sup>131</sup>.

Para os sitiados a extensão no tempo do cerco pode resultar em várias dificuldades. O ideal seria a permanência perto do seu objetivo e esperar pela rendição do exército sitiado, que poderia estar a sofrer de fome, de doenças ou de vários outros fatores. Quanto mais tempo durar o cerco, mais seria a possibilidade de ser formado um exército de socorro com o objetivo de ajudar os defensores, resultando no levantamento do cerco e na derrota dos sitiados. Não só era o cerco levantado, mas também incorreu num número avultado de perdas materiais e de homens, condicionando futuros ataques. Este último problema também será considerado pelo exército de apoio, pelo que por vezes resulta num impasse entre as duas forças<sup>132</sup>.

Com o estender do cerco para além da duração do serviço de contingentes não-profissionais como as milícias concelhias, será necessário convencer estes grupos a continuar o seu serviço, já que a sua ausência enfraquece a posição do acampamento pondo em causa a continuação do cerco. O método mais comum seria o pagamento

---

<sup>130</sup> BRAUER, 2008, p. 60.

<sup>131</sup> MARTINS, 2001, pp. 73-74.

<sup>132</sup> MARTINS, 2014, pp. 435-437.

adicional correspondente ao período necessário para terminar o cerco. Caso isto não fosse possível podiam ser recrutados novos grupos para substituir os que estavam de saída. Estes novos soldados também podiam ser convocados em caso de baixas severas para que se continuasse o assalto.<sup>133</sup> Fatores como a fome, o medo e a sede, juntamente com o prolongamento do cerco reforçam a situação de deserção dentro dos exércitos sitiados, agravando a situação de necessidade de efetivos, e enfraquecendo consideravelmente o exército<sup>134</sup>.

Para as forças que se encontravam a defender a fortaleza, constantemente a ser pressionadas por ataques inimigos e bombardeadas por engenhos, um cerco longo resulta num desgaste intenso sobre o moral e sobre a quantidade de forças disponíveis. Também a fome e a sede são fatores que se podem tornar predominantes com o arrastar do cerco, aumentando a mortalidade, ou até forçando a rendição.

Ao contrário das forças atacantes, os defensores raramente conseguem reforçar os seus números, com cada baixa a ser importante e devastadora para a motivação dos soldados e para o esforço continuado de defesa<sup>135</sup>. Estes, os defensores, também poderiam realizar as suas próprias sortidas, destruindo engenhos e causando estragos consideráveis sobre os sitiados. Um tipo de ações que serão importantes para qualquer fortificação, já que a passividade dentro das muralhas é uma fraqueza a ser utilizada contra quem defende. A realização deste tipo de ações, em si é uma forma de vigia sobre o inimigo para testar as suas forças e analisar as defesas nos seus arraiais<sup>136</sup>.

A captura de prisioneiros é um dos objetivos destas operações, reduzem o número de efetivos adversários que podem ser utilizados como moeda de troca, ou para resgates. A destruição de engenhos inimigos é necessária devido ao seu perigo para as muralhas, e assim realizam-se sortidas com a finalidade de os destruir, de modo a inutilizar o trabalho de várias semanas dos opositores e garantindo que as fortificações não sejam fustigadas por bombardeamentos ou assaltos<sup>137</sup>. Outros objetivos que estas sortidas poderiam possuir seria a eventual eliminação, ou captura, do comandante da hoste sitiada, ou até a abertura de espaço para que mantimentos sejam recolhidos para o interior das muralhas.

---

<sup>133</sup> Idem, pp. 444-445.

<sup>134</sup> MARTINS, *op.cit.*, pp. 437-438.

<sup>135</sup> MARTINS, 2019, p. 268.

<sup>136</sup> MARTINS, 2011, p. 313.

<sup>137</sup> Idem, pp. 312-314.

Para finalizar o cerco e sobre uma situação de desvantagem os sitiados poderiam negociar com as forças agressoras a sua rendição, evitando mais baixas entre a guarnição e a continuação da destruição. As negociações também são atrativas para os sitiantes, que poderiam eliminar os riscos de assaltos às muralhas e também preservar os recursos que possuíam para continuar a sua campanha em território inimigo. A guarnição também teria a possibilidade de conservar os seus bens, e nem sempre serão estes a procurar um acordo, os próprios sitiantes poderiam iniciar negociações para terminar o cerco sob a perspectiva de reduzir os seus custos de guerra, sendo assim, esta forma de finalizar as operações será tido como vantajosa para os dois lados dos conflitos<sup>138</sup>.

O comandante das defesas teria que fazer o pedido de rendição sobre autorização do seu senhor, pedido este que é geralmente aceite pelo que a insistência de um defesa desvantajosa era muitas vezes um esforço fútil<sup>139</sup>. As rendições contemplavam a rendição da fortaleza em troca da saída em segurança da guarnição e da população sitiada, estes poderiam ter a permissão, ou não, de poder sair com os seus bens<sup>140</sup>. Outra possibilidade será a troca de fidelidade dos defensores, em que estes se juntavam à força sitiante, prestando juramento a um novo senhor. A troca de reféns será comum como garantia do cumprimento do que foi estipulado nas negociações, mas nos casos de não cumprimento dos tratados seria de esperar que a vida dos reféns estivesse em perigo<sup>141</sup>. Com o término das negociações, as forças atacantes entram na fortaleza e as defesas depõem as armas. Simbolicamente, os novos donos do local colocavam o seu estandarte sobre um local bem visível dentro da localidade, geralmente na porta principal para informar quem se aproximava da mudança de dono.

Os sitiantes podiam por vezes negar qualquer tipo de contacto pelo simples facto de a sua vitória ser iminente. E com a conquista efetuada, sem qualquer negociação prévia, o cenário mais comum seria a captura da guarnição, ou a sua execução, sendo que o seu futuro seria decidido pela hoste atacante. Um exemplo bem demonstrativo destes processos será o cerco de Cortijo em 1382, em que a guarnição se encontra demasiado reduzida para defender o local contra as investidas da aliança luso-britânica. Para efetuar um pedido de negociações, os homens vestem-se de sacerdotes e apelam à misericórdia dos sitiantes. Em detrimento de todo este aparato religioso, a força inglesa recusa estes

---

<sup>138</sup> MARTINS, 2014, p. 443.

<sup>139</sup> MARTINS, 2019, p. 300.

<sup>140</sup> BRADBURY, 1998, pp. 157-158.

<sup>141</sup> MONTEIRO, 2003, p. 232.

pedidos e irá entrar pela força, destruindo e matando todos os membros da defesa com grande violência, um cenário que os defensores queriam evitar<sup>142</sup>.

Feita a conquista vinha, geralmente, a pilhagem com a respetiva divisão dessa mesma pilhagem, onde os soldados receberiam a sua parte pela participação no cerco<sup>143</sup>. O processo é delineado pelos comandantes da hoste, assegurando que a repartição seja justa e para satisfazer os seus soldados e, principalmente, os nobres que figuravam as suas forças, aumentando o seu moral, possivelmente afetada pela duração e pelos riscos das operações de cerco<sup>144</sup>. Para evitar o descontrolo do processo de pilhagem, só seria autorizado após se assegurar o controlo da fortaleza em questão, embora isto por vezes não acontecesse na prática, os combatentes arriscavam-se na procura de bens valiosos, resultando em baixas desnecessárias por estarem em uma posição vulnerável a defensores que ainda se encontrem preparados para combate.

A hoste atacante, agora controlando a fortaleza e estabelecida a sua importância estratégica, necessitará designar um alcaide para organizar a defesa. Teria de ser escolhido o novo senhor daquele local e seria esse novo senhor, a escolher o alcaide. Caso a posse do local não se considerasse proveitosa para a força atacante era tomada a decisão de, após a pilhagem, destruir a fortificação para impedir o seu reaproveitamento. O cerco de Braga, efetuado pelas forças de D. Henrique é bem-sucedido em tomar a praça, mas esta estava desprovida de mantimentos e a hoste proveniente do reino de Castela não possui meios necessários para formar uma guarnição para a sua nova conquista. Assim Braga é saqueada e ateadada com fogo danificando gravemente a localidade e impedindo que esta sirva como um bastião para as forças portuguesas sem a realização de uma extensa reconstrução<sup>145</sup>.

Com este último exemplo é de notar a destruição que o local e os seus arredores sofrem, será necessário um extensivo trabalho de reconstrução das muralhas e de outros vários estragos causados por engenhos ou por assaltos. Este processo é dificultado pela desordem social e económica que sucede ao cerco, sendo necessário o transporte de recursos e a contratação de mão de obra para lá do que era, geralmente, estipulado. Em

---

<sup>142</sup> LOPES, 1895, pp. 107-108.

<sup>143</sup> MARTINS, 2019, p. 319.

<sup>144</sup> BRADBURY, 1998, pp. 323-325.

<sup>145</sup> LOPES, 1895, pp. 105-106.

casos mais graves, poderá ser decidido abandonar completamente a fortaleza, reconstruindo-a noutra local, outra opção será a de abandonar completamente o local<sup>146</sup>.

Após a conclusão do cerco, a hoste sitiante teria que rapidamente reagrupar e dirigir-se para o seu próximo objetivo. Para o reino que defendia, poderia ser possível interceptar os atacantes que estariam, possivelmente, desgastados pelos vários cercos já realizados. O plano efetuado para a campanha deverá contemplar qual será o próximo alvo a cercar, mas poderá nem sempre ser esse o caso. A retirada completa da invasão pode ser contemplada devido a demasiadas perdas ou à falta de mantimentos e equipamentos. De forma a evitar este cenário seriam enviados reforços para substituir os efetivos perdidos durante os assaltos. Para o abastecimento de mantimentos poderia ser necessário esperar por um carregamento proveniente da linha de apoio, ou então saquear as redondezas, ou seguir em direção a outra fortaleza.

Para exemplificar este problema podemos apresentar o caso dos eventos que precedem o cerco de Lisboa de 1373, em que D. Henrique designa uma força secundária para cercar Coimbra, e avança para Santarém para impedir que o exército de D. Fernando lá estacionado crescesse mais. O confronto não se realizou e com a hoste castelhana a entrar no seu termo. A localidade de Lisboa apressa-se a preparar as suas defesas perante a iminência daquela ameaça. Aqui o processo é tardio, provocado pela esperança do monarca português em travar as forças inimigas<sup>147</sup>. Outro aspeto para os defensores é garantir que estão cientes das movimentações atuais dos possíveis sitiante para prever qual será o seu próximo alvo.

A importância dada aos aspetos aqui referidos reforçam a necessidade de preparar e organizar as operações de cerco. As fortalezas e as hostes invasoras tinham de assegurar que este processo ocorresse sem falhas para não comprometer os confrontos futuros. Será preciso analisar as características do reino de Portugal durante a época em estudo para melhor entender a utilização destes fatores no seu contexto. Como o financiamento, o número e o armamento dos soldados, em conjunto com as fortificações e a sua adaptação e manutenção.

O reinado de D. Fernando será marcado pelas três guerras travadas contra o reino de Castela, e assim várias das medidas que este adota serão em benefício da prática da

---

<sup>146</sup> LAURITSEN, 2013, pp. 173-176.

<sup>147</sup> LOPES, 1895, pp. 38-42.

guerra e, conseqüentemente, da preparação do seu reino e da sua hoste para a realização de cercos.

**3.**

**AS GUERRAS FERNANDINAS**

D. Fernando chega ao trono no ano de 1367, com cerca de 22 anos, o seu predecessor, D. Pedro, será o único rei no século XIV a não se envolver em guerras, em parte devido às boas relações que mantinha com D. Pedro de Castela<sup>148</sup>. O reinado de D. Fernando estará repleto de problemas econômicos, que serão agravados ao longo do século pelos conflitos sucessivos com Castela, e por outras discórdias que afetaram o panorama internacional, como será a guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra. Fernão Lopes refere bem toda esta situação:

«Desfalleceu isto quando começou a guerra e nasceu outro mundo novo muito contrário ao primeiro, passados os folgados annos do tempo que reinou seu pae; e vieram depois dobradas tristezas com que muitos choraram suas desventuradas mesquindades. Se se contentara viver em paz, abastado de suas rendas, com grandes e largos thesouros que lhe de seus avós ficaram, nenhum no mundo vivera mais ledado, nem gastara seus dias em tanto prazer.»<sup>149</sup>.

D. Fernando continua as tendências dos seus antepassados no que toca à política régia, aumentando o seu poder de mediação através dos seus oficiais no âmbito da justiça, da gestão da economia e da tributação fiscal. Estas políticas tendem a organizar a economia e a sociedade do seu reino, tendo por base uma lógica de centralização, que provoca várias reações contrárias entre os seus súbditos, o que levará vários indivíduos a tomarem partido por Castela nas guerras fernandinas. A agravar este descontentamento, esta forma como o monarca decide doar terras e títulos nobiliárquicos, levando a um aumento do poder da nobreza e aprofundando a insatisfação que os concelhos tinham para com D. Fernando. A crónica citada refere o monarca como «um grande creador de fidalgos, e muito companheiro com elles»<sup>150</sup>, confirmando o que será um problema que caracteriza os inícios da sua governação, levando a várias dificuldades ao longo do seu reinado. Em contrapartida, fazem-se novos fidalgos e aumentam-se as posses dos já existentes, aumentando o peso dos nobres na guerra, inserindo-os no processo de crescente aristocratização da guerra<sup>151</sup>. A sua política bélica vai ao encontro destas medidas, ao reforçar o poder dos nobres que seriam a base da hoste portuguesa<sup>152</sup>. A

---

<sup>148</sup> MATTOSO, 1993, pp. 490-491.

<sup>149</sup> LOPES, 1895, vol. 1, pp. 6-7.

<sup>150</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>151</sup> MORENO, 1986, pp. 35-40.

<sup>152</sup> NEWITT, 2005, pp. 11-12

problemática associada a este crescimento será o aumento da dependência do reino português pela nobreza, reino este que sofreu uma redução generalizada da população com a peste negra. Sendo assim, os nobres necessitam cada vez mais da coroa e da igreja para manter o seu estatuto e a sua riqueza<sup>153</sup>.

D. Fernando casa com D. Leonor Teles em detrimento do acordo de Alcoutim, que presumia que o monarca casasse com a filha de D. Henrique. O rei português terá conhecido a futura rainha quando visitava a sua irmã, e Fernão Lopes descreve bem os atributos que levaram o rei de Portugal a cobiçar aquela dama:

«quando viu D. Leonor em sua casa, louçã e aposta e de bom corpo, pêro que a d'antes houvesse bem conhecida, por então mui aficadamente esguardou suas formosas feições e graça»<sup>154</sup>.

D. Henrique não ficará satisfeito com esta quebra do acordo, mas não atuará e decide manter a paz entre os dois reinos. Do casamento de D. Fernando e D. Leonor Teles nasce D. Beatriz, que será a única filha legítima do monarca, o que causará problemas na sua sucessão.

O reinado de Fernando está intimamente ligado a três guerras com Castela, com a primeira a ser realizada em 1369-1371, a segunda em 1372-1373 e, por fim, a terceira, em 1381-1382. Não serão bem-sucedidas para as forças portuguesas, já que o objetivo das mesmas não foi alcançado, ou seja, a expansão para o Norte, contra a Galiza, ou para Leste, à custa de Castela. Também é no seu reinado que será negociada uma aliança com Inglaterra, e diversos acordos interpeninsulares com Castela, em conjunto com diversas reformas a vários níveis. Estas últimas resultam das pretensões de D. Fernando sobre o reino vizinho, e vários dos acordos sofrem devido ao não cumprimento de D. Fernando, fator determinante na continuação das guerras.

A reivindicação de D. Fernando ao reino de Castela surge com a morte de D. Pedro I às mãos do meio-irmão, Henrique de Trastâmara, que se assume como herdeiro do trono castelhano. D. Pedro terá pedido várias vezes apoio ao reino de Portugal sem grande sucesso, sendo um dos fatores da sua derrota.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> Idem, p. 13-15.

<sup>154</sup> LOPES, 1895, pp. 180-182.

<sup>155</sup> RUSSELL, 1955, pp.194-195

Vários apoiantes de D. Fernando na Galiza apelam a que este se apresentasse como candidato à coroa do reino vizinho, conseguindo este garantir o apoio de diversas cidades galegas. Como D. Fernando era primo de D. Pedro, assumiu que tinha o direito de ser o sucessor ao trono, apoiando-se na ideia de que tinha de vingar a morte do seu familiar contra D. Henrique de Trastâmara, considerando-o como um usurpador por causa do seu estatuto de bastardo.

Será na Galiza que a primeira guerra terá o seu começo. O exército português avançou em julho de 1369, enquanto eram feitos ataques contra a costa da Andaluzia e se iniciava um bloqueio naval a Sevilha. D. Henrique de Castela reage através do apoio francês, utilizando um contingente comandado por Bertrand Du Guesclin contra o avanço português sobre terras galegas.

Existirão vários focos de confronto. Na zona fronteira alentejana é lançada uma ofensiva castelhana, contudo serão ataques fracassados, e abrem lugar a uma contraofensiva portuguesa. Esta luta em várias frentes torna-se insustentável para o rei D. Fernando resultando no tratado de paz de Alcoutim no ano de 1371, tratado este que não será apenas com o reino de Castela, mas também com a França. Nos próximos dois anos o reino português aproxima-se de Inglaterra, celebrando um tratado de aliança com a mesma, em 1373<sup>156</sup>.

A importância geoestratégica da Península Ibérica vai resultar na extensão da Guerra dos Cem Anos sobre o reino de Castela e o reino de Portugal. A França será a principal aliada de Castela e a Inglaterra terá que colaborar com D. Fernando para conseguir tirar proveito da extensa costa atlântica do reino Português. O cisma do ocidente também será um fator que suporta a aliança entre estes reinos, Castela e França vão apoiar o papa de Avinhão, enquanto Portugal suporta o papa de Roma, tal como o reino de Inglaterra.

Henrique de Trastâmara vai antecipar-se aos acordos entre Portugal e Inglaterra, decidindo invadir Portugal em direção a Lisboa e iniciando as operações de cerco em fevereiro de 1373. D. Fernando não consegue mobilizar a tempo as suas forças para pressionar a hoste inimiga, pelo que a deixa progredir até Lisboa.

O cerco de Lisboa será curto, mas extremamente violento, resultando na destruição, causada pelo fogo, de várias zonas da cidade. Os invasores não conseguem penetrar as defesas portuguesas e assim o cerco é levantado após intervenção papal. O

---

<sup>156</sup> BARATA; TEIXEIRA (dir.), *op. cit.*, pp. 250-255.

cardeal D. Guido<sup>157</sup> leva a que seja assinado um novo acordo de paz, que será muito desvantajoso para o monarca português. Este acordo será designado de Tratado de Santarém, estipulando a expulsão dos apoiantes galegos e castelhanos de Portugal bem como a estipulação de uma aliança com Castela e França<sup>158</sup>.

Estava assim terminada a segunda guerra fernandina, mas não o fim das aspirações do rei português. Em 1379, D. Henrique de Castela morre, e D. Fernando negocia apoio inglês com o conde de Cambridge, preparando a eventual realização de uma terceira guerra, com vista a vingar os estragos causados pelo falecido rei de Castela.

A terceira guerra inicia-se em 1381, com uma derrota naval pesada para as forças de Portugal, ocorrida na batalha de Saltes, levando a que Castela possua o controlo dos mares, e utiliza este meio para assediar a costa envolvente de Lisboa. A resposta castelhana centra-se em ataques contra a raia alentejana e, também, na zona de Trás-os-Montes. O apoio inglês vem reforçar as defesas portuguesas no ano seguinte, causando o recuo dos agressores castelhanos e abrindo caminho para uma batalha campal contra a hoste régia de Castela. Mas, esta mesma batalha não acontece. O que se sucede será a assinatura de um tratado de paz entre os dois reinos, pondo fim a mais de dez anos de combate<sup>159</sup>.

Estas guerras sucessivas vão criar e aprofundar um mau estar económico. Fernão Lopes descreve a situação do reino após as guerras fernandinas:

«O grande gasto do ouro e prata que antigamente fora entesourado (...) as cousas subiram depois a tamanhos e tão loucos preços»<sup>160</sup>.

O que ele escreve demonstra que o tesouro português estava desgastado, com uma desvalorização significativa da moeda, e uma enorme subida de preços que certamente causa transtorno na população. Junta-se a estes fatores a falta generalizada de mão de obra, sobretudo nos campos, por todo o seu reino, ampliando os danos causados pelos fracos anos agrícolas no início da década de 1370. Constatam-se várias revoltas populares

---

<sup>157</sup> Guido de Bolonha (1313-1373), cardeal francês, Deão do Sagrado Colégio dos Cardeais.

<sup>158</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 55-56.

<sup>159</sup> BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), *op. Cit.*, pp. 256-261.

<sup>160</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 69-70.

nesta mesma década, devido aos fatores referidos, e a junção de um novo: os efeitos da peste sobre a população do reino<sup>161</sup>.

A Lei das Sesmarias foi promulgada em cortes no reinado de D. Fernando e mais tarde incorporada nas ordenações de D. Afonso V. Tinha o objetivo de aumentar a produção agrícola e o aproveitamento dos campos. Para isso será obrigatório que os empraçamentos, os aforamentos e vários outros tipos de propriedade sejam cultivados, sob pena de que os seus proprietários tenham de ceder o terreno a quem os lavrasse, sob pagamento de uma pensão. Nesse sentido seriam reunidos os mendigos que estivessem aptos a trabalhar, mas apenas aceitando a prática de mendicidade a quem se encontra gravemente doente ou envelhecido. Serão regulados os preços do gado pelos juízes locais com vista a que a sua aquisição fosse mais acessível a todos os agricultores. E estes serão obrigados a utilizar os bois para a agricultura com o arado, e o pastoreio desse mesmo gado é apenas permitido caso a terra seja também cultivada<sup>162</sup>.

No domínio da guerra terrestre, a sua prática recorrente será utilizada como fator de desenvolvimento em vários aspetos do seu reino. O rei atuará de modo a reforçar as defesas em várias localidades. A mais importante será a expansão das muralhas de Lisboa, a cerca fernandina. Terá cerca de cinco quilómetros de extensão e 77 torres<sup>163</sup>. A juntar a Lisboa, o Porto, Coimbra e Santarém também foram reforçadas, entre muitas outras localidades. Este reforço a Lisboa será, certamente, essencial, já que a sua muralha era desadequada no cerco de 1373, e para o futuro não seria de esperar que conseguisse aguentar outra investida castelhana, se apenas existisse a antiga cerca moura<sup>164</sup>.

Em termos de política marítima evidencia-se a criação do cargo de capitão-mor, e também da criação da Companhia das Naus. O relato de Fernão Lopes realça a importância que o comércio marítimo tinha para o reino, e também o interesse deste domínio nas políticas de D. Fernando<sup>165</sup>. As embarcações que possuíssem acima de 50 tonéis seriam registadas na Companhia, e parte das suas perdas seriam seguradas. O apoio incentivava a construção de navios e pretendia aumentar a riqueza do reino através do comércio marítimo de longa distância. O investimento feito neste sistema de seguros

---

<sup>161</sup> MATTOSO, 2009, p. 416.

<sup>162</sup> RAU, 1946, pp. 80-90.

<sup>163</sup> BARATA; TEIXEIRA (dir.), *op. cit.*, pp. 303-304.

<sup>164</sup> *Idem*, pp. 301-302.

<sup>165</sup> LOPES, 1895, vol. 2, pp. 106-108.

protege e assegura este comércio mesmo numa época tão conturbada para a realização deste tipo de trocas, devido à Guerra dos Anos<sup>166</sup>.

Esta guerra também será responsável por impulsionar as operações navais, um domínio em que D. Fernando atua. A partir do registo das embarcações na Companhia das Naus, o monarca possuía o conhecimento de grande parte da atividade marítima do seu reino, dos navios existentes e os seus respetivos donos. Assim, estará bem informado das capacidades do reino para desenvolver uma guerra marítima, possibilitando que este, facilmente, proceda ao aluguer de embarcações destinadas à guerra. As medidas do monarca afastam-se das do seu predecessor pelo facto de a sua política se debruçar pelo domínio da guerra em conjunto com a intensificação do comércio, com medidas que ampliam a sua marinha e o seu impacto na guerra<sup>167</sup>.

D. Fernando fará parte de um movimento que se inicia com D. Dinis, o da monopolização régia de edificação de fortificações e de outras obras militares. Será o princípio jurídico chamado *Ius Crenelandi*, que terá também o apoio de outros reis mais tardios, como D. João I, D. João II e D. Manuel I. Este controlo definia-se pelo domínio sobre a reparação, a construção e a própria modernização das cercas e das fortalezas presentes no reino<sup>168</sup>.

Com D. Dinis foram redigidas cartas régias que, efetivamente, autorizam a construção de fortificações, também a substituição dos tenentes por alcaides, nomeados de forma régia, reafirmam esta política. Várias fortificações na fronteira, que estavam na mão de senhores, passam a estar a cargo efetivo do rei, que ainda mais institui o cargo de corregedor da comarca, um «oficial» que tinha a função de verificar e inspecionar o estado de conservação dos castelos e dos seus arsenais do reino<sup>169</sup>.

No plano do armamento serão feitas várias mudanças. D. Fernando ordena que as proteções de malha metálica passem a ser substituídas, ou incorporadas, em novas peças. Serão também substituídos os *cambais* pelos *jaques*, como diz Fernão Lopes, estes deveriam ser armaduras de tecido, ou de couro fervido, embutidos com lâminas metálicas. Na proteção da cabeça será substituído o uso da capelina pelas «barvudas», que serão uma espécie de antecessor do bacinete. A juntar a isto, as proteções do pescoço, um camal, que seria um avental feito em malha de ferro.

---

<sup>166</sup> MONTEIRO, 2018, pp. 381-410.

<sup>167</sup> MARQUES, 1988, pp. 156-170.

<sup>168</sup> MONTEIRO, 2001, pp. 85-87.

<sup>169</sup> CORREIA, 2011, pp. 55-58.

No comando da hoste régia, será efetuada uma mudança com clara influência inglesa, a substituição do cargo de alferes pelos cargos de condestável e de marechal. No panorama de recrutamento, será feita uma sistematização das *contias* pagas aos nobres, em que o pagamento seria proporcional à participação do serviço militar prestado ao rei. Garantia a prestação de serviço militar dos nobres que se recusaram em participar nas guerras do reino. Ao utilizar a remuneração como vínculo, a própria Coroa poderia estimar quantos homens estariam disponíveis para o exército, e que estes, garantidamente, teriam equipamento adequado, dependendo da sua remuneração. O serviço militar duraria três meses, mas a sua extensão era comum e realizada através do pagamento de dinheiro ou de bens.

Na crónica de Fernão Lopes é possível identificar a utilização de armamento pirobalístico na defesa costeira contra a frota castelhana, onde serão utilizados os trões, pequenas bombardas. Eram feitas em ferro forjado, e com calibres de alcance limitado, que arremessavam pelouros de pedra de três quilos com cargas de pólvora negra, em pó, e que pesavam cerca de um quilo.

Os habitantes da cidade de Lisboa terão usado algum deste armamento em combate contra as forças do infante D. João de Castro, a que se juntavam bestas, este que se aproximava para negociar a rendição da cidade foi recebido com estes projéteis:

«os da cidade conheceram que eram de Castella, começaram de lhes atirar aos trons e virotões»<sup>170</sup>.

É referido este uso quando Fernão Lopes menciona os contingentes ingleses que vieram em apoio a Portugal, os navios são descritos como estando:

«aramados e empavezados, apercebidos de trões e outros artifícios para se defender», não será apenas no mar, mas também em terra «havia trons e engenhos para ajuda de sua defesa, com gentes assás, se lhe tal cousa aviesse»<sup>171</sup>.

O exército inglês possuía também estes engenhos pirobalísticos<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> LOPES, 1895, vol. 3, p. 38.

<sup>171</sup> LOPES, 1895, vol. 3, pp. 56-57.

<sup>172</sup> RUSSEL, *op.cit.*, pp. 414-420

No ano de 1382 é mencionado que D. Fernando parte de Santarém em direção a Évora e «ali mandou fazer engenhos e carros e bombardas e outros apercebimentos de guerra»<sup>173</sup>, terá sido esta a primeira vez que é mencionado o fabrico de armas de fogo portuguesas, certamente com o intuito de reforçar aquela localidade com equipamento. A defesa local estaria a ser fustigada por ataques castelhanos, e toda esta ordenação assegura com estas novas armas, em conjunto com a esquadra inglesa, que a cidade estava bem preparada para um cerco oriundo de Castela. A utilização destes engenhos, quer na defesa, quer no ataque, e a sua produção, aparenta ser uma preocupação evidente para o rei português, embora apenas seja mais evidente apenas no final da terceira guerra.

Estabelecido o panorama geral do reino, é necessário abordar as guerras fernandinas e as operações de cerco com maior detalhe. Para isso será analisada a crónica escrita por Fernão Lopes, onde comenta vários dos cercos efetuados, e também a situação do reino durante aqueles conflitos.

---

<sup>173</sup> Idem, p. 60.

**4.**

**OS CERCOS NO REINADO DE D. FERNANDO**

Com a realização das três guerras anteriormente mencionadas, a execução de cercos será abordada por Fernão Lopes. A sua crónica está repleta de variadas informações sobre estas operações, e neste capítulo serão observadas as guerras que marcam o reinado de D. Fernando e os cercos que este realiza, e também os que sofrem às ordens dos dois monarcas de Castela neste período, D. Henrique e D. Juan I. Parte das descrições redigidas pelo cronista, que serão aqui analisadas, não apresentam detalhes que sejam relevantes para a temática desta dissertação. Iniciando a análise de uma forma cronológica, serão abordados os conflitos entre D. Pedro e D. Henrique em Castela e que antecedem as pretensões de D. Fernando sobre o reino castelhano.

D. Fernando é primo de D. Pedro de Castela, monarca que entra em conflito com o seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara, pelo controlo do reino de Castela. Este conflito interno entra no panorama da Guerra dos Cem Anos. A Inglaterra irá apoiar D. Pedro<sup>174</sup>, enquanto a França decide apoiar D. Henrique<sup>175</sup>. Estes apoios centram-se no envio de homens para reforçar ambos os seus exércitos, incluindo também ajudas aos seus financiamentos, e podem ser considerados como parte da preparação para os cercos que serão realizados. Os assédios que Fernão Lopes refere logo no início dos confrontos carecem de informações mais substanciais sobre o seu desenrolar. No caso de Burgos, a cidade recebe D. Henrique, mas os homens no castelo «atiravam settas e trons»<sup>176</sup>. Após a rendição desta fortificação é afirmado que o pretendente ao trono recebe notícias de que D. Pedro abastecia intensivamente a localidade de Carmona, aliado ao facto de que este vai deixar a sua família e o seu tesouro neste local, e assim é essencial que esta esteja preparada com termos de mantimentos e homens caso fosse alvo de um ataque<sup>177</sup>.

Os cercos mais abordados pelo cronista são os de Toledo e de Córdova, que ocorrem em simultâneo. D. Henrique planeia em várias reuniões decidir se o cerco a Toledo seria a melhor escolha, e assim será acordado. Fernão Lopes descreve o exército e o estabelecer efetivo do acampamento de cerco:

«Com el-rei estavam até mil homens d'armas, e na cidade havia até seiscentos de cavallo e muita gente de pé; e, por se el-rei mais apoderar sobre o cerco da cidade,

---

<sup>174</sup> LOPES, 1895, vol. 1, pp. 19-20.

<sup>175</sup> Idem, pp. 54-56.

<sup>176</sup> Idem, pp. 61-62.

<sup>177</sup> Idem, pp. 68-65.

fez logo cercar todo o arraial e fazer no Tejo uma ponte de madeira, e certas gentes d'armas passar além e pousar ali»<sup>178</sup>.

D. Pedro será informado dos acontecimentos em Toledo e primeiro decide pedir a ajuda do rei de Granada, efetivamente aumentando o seu exército para cumprir o seu objetivo, que é o de cercar a cidade de Córdova:

«O rei mouro foi d'isto mui ledo e veiu com grão poder, ca trouxe comsigo nove mil de cavallo ginetes e oitenta mil de pé, dos quaes eram doze mil besteiros, e el-rei D. Pedro havia mil e quinhentos de cavallo e seis mil homens de pé, assim que eram por todos noventa e oito mil e quinhentas pessoas»<sup>179</sup>.

É de referir o número elevado de besteiros na composição deste contingente, e a sua ação no cerco será essencial para o ataque que se realiza. Córdova não será tomada mesmo após as investidas iniciais serem bem-sucedidas e os dois monarcas recuam. O rei de Granada ataca vários locais vizinhos e prepara outro cerco ao seu objetivo inicial. Devido a Córdova estar tão bem preparada para um longo cerco, D. Pedro recua, definitivamente, de tentar tomar a cidade, e continua a abastecer as fortificações de Carmona, devido à sua proximidade a Córdova<sup>180</sup>.

Com o cerco a Toledo os ataques às muralhas intensificam-se, mas D. Henrique não consegue causar danos suficientes para vencer os sitiados<sup>181</sup>. Após dez meses de cerco Toledo sofre pela falta de mantimentos e de homens para a sua defesa, e D. Pedro é informado da necessidade de apoiar a sua defesa. São reunidos vários homens para formar um contingente de ajuda a Toledo e D. Henrique está ciente da sua existência. O problema que os sitiados terão é que têm de decidir entre continuar o cerco da cidade, ou prepara-se para uma batalha campal. Caso este último se evidencie, e D. Pedro decidisse não realizar a batalha, Toledo certamente teria tempo para se reabastecer e reforçar a sua guarnição<sup>182</sup>.

D. Henrique solicita apoio a Córdova para complementar a sua hoste, onde estaria o francês Beltram e o seu contingente de cavalaria. Antes de estas forças se

---

<sup>178</sup> LOPES, 1895, vol.1, pp. 63-65.

<sup>179</sup> Idem, pp. 65-66.

<sup>180</sup> Idem, pp. 67-68.

<sup>181</sup> Idem, pp. 69-70.

<sup>182</sup> Idem, pp. 70-71.

movimentarem é designado um pequeno grupo para manter o cerco a Toledo. O resto das forças de D. Henrique avança para Montel, onde D. Pedro estaria a preparar-se para travar uma batalha campal. D. Pedro não possui indicações sobre os movimentos de D. Henrique, e apenas prepara as suas forças quando o inimigo já se encontrava nas imediações da sua posição. D. Pedro e D. Henrique de Trastâmara vão avançar no que será um dos raros confrontos em terreno aberto, travando a batalha num vale estratégico onde os soldados de D. Pedro não se conseguem movimentar rapidamente. É através da utilização da força de cavalaria francesa liderada por Beltram de Claquim, que D. Henrique consegue uma vitória decisiva<sup>183</sup>

Será depois desta derrota que D. Pedro é assassinado sob ordens de D. Henrique, despoletando a movimentação política de D. Fernando. O rei português decide avançar para tomar o trono de Castela utilizando o facto de ser bisneto de D. Sancho IV, e para vingar a morte de D. Pedro, seu primo<sup>184</sup>.

Fernão Lopes relata que após a morte de D. Pedro várias localidades e nobres não aceitam o novo rei, e dão o seu apoio a D. Fernando, oferecendo o controlo total das suas vilas caso este entrasse em território castelhano. A resposta será favorável, com o monarca português a afirmar que o seu apoio não seria em vão, e que iria conceder «muitas mercês e que lhes acorreria, com as suas gentes e por corpo, se cercados fossem e lhe mister fizesse»<sup>185</sup>. Aquelas localidades preparam-se para futuros confrontos, especificamente cercos, contra D. Henrique, e procuram assegurar que um exército de apoio os viesse ajudar. Estas localidades são enumeradas na crónica:

«as cidades e villas que tomaram a sua voz foram estas: Carmona, Samora, Ciudad Rodrigo, Alcantara, Valencia d'Alcantara e mais, de Galliza, a cidade de Tuy, Padron, a Arrocha, a Coruña, Salvaterra, Bayona, Alhariz, Milmanda, Arhujo, a cidade d'Ourense, a villa de Ribadavia, e Lugo, a cidade de S. Thiago, que se deu mais tarde e com certas condições»<sup>186</sup>.

Em conjunto com estes locais também é evidenciado o apoio de «todos os fidalgos e cavaleiros que eram da parte d'el-rei dom Pedro, assim de Galiza como de Castella afora

---

<sup>183</sup> LOPES, *op. cit.* pp. 72-74.

<sup>184</sup> *Idem*, pp. 80-81.

<sup>185</sup> *Idem*, p. 84.

<sup>186</sup> *Idem*, p. 85.

aquelles que estavam nos logares que tomaram voz por Portugal»<sup>187</sup>, o cronista faz uma listagem extensa destes nobres que afirmaram o seu apoio. O seu número irá para além do que é descrito, muitos destes partidários garantem que vários lugares se juntarão a esta causa se assim D. Fernando decidir lutar para ser rei de Castela. Na resposta do monarca português fica demonstrada a vontade em vingar a morte de D. Pedro, seu primo, e para isso terá mandado:

«fazer queixume ao papa e a el rei d’Inglaterra e a seus filhos, do mal e desonra que D. Enrique havia feito a el-rei dom Pedro, seu primo, em o matar d’aquella guisa e lhe tomar o reino, e que a isto foram D. Martim Gil, bispo de Évora, e o almirante, quando os el-rei mandou com mensagem ao príncipe e a outros senhores em duas galés»<sup>188</sup>.

Embora exista um largo apoio local, D. Fernando decide tentar que o Papa e o rei de Inglaterra tomem o seu partido ainda antes de serem realizados confrontos. Muitos destes fidalgos, que terão sido leais a D. Pedro, vão decidir vir para Portugal e aí tomar voz por D. Fernando. Este vai recompensar o seu apoio, atribuindo terras e casas aos mesmos, embora isto cause certo desconforto e protesto dos habitantes dessas terras, e no seu conselho régio. Estes estrangeiros consideram o rei português «o mais grado rei de se que os homens podiam acordar»<sup>189</sup>.

O testemunho de um deles é apresentado, constatando a grandeza com que os estrangeiros eram recebidos no reino português:

«Eu não hei razão de saber todas as grandezas que el-rei dom Fernando mostrou para com aqueles senhores e fidalgos que se para a sua terra foram, sei porém que recebiam d’elle todos muita honra e grandes gasalhados, e a muitos que nomear poderia deu villas e terras de juro e herdade e grandes dádivas de dinheiros e bestas e outras cousas»<sup>190</sup>.

Isto realça a ideia de uma divisão política entre nobreza do reino vizinho. Os nobres também complementam o exército português nas suas futuras sortidas. No

---

<sup>187</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 85-86.

<sup>188</sup> *Idem*, p. 86.

<sup>189</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>190</sup> *Idem*, p. 91.

território de Castela as várias localidades que o apoiam tratam-no como se este fosse seu rei. Na crónica é descrito que em cartas que D. Fernando enviou para Zamora se intitula como «rei de Portugal e do Algarve e da mui nobre cidad de Samora»<sup>191</sup>, mas não é caso único, o mesmo se passa com outros lugares. À semelhança dos fidalgos são feitas doações e atribuições de privilégios a estes lugares como forma de assegurar o seu apoio continuado. Henrique de Trastâmara não será completamente alheio a estes desenvolvimentos e persegue aqueles que tomam a voz do rei português retomando o controlo sobre algumas das terras e dos bens, alguns trazidos de Portugal sem qualquer tipo de controlo, o que poderia ser perigoso no caso de eventuais conflitos.

Fernão Lopes descreve que o apoio continuado ao rei português abriu caminho para que este pensasse seriamente em avançar sobre Castela, mas quer que todas essas ajudas se definam rapidamente, pois são fundamentais para a movimentação das forças nacionais em território castelhano.

Uma oportunidade de conseguir outro aliado surge no sul da Península Ibérica. O rei de Granada, que também apoiava D. Pedro, decide não efetuar tréguas com o novo rei, começando a negociar uma aliança com D. Fernando:

«Que ambos fizessem guerra a todos os que sua voz tomassem e fossem em sua ajuda, e esta guerra fosse por mar e por terra; e que el-rei de Granada não fizesse paz nem trégua com el-rei dom Henrique, mas todavia fosse em ajuda d'el-rei dom Fernando, continuando a guerra contra aquele, e que quaesquer villas que tomassem voz por el-rei dom Fernando fossem seguras d'el-rei de Granada, e igualmente as que tomassem voz por el-rei de Granada fossem seguras d'el-rei dom Fernando»<sup>192</sup>.

O rei de Granada comprometia-se a recrutar mercenários no Norte de África para complementar o seu exército. Ainda mais se diz disponível para albergar soldados estrangeiros a pedido de D. Fernando, sem necessidade de qualquer ajuda monetária do monarca português. O acordo é assinado com juramentos para que dure, pelo menos, cinquenta anos, firmando uma aliança entre estes dois reinos. D. Fernando assegurava um aliado no combate contra Castela, num acordo vantajoso, sem incorrer em gastos financeiros ou no desbaratamento dos seus homens.

---

<sup>191</sup> LOPES, *op.cit.*, p. 92.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 88.

D. Fernando, em conjunto com seu conselho, decide assegurar outro aliado para a guerra que se avizinhava. É decidido que para garantir o total apoio do reino de Aragão será efetuado um casamento entre D. Fernando e D. Leonor, filha do rei D. Pedro de Aragão de forma a consolidar a aliança política<sup>193</sup>. O acordo definia que o monarca português teria de enviar o pagamento necessário para o recrutamento e manutenção de cerca de «mil e quinhentas lanças»<sup>194</sup>. Os pagamentos teriam de ser na moeda utilizada em Aragão. Subsistia o problema de o monarca português ter de assegurar os pagamentos em plena guerra com Castela. Em troca era assegurado o apoio completo do reino de Aragão contra o rei de Castela durante os dois anos seguintes. D. Fernando enviará o conde D. João Afonso para fazer os pagamentos, que seriam enviados em quantidades avultadas de moedas de ouro e prata<sup>195</sup>. Porém estes pagamentos serão atrasados devido a problemas de negociação entre os dois monarcas, e a participação de Aragão na guerra será adiada completamente. O casamento que se pretendia entre D. Leonor e D. Fernando necessitava de uma aprovação papal, a pedido do rei de Aragão, e por isso esta princesa não será transportada para Portugal nas galés de João Afonso<sup>196</sup>.

O casamento régio assegurava o apoio da Galiza, e parcialmente o de Aragão, pondo em questão a coesão do território de Castela e, também, abrindo várias frentes que dificultavam a resposta militar possível das forças castelhanas. Fernão Lopes nota que esta procura de aliados é uma preocupação importante para D. Fernando. Este considera que o esforço conjunto dos seus novos parceiros, e dos nobres castelhanos que tomam o seu partido, resultará na rápida conquista do reino de Castela. O rei português utiliza vários procedimentos diplomáticos para assegurar aqueles apoios. É possível considerar que isto é uma espécie de preparação política para a guerra que se avizinha, juntando aliados e impedindo que o seu inimigo fizesse o mesmo.

Parte desta preparação também vem dos próprios fidalgos que decidem ir contra o novo rei castelhano, e que para isso angariam homens e movem equipamentos pela fronteira para poderem participar numa guerra contra D. Henrique. Os exércitos de Castela terão de lutar nas suas próprias terras, longe das frentes de combate, com o intuito de parar estes atos de rebeldia perante o novo Rei. Mas, aparenta ser uma ação difícil de efetuar, devido ao número de nobres e de localidades afetas ao rei português, o que,

---

<sup>193</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 94.

<sup>194</sup> *Idem*, p. 95.

<sup>195</sup> *Idem*, pp. 155-157.

<sup>196</sup> *Idem*, pp. 160-162.

eventualmente, provoca a necessidade de uma movimentação considerável de contingentes de D. Henrique. Os acordos com Aragão e Granada poderão criar várias frentes com vários cercos e dificuldades associadas, dificultando qualquer tipo de resposta de um exército de apoio. O monarca português tinha, assim, uma maior margem de manobra para avançar sobre território inimigo. Também será necessário preparar mais fortificações com soldados e equipamentos, aumentando a dificuldade de as poder conquistar para o reino oponente. Em termos diplomáticos o reino de Castela vê-se completamente cercado de oponentes, e necessitava, rapidamente, de assegurar apoios para se financiar, e também para complementar os seus contingentes.

D. Fernando declara, efetivamente, a guerra com Castela, mandando inicialmente que em toda a sua fronteira, e nos locais que demonstraram o seu apoio, sejam efetuadas velas e sobrevelas, métodos de efetuar vigias nas fortificações anteriormente referidos. As defesas destes locais também teriam de fechar as suas portas após o sol-posto, e só as poderiam abrir com o nascer do sol, colocando vários guardas armados, de confiança, para assegurar que ninguém desconhecido entrasse<sup>197</sup>. Nos seus muros teriam de possuir muitas pedras e traves para atirar contra sitiante na eventualidade de um cerco. Ao redor das muralhas terá de ser efetuado um corte geral de todas as árvores crescidas, que eram cortadas em pedaços pequenos, inúteis para o inimigo, nas suas operações de cerco. Será feita uma recolha geral de todas as sementeiras, colhendo os cereais para dentro das muralhas. O gado devia estar afastado das zonas fronteiriças para evitar que seja roubado por sortidas inimigas<sup>198</sup>. O monarca português enuncia aqui vários processos a serem efetuados para preparar os vários locais contra eventuais operações de assédio.

Nota-se uma clara importância do controlo de entradas e saídas, impedindo, assim, que entrassem espiões, ou até grupos, com o intuito de causar danos materiais dentro das fortalezas. No contexto das vigias é preciso notar que estas serão feitas dentro de território inimigo por forças locais adversas a D. Henrique. Estas que possivelmente poderão avistar movimentações muito antes que estas atinjam o território português, possibilitam uma preparação rápida dos locais em perigo, e também interceções com o intuito de provocar uma batalha campal, ou para forçar o exército inimigo a retirar.

D. Fernando avança por terra sobre a Galiza, chegando a Tui acompanhado de Álvaro Pires de Castro e Nuno Freire de Andrade, este último mestre da Ordem de Cristo,

---

<sup>197</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 96.

<sup>198</sup> *Idem*, p. 97.

entre outros nobres portugueses. Fernão Lopes irá aqui reforçar a ideia de que o rei apenas avança para tomar o controlo de Castela devido a ser bisneto legítimo de D. Sancho de Castela, em conjunto com o apoio que recebeu dos vários lugares e dos fidalgos galegos<sup>199</sup>.

Para complementar o seu avanço decide enviar oito galés até à Corunha, uma das localidades que não ainda não tinha demonstrado o seu apoio a D. Fernando. O comando português envia um mensageiro àquela cidade portuária para que deixem as suas portas abertas, para que o rei entre, senão o local seria imediatamente cercado. Mal tal não chega a acontecer, pelo que a vila recebe as forças de D. Fernando sem qualquer complicação<sup>200</sup>. O envio das galés poderá ter sido uma movimentação com o intuito de bloquear o acesso marítimo do local num eventual cerco português, e mesmo que este não se concretize, a existência destas galés possibilita outros bloqueios caso seja necessário cercar algum outro local na costa. A Corunha vai ser utilizada como centro de distribuição de mantimentos para a zona circundante, utilizando para isso a ligação marítima:

«mandou el-rei carregar em Lisboa navios de trigo, cevada e vinhos, que levassem tudo àquele lugar, para ser abastecido e os outros lugares derredor que míngua houvessem de mantimentos. E, estando uma nau e uma barca ante a villa à descarga, vieram outros navios dos inimigos e tomaram tanto a nau como a barca, e bem cento e quarenta moios de trigo e cevada que n'ellas ainda estavam e onze tonéis de vinho, e levaram tudo e queimaram os navios»<sup>201</sup>.

Aparente, no final desta passagem, é a disrupção, causada por navios do reino de Castela à preparação desta zona. O rei não apenas assegurará mantimentos, também ordena que sejam feitas alterações nas muralhas para melhorar a defesa contra um possível ataque.

Será feito um cerco sobre Monterrei, comandado pelo conde Fernando de Castro, que ordena que seja levantado um acampamento e que vários dos seus soldados patrulhem a zona circundante. É de presumir que este trará consigo materiais de construção e homens

---

<sup>199</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 97.

<sup>200</sup> *Idem*, p. 98.

<sup>201</sup> *Idem*, p. 99.

capazes de construir e manusear engenhos de cerco, já que será através de «engenhos e bastidas»<sup>202</sup> que a cidade será derrotada e terá de tomar o partido de D. Fernando.

Henrique de Trastâmara estava informado dos acontecimentos na Galiza pelo que prepara um grande contingente:

«vinham com elle monse Beltram de Claquim e todos os bretões que com elle eram, e quantos senhores e grandes cavaleiros no seu reino havia»<sup>203</sup>.

D. Fernando não pretende enfrentar este exército, e Fernão Lopes diz que o rei português não estava seguro da sua posição, decidindo deixar alguns homens de confiança para comandarem as cidades galegas na sua ausência.

As galés, na Corunha, são utilizadas como transporte pelo rei português para regressar a Portugal, pelo que D. Henrique não desiste e avança sobre território português, cercando a cidade de Braga. Esta é considerada pelo cronista como um lugar mal preparado e com grandes insuficiências nas suas fortificações, no número de homens e no armamento disponível. A maior fraqueza deste local, as fortificações, seriam facilmente identificadas pelos sitiantes, tornando-se num alvo claro, mesmo que os atacantes não possuíssem relatos claros do estado dos mantimentos e do equipamento dos defensores.

Os ataques serão constantes, mas não completamente eficazes, os defensores conseguem pedir ajuda a D. Fernando que forma um exército de apoio e se dirige para Braga com o intuito de quebrar o cerco<sup>204</sup>. A operação de socorro não corre bem, as forças portuguesas não chegam a tempo e a cidade arcebispal será tomada. Porém, os habitantes do local impedem que a pilhagem seja completa, e para isso «pozeram as cousas que levar poderam dentro na sé, onde lh'as não tomaram»<sup>205</sup>. Não só serão preservados alguns dos mantimentos e outras coisas do local, como também é impedido que os agressores não os consigam utilizar na sua campanha militar. Devido à fraca preparação de Braga, D. Henrique não teria os meios necessários para a defender e manter, por isso decide atear-lhe fogo e prosseguir para Guimarães, que irá, igualmente, cercar.

---

<sup>202</sup> LOPES, *op.cit.*, p. 100.

<sup>203</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>204</sup> *Idem*, p. 101.

<sup>205</sup> *Idem*, p. 105.

Guimarães estará mais preparada para aguentar um cerco prolongado e, inicialmente, serão feitas várias sortidas pelos defensores para impedirem que o acampamento castelhano seja estabelecido. Estes ataques serão possíveis devido à escolha do local do arraial estar demasiado afastado das muralhas, possibilitando que os defensores possam lançar os seus raides sem serem observados. O rei tomará nota deste erro estratégico, e decide acampar mais perto do local, ordenando:

«armar engenhos, e começou de combater a villa, e os de dentro trabalhavam de a defender, de guisa que os de fora não aproveitavam nada e, seu combate»<sup>206</sup>.

O bombardeamento do local será incessante, e em resposta serão construídos engenhos pelos defensores da cidade que causarão vários danos e mortes dentro do acampamento castelhano. D. Henrique tenta utilizar um método baseado no subterfúgio, que envolvia a traição no seio dos vimaranenses, em que Diogo Gonçalves de Castro entraria na localidade, supostamente para ajudar com a defesa, mas a sua missão era, depois de estar no interior, atear fogo em quatro zonas distintas, e abrir as portas durante a confusão causada pelo fogo. O fidalgo espião será descoberto e confessará a sua traição, resultando no insucesso do plano engenhado por D. Henrique, e na morte do seu cúmplice português<sup>207</sup>.

D. Fernando estava ciente do estado de Guimarães e prepara um exército de apoio estudando e definindo bem o seu itinerário de marcha. Para tal contacta a cidade do Porto e manda erigir uma ponte de barcas no rio para facilitar a travessia, garantindo que este não será um entrave. D. Henrique será informado da chegada de D. Fernando ao Porto, pelo que decide levantar o seu cerco e retirar-se. Na sua movimentação de volta para o seu território ainda toma:

«Vinhaes e Bragança e Cadavi e o outeiro de Miranda em mui poucos dias, cá uns foram tomados por arte, outros por não se poderem defender»<sup>208</sup>.

Mas, rapidamente, não tardará a voltar, porque recebe notícias da destruição da cidade de Algeciras pelos contingentes muçulmanos do rei de Granada. Será durante esta

---

<sup>206</sup> LOPES, *op.cit.*, pp. 106-107.

<sup>207</sup> *Idem.*, p. 108.

<sup>208</sup> *Idem.*, p. 110.

retirada castelhana no Norte que as alianças efetuadas por D. Fernando surtem efeito causando a separação, em várias partes, do exército castelhano, que terá de desviar recursos para defender as fronteiras de Granada e da Galiza, e também de vários outros lugares que tomaram o partido do rei português.

D. Fernando aproveita a retirada do seu adversário para pagar aos soldados em vários lugares, e também organizando entregas de armas e de equipamento provenientes dos arsenais de Lisboa, para onde fossem necessários. Na fronteira eram organizadas várias razias sobre Castela, onde se roubará gado e serão capturados prisioneiros, operações que enfraqueciam as várias localidades afetadas<sup>209</sup>. Um destes ataques, segundo o nosso cronista, consegue surpreender as defesas de Badajoz:

«E acometeram o lugar e do primeiro combate entraram a primeira cêrca, e as gentes do lugar acolheram-se à cerca velha e ali se defenderam de guisa que não foram entrados, e os portugueses pozeram fogo às casas da primeira cêrca e foram d'ellas muitas queimadas, e derribaram parte do muro, e tornou-se em seguida o infante com as suas gentes e os outros para seus logares»<sup>210</sup>.

Podemos presumir que Badajoz não estaria à espera deste ataque, não conseguindo preparar a sua defesa e defender a sua primeira cerca com o número suficiente de homens. Os defensores da cidade já estariam enfraquecidos devido a um número de razias sucessivas bem-sucedidas, que causaram o desgaste das suas forças, e será este aspeto a ser aproveitado pelas forças portuguesas.

Nos inícios de 1370, é relatado que uma grande tempestade assola a cidade de Lisboa, onde várias embarcações, que estariam a ser preparadas para a guerra com Castela, são destruídas devido à imensa força do vento e das vagas. A imprevisibilidade das condições climáticas afeta aqui os preparativos para a guerra por parte dos portugueses. Aquelas galés, e outros navios, não estarão disponíveis para futuros combates, ou caso sejam necessários bloqueios navais para assistir o decorrer dos cercos, onde tal fosse possível<sup>211</sup>.

As embarcações que restam à marinha portuguesa serão utilizadas para percorrer a costa de Castela e realizar razias e fazer bloqueios, como será o caso de Sevilha:

---

<sup>209</sup> LOPES, op.cit., pp. 114-116.

<sup>210</sup> Idem, p. 118.

<sup>211</sup> Idem, p. 120.

«E a intenção d’el-rei era que esta frota jousesse à entrada do rio de Sevilha para embargar que nenhum navio pudesse ir nem vir com mercadorias nem levar outros mantimentos para a dita cidade, e empachado longamente aquelle porto por esta guisa que Castela recebia tão perda e damno por esta rasão que seria a elle de mui grande vantagem para cumprir a sua vontade»<sup>212</sup>.

Os danos serão pesados para Castela, mas as forças navais portuguesas a sua estadia pelo início do inverno o que resulta no desgaste dos seus mantimentos e nas suas tripulações. D. Fernando vai enviar roupas, mantimentos e também homens para reforçar as suas forças navais, calculando já que a fome e a doença tenham causado baixas.

Perante os vários ataques que tinham origemem em Cidade Rodrigo e que causavam grandes danos em toda a zona fronteira de Castela, D. Henrique decide que será efetuado um cerco àquela localidade. A cidade será bombardeada através da utilização de engenhos e também são efetuadas sortidas contra as suas muralhas. Os defensores resistem a estes dois métodos, e D. Henrique ordena a escavação de minas com a intenção de derrubar as muralhas. Os defensores, através da realização de vigias, conseguem saber em que zona a mina irá tocar a muralha. O cronista relata os preparativos que os defensores da cidade desenvolveram para travar a progressão daquela mina:

«derribou casas dentro da cidade, e fez encher cubas de terra e pedra e uma grande bastida de madeira com peitoris de portas de casas em ela, apercebendo se do dano que lhe recrescer podia»<sup>213</sup>.

Com a mina finalizada o ataque castelhano é lançado sobre quatro partes da muralha para separar os defensores em várias frentes, e para que se pensasse que existiam outras minas. Com parte da muralha desabada, os sitiantees correm para trepar os grandes pedaços que caíram, mas são surpreendidos pela fortificação temporária ali erigida para travar o assalto, que resulta na morte de vários atacantes e na retirada castelhana. Também o acampamento será atingido por fortes chuvas que atrasam a chegada de mantimentos. Com a falha de vitualhas, D. Henrique decide quebrar o cerco e retirar-se. A imprevisibilidade das condições climáticas afeta intensamente o esforço de guerra

---

<sup>212</sup> LOPES, *op.cit.*, pp. 127-128.

<sup>213</sup> *Idem*, pp. 121-122.

castelhano onde o itinerário da linha de abastecimento se torna difícil de percorrer, e ameaça todo o acampamento de fome e de eventuais quebras do moral devido a este fator, dificuldade que são ampliadas pelos assaltos falhados. O exército recua em direção a Sevilha também para conseguir responder às razias efetuadas pelas forças de Granada e pelo exército português<sup>214</sup>.

D. Henrique focar-se à em tomar o controlo das várias localidades que tomam voz por D. Fernando. Cercará Carmona, cujos habitantes esperavam que D. Fernando os socorresse com um exército de apoio, cumprindo as promessas que tinha feito. Ainda antes do cerco recebem a confirmação desta intenção por parte do rei português de os acudir caso fosse necessário. A localidade abastece-se e prepara-se para um eventual cerco. Quando tiveram notícia que o rei D. Henrique avançava na sua direção para os cercar, enviaram um cavaleiro para informar D. Fernando do seguinte:

«à qual fazem saber que elles são bem certos que el rei D. Henrique tem juntas suas gentes para os vir cercar, e penso, senhor, disse elle, que já ora são cercados; e porém vos enviam pedir por mercê que vos praza de lhes acorrer de guisa que eles se não percam por mingua do vosso bom acorrimento, cá bem deveis, Senhor, d'entender que, sendo eles entrados por força ou por outro qualquer modo, o grão cajom e deshonna que lhes de tal feito podia vir»<sup>215</sup>.

O pedido dos defensores de Carmona será recusado após deliberação com o conselho régio, mesmo depois dos vários protestos feitos pelo emissário que afirma a lealdade da sua vila ao recusar as várias ofertas de D. Henrique para que os seus habitantes tomassem o seu partido<sup>216</sup>. Carmona será abastecida e receberá reforços nas suas fortificações, ainda com D. Pedro a controlar a mesma. Parece, assim ter em conta que este local estava bem preparado para um longo cerco<sup>217</sup>. D. Henrique ordena o estabelecimento do arraial, mas não terá meios para cercar completamente a vila. O cerco decorrerá da seguinte forma:

«e mandou fazer uma bastida, e de noite esclaram uma vez a villa e subiram acima quarenta homens armados, que para aquillo foram escolheitos, e os da villa, que

---

<sup>214</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 123.

<sup>215</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>216</sup> *Idem*, pp. 140-141.

<sup>217</sup> *Idem*, p. 142.

isto sentiram acudiram ali rijamente e pelearam com elles, de guisa que a alguns d'elles coveio por força soltarem muito contra seu grado, e outros que haviam cobrada uma torre, não podendo mais fazer, foram n'ella tomados por força, e chegou ahi D. Martim Lopez e fel-os matar todos, que não ficou nenhum, de cuja morte el-rei D. Henrique houve pesar e grão sentimento»<sup>218</sup>.

Nesta passagem é referida a utilização de uma torre de assalto, o que Fernão Lopes aqui designa como bastida, para atacar as muralhas e as torres. Os defensores vão reagir a este assalto e conseguem repelir os atacantes das suas muralhas, mas o cerco continuará, e os seus mantimentos não serão suficientes por muito mais tempo, também o apoio prometido de Portugal, de Granada e até de Inglaterra não chegará. Será feito um acordo entre as duas partes, com D. Henrique a tomar posse de várias riquezas ali guardadas por D. Pedro, estas que financeiramente vão ser uma benesse para a continuação da guerra contra Portugal<sup>219</sup>. A rainha ajuda-o realizando vários cercos, um deles à localidade Zamora, que Fernão Lopes refere, mas não se debruça sobre os detalhes do mesmo, afirmando que esta praça-forte será tomada através de um acordo<sup>220</sup>.

Em 1371 é assinado o Tratado de Alcoutim que estabelecia a paz entre os dois reinos, com a entrega dos territórios ocupados pelas forças portuguesas. As investidas de D. Fernando não apresentam resultados e é de assumir que este não conseguirá tomar o trono de Castela através da força. Aquele tratado não perdura, no mesmo ano D. Fernando desrespeita o acordo para se casar com D. Leonor de Castela, e casa com D. Leonor de Teles. Podiam ser expetáveis futuros conflitos, pelo que o rei de Portugal firma acordos com a Inglaterra para ter apoio contra as forças de D. Henrique. Este último irá invadir Portugal com o pretexto de que o tratado assinado no final daquele ano tinha sido desrespeitado por parte do monarca português <sup>221</sup>.

D. Fernando negocea uma aliança com o filho do rei de Inglaterra, o duque de Lencastre, para conseguir apoios contra Castela, e também contra o reino de Aragão. É acordado que os dois entrem em guerra contra um daqueles dois reinos, e sobre os territórios de Castela, que sejam conquistados, é estabelecido que ficariam na posse de D.

---

<sup>218</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 143-144.

<sup>219</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>220</sup> *Idem*, pp. 124-125.

<sup>221</sup> *Idem*, pp. 165-169.

Fernando. Quanto às conquistas em território aragonês estas serão de quem faz esses mesmos avanços. Como é dito por Fernão Lopes:

«se o duque entrasse por seu corpo em cada um dos ditos reinos, que el-rei de Portugal fosse teudo de entrar com seu corpo por outra parte; e que estas ajudas e guerra que cada um fizesse fosse às suas próprias despesas»<sup>222</sup>.

O plano é claro, invadir para que sejam criadas duas frentes de ataque, para forçar uma separação do exército de D. Henrique, ou para que este mantenha o seu foco numa só frente, deixando a possibilidade de que sejam efetuados cercos, mas sem o perigo da movimentação de um exército de apoio.

D. Henrique estará informado sobre estes movimentos e sobre a situação política no reino português. Enviará em seu nome, o bispo «D. João Manrique»<sup>223</sup>, a fim de questionar as ações portuguesas e afirmar a sua intenção de continuar em paz. Aquele bispo apresenta as quebras do tratado de Alcoutim e a aliança portuguesa com Inglaterra a D. Fernando, mas o rei português não demonstra nenhuma intenção de prolongar a paz, apontado, também, falhas de cumprimento do tratado por parte de D. Henrique<sup>224</sup>. Após o bispo relatar o resultado das negociações ao rei castelhano e ao seu conselho, é decidido que seja feita uma guerra contra Portugal. Mas antes será necessário contactar os seus vassallos, e reunir o seu exército na sua força total, e também recolher fundos para pagar os soldos aos militares. O aproximar do inverno também é um problema que o conselho tomará em conta, e por causa desse fator a decisão é que as hostilidades se iniciem por altura da primavera. Por fim, serão mandadas armar doze galés, para suportar o objetivo principal, o cerco e a conquista de Lisboa, no contexto da invasão do reino de Portugal<sup>225</sup>. O atraso na invasão castelhana dará a D. Fernando mais tempo para preparar as suas forças e continuar as negociações com o reino de Inglaterra.

A segunda guerra fernandina é iniciada com a movimentação das forças castelhanas sobre o território português. Ocuparão Viseu, Almeida e Linhares, criando uma linha de conquistas importantes para assegurar a linha de abastecimento destinada a suportar o cerco a Lisboa. Durante estes avanços, D. Henrique é informado da chegada

---

<sup>222</sup> LOPES, 1895, vol. 2, pp. 24-25.

<sup>223</sup> Idem, pp. 27-29.

<sup>224</sup> Idem, pp. 30-32.

<sup>225</sup> Idem, pp. 33-35.

do cardeal D. Guido de Bolonha. Vinha, este cardeal, para negociar a paz entre os dois reinos, sob ordens do papa<sup>226</sup>. Considerando que a sua ofensiva estava a correr bem, D. Henrique decide direccionar o cardeal para longe, para junto da rainha e seus filhos, onde ficaria ocupado. O cardeal irá perceber esta intenção e avança de Cidade Rodrigo para falar com o rei, onde quer que este estivesse<sup>227</sup>.

D. Fernando será surpreendido pelo primeiro passo tomado por D. Henrique. Fernão Lopes escreve que o rei português:

«não cuido que assim trigosamente se trabalhasse de fazer tal entrada, nem que elee fosse o primeiro que começasse a guerra; e poz logo suas frontarias pelas comarcas do reino e isso mesmo certos senhores e fidalgos nos logares por onde entendeu que el-rei de Castella havia de vir»<sup>228</sup>.

O reino não estaria preparado para tal ataque, e assim ordena que as fortificações que estarão pelo caminho possível a tomar pela hoste de Castela sejam preparadas para resistir. D. Fernando decide convocar os seus apoiantes e várias milícias da zona da Estremadura e do rio Guadiana e ordena que se concentrem perto de Coimbra. O plano formulado será o de avançar em direção a Santarém para provocar uma batalha campal aproveitando a grande distância a que a hoste de D. Henrique se encontra da fronteira, procurando criar problemas à chegada de abastecimentos, enfraquecendo, assim, a capacidade de combate da força castelhana. Coimbra será cercada sem grandes confrontos por uma força secundária, enquanto D. Henrique avança para Torres Novas. Ali será informado dos preparativos de D. Fernando e dirige-se em direção a Santarém com o objetivo de que a hoste portuguesa não crescesse mais. O soberano português não procurará o confronto com a hoste de Castela, aproveitando a oportunidade criada pelo facto de o exército inimigo se preparar para a batalha para reforçar outros lugares<sup>229</sup>.

A investida tão longa sobre território português é inesperada, e assim várias fortificações no caminho de D. Henrique não conseguem resistir e são tomadas. O cronista refere:

---

<sup>226</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 36.

<sup>227</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>228</sup> *Idem*, p. 38.

<sup>229</sup> *Idem*, pp. 41-42.

«em tanto que pelas villas e logares por onde el-rei D. Enrique vinha assim estavam as gentes desseguradas, por esta razão, que nenhuns se apercebiam de se guardar, nem pôr o seu em salvo de guisa que achavam os homens folgantes e cenado sem terem nenhuma cousa guardada do seu, e já os inimigos andavam pelos termos da villa e ainda o não criam, e assim roubaam e captivavam muitos d’elles, sem achar tal que lh’o de todo embargar podesse»<sup>230</sup>.

As movimentações efetuadas pelo exército castelhano surpreendem parte da população, que não consegue fugir nem retirar atempadamente os bens, resultando no enriquecimento do contingente com saques e mantimentos.

Os habitantes de Lisboa estarão em alerta após serem surpreendidos com notícias da passagem do exército de D. Henrique por Santarém e sem que D. Fernando o intercete com as suas forças. O local é descrito como insuficientemente preparado para ser defendido, como é evidenciado na seguinte passagem:

«a cidade era toda devassa e sem nenhum muro onde havia mais gente, e não tinha outra guarda nem defesa salvo a cêrca velha»<sup>231</sup>.

São apontadas duas insuficiências na preparação para o cerco: a falta de homens na guarnição e a ausência de uma muralha adequada para a defender contra a hoste de D. Henrique. A opção de resistir ao cerco no interior das muralhas ainda não é certa, já que a população prefere sair em força ao encontro do exército castelhano:

«E porém diziam alguns que era bem de se juntarem todos e ir pelejar com el-rei de Castella á ponte de Loures, e ali morrerem antes assumados que esperarem de sofrer tamanho mal como esperavam receber por sua vinda»<sup>232</sup>.

Isto, porém, não será concretizado, e a defesa da cidade será o método escolhido pelos seus habitantes. Serão armados os frades e os outros membros do clero para complementar a guarnição e ajudar nas várias tarefas de preparação, que são enunciadas por Fernão Lopes:

---

<sup>230</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 44.

<sup>231</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>232</sup> *Idem*, pp. 45-46.

«trabalhavam de buscar madeira para palancar as ruas; e taes ahi havia que desamparando o cuidado da defensão da cidade, não tinham sentido senão de guardar as cousas que em salvo podiam pôr»<sup>233</sup>.

Mesmo com este reforço não será possível remover as «cousas desamparadas além dos muros, sobre que depois haviam contenda extremado cada um quaes eram suas»<sup>234</sup>, não poderia ser garantido que o exterior das muralhas estivesse preparado para o cerco. Será com o envio da hoste régia para reforçar Lisboa que a opção em defender a cidade, resistindo ao cerco, fica definida. O rei ordena aos seus soldados para «deeribar todas as casas que estavam juntas com o muro por se não acolherem os castelhanos dentro n'ellas e receberem por ali damno»<sup>235</sup>, processo que termina antes que D. Henrique chegue a Lisboa e estabeleça o seu arraial. D. Fernando está ciente da necessidade de haver espaço não obstruído fora das muralhas, impedindo que os invasores utilizassem quaisquer edifícios existentes que pudessem suportar o seu ataque.

Na vertente marítima as galés de Castela dirigem-se para a foz do rio Tejo, suportando a força terrestre. O almirante da frota portuguesa hesita perante tal força, e procura conselho junto das estruturas concelhias lisboetas para decidir a melhor forma de travar a investida naval castelhana na foz do rio.

A frota castelhana avança sobre o estuário do Tejo, tomando parte das embarcações que ali estão ancoradas e forçando a retirada de outras, conseguindo atingir o objetivo de bloquear a cidade pelo mar e completar o cerco<sup>236</sup>.

A chegada das forças de D. Henrique interrompe todos os processos de preparação que estariam em curso. Fernão Lopes relata o alvoroço dos habitantes perante esta situação:

«Uns descarregavam seus hombros cansados das grandes trouxas que traziam, achando logo muito prestes quem de as receber tinha cuidado; outros; como chegavam às portas, lançavam dentro as cargas que levavam e deixavam n'as sem nenhuma guarda, com trigança de tornar por outras»<sup>237</sup>.

---

<sup>233</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 46.

<sup>234</sup> *Idem.* p. 47.

<sup>235</sup> *Idem.* p. 48.

<sup>236</sup> *Idem.* pp. 49-50.

<sup>237</sup> *Idem.* pp. 46-47.

Vários recursos que deviam ter sido trazidos para dentro das muralhas serão abandonados nos seus lugares, já que enfrentar a hoste castelhana no exterior é reconhecido como desvantajoso devido à inferioridade das forças da cidade.

No panorama político vários portugueses apoiavam esta invasão, e dentro de Lisboa existia um grupo suspeito de apoiar D. Henrique de Castela, o agravante desta situação é que vários destes suspeitos teriam acesso direto às portas da cidade e assim poderiam facilitar a entrada dos sitiados na localidade. Estes elementos, acusados de traição, serão presos e interrogados, e as suas chaves confiscadas. Alguns serão executados, sendo um deles supliciado numa máquina de guerra:

«e pozeram-n'ó na funda d'um engenho que stava armada ante a porta da sé, e quando desfechou lançou em cimda d'essa igreja, entre duas tores dos sinos que ahi há; e quando cahiu acharam-n'ó vivo, e tomaram-n'ó outra vez e pozeram-n'ó na funda do engenho, e deitou-o contra o mar, e assim acabou sua vida»<sup>238</sup>.

Muitos serão soltos, mas serão completamente afastados de cargos importantes. Foi estabelecido um sistema de vigias com a utilização de velas durante o dia e durante a noite para avistar qualquer investida dos sitiados e para, rapidamente, se formar uma força defensiva. A posição ocupada pelo acampamento de D. Henrique será estratégica, ocupará o monte de Santo António, que permitia uma visão vantajosa sobre toda a cidade. Esta posição também estará a cerca de um quarto de légua da cidade e possuía vários caminhos de acesso à mesma, facilitando as movimentações dos seus contingentes de assalto. A problemática deste lugar estará na aproximação ao mosteiro de S. Francisco. Os seus frades estariam contra a presença do exército de Castela e chegam a pegar em armas para os atacar, mesmo que esta iniciativa seja fútil perante a força do exército de D. Henrique. Os frades serão desarmados e lidados de forma pacífica, sendo colocados em barcos que os levam para longe da zona de combate. O facto de esta posição ser elevada permite uma boa defesa contra qualquer sortida inimiga. Serão feitas várias escaramuças perto das muralhas, com nenhum dos lados a conseguir vitórias decisivas<sup>239</sup>.

D. Henrique terá uma visão privilegiada de todos estes confrontos e ficará impaciente sobre a falta de resultados. Chegará a afirmar que apenas a cercou porque Diogo Lopes Pacheco terá dito que a cidade estava vulnerável, com uma guarnição

---

<sup>238</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 52.

<sup>239</sup> *Idem*, pp. 56-58.

enfraquecida, com poucos mantimentos e com fortificações não adequadas. Diogo Lopes tinha dito que as forças de D. Fernando eram insuficientes para formar um exército de apoio, e que a cidade não tinha mantimentos suficientes, enquanto as forças do rei de Castela tinham provisões para aguentar o cerco durante bastante tempo. Por fim, refere que a conquista de Lisboa significaria o ganho de todo o reino resultando na rendição de todas as forças combatentes<sup>240</sup>.

Diogo Lopes baseia as suas afirmações na falta de preparação destas duas vertentes: a cidade de Lisboa e o exército de D. Fernando. O rei português terá esperado por reforços oriundos da Inglaterra, decorrente da sua aliança, mas esses contingentes não chegarão a tempo, e assim, sem esse apoio estrangeiro era mais difícil a Portugal continuar a guerra. Este fator também dificulta a organização de um exército de apoio para quebrar o cerco das forças castelhanas. Diogo Lopes era um fidalgo que tinha frequentado a corte de D. Afonso IV, e que após o casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles, decidiu transferir o seu serviço para D. Henrique. Foi muito útil, no início ao senhor de Castela já que possuía um conhecimento profundo das condições militares do reino português e, por isso, a sua recomendação de cercar Lisboa ao monarca castelhano<sup>241</sup>. As informações fornecidas por este fidalgo serão cruciais na decisão de D. Henrique aumentar os seus esforços para tomar a cidade e decide então:

«mandar pôr quatro engenhos que atirassem dentro a pedra perdida, e, porque as gentes eram muitas dentro, que matariam tantas d'elas que com isto e com a mingua dos mantimentos era por força de a tomar cedo»<sup>242</sup>.

Com a situação desvantajosa de D. Fernando na guerra, este solicita ao enviado do papa, o cardeal Guido de Bolonha, que intervenha junto do rei de Castela no sentido de estabelecer negociações que possam vir a estabelecer a paz. Várias condições serão determinadas, entre elas a obrigação de D. Fernando auxiliar o esforço de guerra de Castela, e da sua aliada França, contra o reino de Inglaterra, devendo armar duas galés cujas despesas ficarão a cargo de D. Henrique<sup>243</sup>. Será, assim, efetivamente, terminada a segunda guerra Fernandina a mesma que criou a necessidade de D. Fernando reforçar as

---

<sup>240</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 64-65.

<sup>241</sup> *Idem*, pp. 67-70.

<sup>242</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>243</sup> *Idem*, pp. 72-77.

suas fortificações, e o seu território, para conseguir enfrentar, futuramente, o reino de Castela.

Fernão Lopes afirma que o monarca português previa outra grande guerra com Castela e decide, em primeiro lugar, apurar o número de homens em cada lugar do seu reino que estivessem aptos a lutar. Também estabelece alterações ao sistema de *contias* anteriormente referido, com o intuito de:

«por esta guisa, por muito pouco que estes pagavam, eram os outros bem armados e encavalgados sem damnamento de suas fazendas»<sup>244</sup>.

Com o apoio ao pagamento dos armamentos junta-se, também, a sua atualização, melhorando o seu exército para futuros confrontos. Para os nobres irá efetuar várias doações de forma que aqueles consigam recuperar dos estragos e dos gastos efetuados nas guerras passadas, e assim poderem participar nos combates futuros. Em conjunto com estas medidas serão feitas muitas mais, não mencionadas pelo cronista, que se focam em preparar a defesa do reino e ordenar o território para a guerra<sup>245</sup>. Mas o cronista sublinha que o reino estaria:

«minguado de mantimentos e d'outras cousas necessárias pelo que dito havemos, pero tão extranho lhe pareceu essa mingua em respeito da abundancia que n'elle sabia de haver que com aficado desejo começou de cuidar como e por que maneira tal mingua de mantimentos podia ser recobrada, e mais não poder vir tal desfallecimento»<sup>246</sup>.

A falta de mantimentos será um problema para todo o reino e cria uma fragilidade evidente em caso de necessidade de preparar as cidades e as vilas do reino para eventuais cercos, como estes produtos não estavam disponíveis e as fortalezas também careciam de armazenamento, isto pode resultar na fraca preparação da defesa e assim as guarnições seriam alvos de inanição.

Para aumentar a produção agrícola, o rei de Portugal promove o aproveitamento das terras através da obrigação de estas serem cultivadas, sob pena de serem expropriadas,

---

<sup>244</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 90-91.

<sup>245</sup> *Idem*, pp. 92-93.

<sup>246</sup> *Idem*, p. 98.

é a designada Lei das Sesmarias<sup>247</sup>. Em conjunto com estas medidas será obrigatório o trabalho agrícola aos netos e filhos de agricultores que não possuam bens no valor de quinhentas libras, e a estes serão atribuídos terrenos caso não os possuíssem. Ainda mais será aplicada a obrigação de possuir gado suficiente para cultivar os campos, e os preços dos animais será fixo, tal como serão os preços das rendas e dos salários dos trabalhadores que afluem aos campos<sup>248</sup>. Estas diligências que foram aplicadas pelo rei D. Fernando teriam o objetivo de solucionar a problemática da falta de mão de obra nos campos, o abandono dos mesmos e o aumento de trabalhadores agrícolas, estes que tinham abandonado os terrenos para procurar outros trabalhos e que terão caído na mendicidade<sup>249</sup>.

Após esta guerra a cidade de Lisboa necessitava de grandes reparações, as suas muralhas e vários dos seus edifícios foram gravemente danificados pelos engenhos do reino de Castela<sup>250</sup>. O plano de reconstrução teria de preparar a cidade para resistir a ataques inimigos e, também, proporcionar espaço no seu interior para o desenvolvimento das vertentes económicas e sociais<sup>251</sup>. D. Fernando ordenará a construção de uma nova muralha, a cerca fernandina, que vai rodear toda a cidade existente e, adicionalmente, várias áreas abertas para acomodar futuras construções e assim acompanhar o crescimento da localidade<sup>252</sup>.

A sua construção será assolada pela falta de mão obra já aqui referida, e será com o apoio dos habitantes que este problema é amenizado. A falta de uma muralha será um problema bem presente na mente da população, esta que terá perdido muitos dos seus bens para o assédio efetuado e que não tinha proteção para os proteger num futuro cerco, como Fernão Lopes evidência:

«os que moravam da parte da rua Nova, que eram gentes muito mais ricas, trabalhariam muito por se cercar toda e não lhes vir, por mingua de cerca, semelhante perda da que já houveram»<sup>253</sup>.

---

<sup>247</sup> RAU, *op.cit.*, pp. 80-81.

<sup>248</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 100-103.

<sup>249</sup> *Idem*, p. 99.

<sup>250</sup> *Idem*, pp. 94-95.

<sup>251</sup> BARATA; TEIXEIRA (dir.), *op. cit.*, pp. 303-304.

<sup>252</sup> MARTINS, 2011, p. 293

<sup>253</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 296.

Todo este plano do rei português serviria para preparar a cidade para resistir a um futuro assédio, embora o seu primeiro teste apenas se realize no turbulento período após a sua morte em que as novas muralhas da cidade serão postas à prova em combate. O cerco a Lisboa de 1384 efetuado por D. Juan I às forças de D. João I é bastante condicionado pelas novas defesas. A juntar a Lisboa é de notar que muitas cidades e vilas do reino receberam benefícios nas suas fortificações. Localidades como o Porto, Coimbra e Santarém serão reforçadas, entre outras, alguns destes locais tinham sido fustigados pelos ataques castelhanos, e as novas obras de defesa são, certamente, reação aos danos causados pelas investidas castelhanas e pelas fraquezas encontradas nas muralhas.

Para reforçar as suas forças e conseguir apoio estrangeiro D. Fernando continua a negociar com o duque de Cambridge, agindo contra as cláusulas estipuladas no tratado de Santarém que firmou a paz entre Portugal e Castela. A negociação será feita através de João Fernandes de Andeiro que enviará cartas secretas para Portugal e será acordado que caso se declarasse guerra contra Castela, o reino da Inglaterra comprometer-se-ia a enviar vários soldados como apoio. Fernão Lopes não nos informa dos detalhes do acordo, mas refere a necessidade de encobrir a vinda de João Fernandes para Portugal, já que a descoberta da sua presença significaria outra quebra do tratado de paz<sup>254</sup>.

Com o seu reino a recuperar, D. Fernando decide reunir o seu conselho para discutir a possibilidade de declarar uma nova guerra contra Castela. O objetivo do rei seria vingar-se pelos danos que D. Henrique já tinha causado, e pela humilhação que sofreu nos tratados de paz que assinou. O momento que o cronista português considera ser mais fortuito para iniciar o conflito será o da morte do monarca vizinho, que é sucedido por seu filho D. *Juan I*, e que Fernão Lopes caracteriza como:

«muito desaventurado filho, e eu haver-me-hia por mui contente se pudesse vingar no filho os nojos e danos que me o pae fez»<sup>255</sup>.

O conselho régio irá pedir alguns dias para deliberar e o consenso geral será negativo, e as razões para isto centram-se no seguinte:

«Senhor, vós sabeis bem como já por vezes houvestes guerra com Castella, e, vistos os males e perdas que se de taes guerras seguiram a vós e a vos- so reino, porque ella

---

<sup>254</sup> LOPES, 1895, vol. 3, pp. 5-8.

<sup>255</sup> LOPES, 1895, vol. 2, pp. 192-193.

é mui grande e abundada de muitas gentes e armas e do ai tudo que lhe faz mister, e o vosso reino é pelo contrario»<sup>256</sup>.

O reino de Portugal não estava preparado para tal confronto, ainda mais quando em comparação com o reino de Castela, mas mesmo com esta deliberação D. Fernando não recua e afirma, ainda mais, que necessita da sua opinião para planejar a guerra. O seu conselho terá averiguado o estado do Reino e do de Castela, possivelmente através das suas redes de informação, e o resultado não parece ser muito favorável às capacidades nacionais.

D. Henrique faleceu em 1379. Sucede-lhe D. Juan I que será informado de vários rumores sobre nobres do seu reino que planeavam traí-lo a favor do reino de Portugal, com o apoio total de D. Fernando. Também será informado da preparação efetuada pelo rei português, a sua construção de galés de guerra, a disponibilização de armamento e o pagamento do salário dos seus soldados. Por fim, estabelece vários homens da sua confiança ao longo da fronteira do reino para realizarem razias, ou para estabelecerem uma frente defensiva. Fernão Lopes refere estes homens e os lugares onde se iam fixar:

«tinha já postos fronteiros entre Tejo e Guadiana, a saber: seu irmão, o mestre d'Aviz, em Olivença, e Aronches e Campo Maior; e em Elvas o conde D. Álvaro Peres de Castro; e em Portalegre o prior do Crato, D. Pedro Alvares; e em Beja o mestre de S. Thiago, D. Estevão Gonçalves; e em Villa Viçosa o conde de Vianna e Fernão Gonçalves de Sousa, e assim nos outros logares d'aqueila comarca, segundo cumpria por guarda da terra<sup>257</sup>.

Estas informações concretas serão essenciais para a decisão do rei castelhano, evidenciando uma boa rede de informação acerca do seu vizinho. A resposta de Castela será em primeiro lugar preparar o reino para a guerra, iniciando o processo de recrutamento para aumentar o seu exército e, de seguida, ordenando a armação de várias embarcações para fazer frente à frota portuguesa, e por fim preparando a defesa da sua fronteira com o apregoamento de uma eventual guerra contra o seu vizinho.

Neste último fator nota-se o recolhimento de mantimentos e de variados bens para evitar o eventual aproveitamento de uma força invasora através de roubos e assaltos. Isto

---

<sup>256</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 194-195.

<sup>257</sup> LOPES, 1895, vol. 3, pp. 9-10.

estará presente na preparação dos dois reinos e estes locais identificam vários materiais que precisam de utilizar para se defender, como será o caso das portas das suas casas enquanto o que não seja possível de se aproveitar ou de armazenar longe das mãos inimigas é destruído<sup>258</sup>.

A terceira guerra iniciou-se no ano de 1381, por iniciativa do rei de Castela, ciente de que será necessário interromper as pretensões de D. Fernando e os seus planos antes que estes se tornem demasiado perigosos.

As razias nas fronteiras serão constantes pelo que um grupo militar castelhano comandado pelo mestre de «S. Thiago de Castela»<sup>259</sup>, terá a intenção de entrar pelo reino de Portugal. A preocupação de D. Fernando é a de que esta força poderá ameaçar as localidades próximas da fronteira com roubos. Para enfrentar este possível ataque serão reunidas as forças da fronteira entre o rio Tejo e o rio Guadiana para o enfrentar numa possível batalha campal. Fernão Lopes afirma que este processo terá sido engendrado em segredo para não alertar e dissuadir os invasores.

Com esta força reunida chega a notícia de que D. Juan I reunia o seu próprio exército para avançar sobre o território português. Sobre esta notícia será acordado que o contingente português terá de partir apressadamente para a fronteira procurando conter esta ameaça. A zona de Elvas continuará a sofrer com as razias, e a chegada da nova hoste castelhana põe aquela cidade sob assédio durante vinte e cinco dias. Após este tempo o arraial castelhano será desmontado e o cerco terminará<sup>260</sup>. Embora Elvas tenha sido o objetivo de Castela é de notar que as forças portuguesas estão numa posição desvantajosa devido aos locais próximos se encontrarem com falta de homens. A continuação da sua presença para defender Elvas poderia informar as forças de Castela para este ponto fraco da fronteira portuguesa. O cronista não se debruça sobre o decorrer do cerco, mas refere o descontentamento perante a opção de retirar e não realizar uma batalha campal, em especial o de Nuno Álvares<sup>261</sup>.

Como foi referido antes, os dois reis ordenaram a construção de galés, reconhecendo a importância do poder marítimo. Fernão Lopes afirma que Castela terá armado dezassete galés, enquanto o rei de Portugal armou vinte e uma galés, uma galeota e quatro naus. A manusear as galés portuguesas é descrito que nelas estariam homens não

---

<sup>258</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 10-11.

<sup>259</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>260</sup> *Idem*, pp. 18-20.

<sup>261</sup> *Idem*, pp. 21-24.

treinados, como agricultores e outras gentes consideradas pobres. Fica claro que na crónica é referida a existência da falta de mão de obra treinada e preparada para a guerra, sobretudo, para manusear uma armada com esta dimensão, o que será uma desvantagem em operações futuras<sup>262</sup>.

As duas forças navais avançam em direção ao Algarve, informados sobre a movimentação do seu adversário.<sup>263</sup> Devido à superioridade numérica da esquadra portuguesa, a frota de Castela recua para Saltes. Os navios portugueses perseguem-nos, mas boa parte necessitava de reabastecer-se de água e separa-se; outra parte fica para trás para investigar um grupo de pescadores, resultando na permanência de apenas doze navios que continuam a perseguição. A frota portuguesa avista as galés castelhanas e estas avançam para iniciar o combate. A vantagem numérica, desta vez presente na frota castelhana, será devastadora para os portugueses que perdem a batalha, inicialmente com os seus doze barcos, e depois com mais oito que tinham chegado, mas demasiado tarde. Uma boa parte da sua força naval é capturada por Castela e o reino português perde o controlo que tinha sobre o mar, o que virá a ser problemático para o seu esforço de guerra e em qualquer tentativa de cercar localidades inimigas no litoral<sup>264</sup>. O rei português fica desapontado, já que esta situação agrava o seu problema de falta de homens treinados. A rainha responde que este seria o único cenário possível devido ao facto de os navios não estarem tripulados com soldados preparados:

«Digo vos, Senhor, que nunca eu outras novas esperei d'ella em minha vontade, salvo estas que agora ouço, porque, como eu vi que Vós mandáveis trazer os barços cheios de lavradores e de mestiraes e os mandáveis meter n'ellas, com outros agravos que fazíeis ao povo»<sup>265</sup>.

D. Fernando receberá boas notícias brevemente após esta derrota naval. Uma frota inglesa partia em direção a Lisboa trazendo consigo:

«gentes d'armas e frecheiros, até tres mil, bem prestes para pelejar, assas de formosa gente e bem corregidos»<sup>266</sup>.

---

<sup>262</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 28-30.

<sup>263</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>264</sup> *Idem*, pp. 31-33.

<sup>265</sup> *Idem*, pp. 35-36.

<sup>266</sup> *Idem*, pp. 41-42.

Chega uma hoste de nobres ingleses, liderados pelo conde de Cambridge, e até um pequeno grupo de portugueses, que teriam sido exilados como parte do acordo de paz anteriormente assinado. O conde e o rei discutem a perda da esquadra portuguesa, desvalorizando-a, e afirmando que o importante seriam as conquistas em terra<sup>267</sup>. Esta nota do cronista reforça a ideia de que a campanha sobre território castelhano não avançará para locais com acesso a vias fluviais ou acesso ao mar, limitando, de certa forma, as possibilidades de ataque.

A frota inglesa estava provida de engenhos e «trões», pequenas bombardas, que terão levado para terra para se defenderem. É de presumir que estes engenhos tinham o objetivo de defender as embarcações, mas também podiam mais tarde ser utilizadas em cercos contra o reino de Castela<sup>268</sup>. O acordo entre os dois reinos sofre algumas mudanças, em que D. Fernando terá de dispor montadas para os soldados ingleses, e por isso decide pedir aos seus concelhos para providenciarem os animais a troco de pagamento<sup>269</sup>. O dinheiro nunca irá chegar aos donos dos cavalos, o que poderá ter sido um fator de descontentamento entre aqueles perante o rei.

As forças de Castela continuam as suas incursões sobre o território português, cercando e tomando a localidade de Almeida. Serão aí informadas da vinda das forças inglesas e o rei castelhano decide enviar uma carta na tentativa de provocar uma batalha campal:

«... que sabia por certas novas como elle e muitos bons cavalleiros e homens d'armas haviam chegado a Lisboa, por fazer guerra e damno em seu reino, em ajuda d'el rei D. Fernando, e que, se o elles fizessem certo de batalha, elle partiria daquelle logar, o qual tinha já cobrado por preitesia, e ealraria pelo reino duas ou três jornadas, e os esperaria em logar azado para lhes pôr a praça»<sup>270</sup>.

Os ingleses não responderam à mensagem, e D. Juan, perante esta ameaça, decide bater em retirada, com o intuito de preparar a defesa do seu reino. Por mar a frota castelhana aproveitará a fraqueza de Portugal neste domínio e decide atacar as

---

<sup>267</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 44.

<sup>268</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>269</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>270</sup> *Idem*, pp. 50-51.

embarcações inglesas em Lisboa. D. Fernando, informado das movimentações do seu inimigo, ordenará a movimentação da frota inglesa de Lisboa para Santarém, onde estariam resguardados de um possível ataque através da utilização de um bloqueio no rio. Perante tal defesa não será feito nenhum ataque e a armada de Castela recuará para Sevilha<sup>271</sup>.

Esta retirada será ordenada no final do ano de 1381, iniciando tempos mais pacíficos até ao início da primavera de 1382, em que D. Fernando decide avançar para o território de Castela acompanhado pela hoste inglesa. Durante o inverno de 1381 será referido pelo cronista que o rei estará em Lisboa a preparar-se para o conflito durante todo o inverno. Partirá para Évora onde ordenará a construção de engenhos e de pequenas bombardas, entre outros materiais para a guerra. Aqui será evidenciada a preocupação do rei em possuir formas de conseguir bombardear e assediar locais durante cercos. Produzir este tipo de engenhos seria mais difícil no local e por isso a sua fabricação atempada seria necessária<sup>272</sup>.

Após a partida de Lisboa, uma grande frota castelhana avança para atacar Lisboa. A defesa da cidade está a cargo de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, homem da confiança do rei. A frota chegará à cidade e desembarcará, com a precaução de não se aproximar demasiado das muralhas e vai iniciar a pilhagem da zona circundante a Lisboa. Não serão feitas cavalgadas para impedir que estes ataques continuem a causar vários danos, isto sobre a pretensão de seguir a ordem do rei português de apenas defender a cidade. Os ataques da esquadra inimiga utilizam o rio Tejo para estenderem os seus ataques até à zona de Almada e de Palmela, queimando várias quintas e paços do rei<sup>273</sup>.

Com a destruição do termo é de presumir que isto afetará a capacidade da cidade de Lisboa de resistir a um assédio prolongado, os seus mantimentos terão de ser racionados perante a dificuldade de adquirir mais, e a sua defesa terá que ser reforçada. O rei ordena que Gonçalo Mendes não seja o líder da defesa da cidade, mas sim D. Pedro Álvares e seus irmãos, entre eles Nuno Álvares Pereira<sup>274</sup>. Estes marcharam de Santarém até Lisboa, atacando de surpresa grupos da hoste de Castela que estavam a realizar roubos na região de Sintra.

---

<sup>271</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 56-57.

<sup>272</sup> *Idem*, pp. 58-60.

<sup>273</sup> *Idem*, pp. 61-63.

<sup>274</sup> *Idem*, pp. 64-65.

Chegando à cidade de Lisboa a defesa começa a ser reforçada. Em primeiro lugar é estabelecido vigias sobre a frota de Castela, impossibilitando que qualquer grupo desembarcasse sem ser avistado pelas forças portuguesas. Com isto será possível realizar emboscadas, como se evidencia no caso de Nuno Álvares, que reúne um grupo de soldados para interromper as ações de foragem do exército de Castela. O ataque será uma cilada, em que a hoste de Nuno Álvares se esconde numa vinha a vigiar a frota. O ataque de emboscada será bem-sucedido, capturando vários prisioneiros e elevando o moral dos defensores com perdas mínimas de homens<sup>275</sup>.

Lisboa não é propriamente cercada, já que os sitiantes se focam no ataque ao termo, e não em cercar a cidade, restringindo a sua permanência nas suas embarcações, afastadas do local, e não num acampamento. Embora a cidade possua formas de adquirir mantimentos, os seus grupos de forragem corriam o risco de serem avistados pelos vigias da armada de Castela e, posteriormente, atacados. Também refiro a impossibilidade de abastecimentos ou utilização dos recursos marítimos como a pesca devido ao largo número de navios inimigos fundeados à volta deste local. Sendo assim, é de assumir que será uma ação de desgaste, que compromete os campos e o abastecimento, sem qualquer pretensões de conquistar Lisboa.

Na fronteira, o exército português, em conjunto com os reforços ingleses, encontra-se em Arronches para planear o seu ataque. A hoste comandada por D. João, Mestre de Avis, teria:

«entre lanças e corredores, duzeitos de cavallo e quatro mil homens de pé» em conjunto com os ingleses: «e eram por todos oitocentas lanças e quinhentos archeiros e seis mil homens de pé»<sup>276</sup>.

A diferença entre as forças será elevada, mas é de notar que será apenas o contingente liderado por D. João e não a totalidade dos exércitos portugueses. As duas forças avançam em direção a Lobom, local que não estaria preparado para defender-se de tal força, como afirma Fernão Lopes:

---

<sup>275</sup> LOPES, *op. cit.*, pp. 67-69.

<sup>276</sup> *Idem*, p. 106.

«E pela fraqueza do logar e pelo fogo que lhe pozeram ás portas, foram logo entrados por força, e foi elle o primeiro que entrou dentro; e mataram d'elles, e outros fugiram, e alguns levaram captivos, e derribaram o logar todo»<sup>277</sup>.

A utilização do fogo é demonstrada pelas forças inglesas, em conjunto com a exibição de extrema violência na sua conquista. Depois deste combate a hoste combinada avança para cercar o castelo de Cortijo, que teria cerca de duzentos homens bem equipados e treinados para a sua defesa. Aguentam os ataques ingleses que utilizavam o fogo contra as suas portas, enquanto escavam minas em outra zona das muralhas. Os assaltos serão intensos e demonstram a superioridade dos sitiantes, resultando num pedido de misericórdia pelos defensores. A hoste inglesa ignora estes pedidos, mesmo que tenham sido feitos com o apelo à sua religiosidade, com a seguinte demonstração:

«... e revestiram-se os sacerdotes e subiram-se ao muro, e mostraram-lhes o Corpo de Deus, rogando-os que, por amor d'aquelle Senhor, se quizessem amercear d'elles»<sup>278</sup>.

O assédio continua até que parte da muralha desabe e as portas sejam queimadas. Os atacantes avançam para o interior, o que resulta na morte de todos os defensores, demonstrando a utilização de elevada violência pelos ingleses. Esta violência será a vingança devido a dois escudeiros ingleses terem sido mortos na aproximação ao local, isto, em conjunto com a indiferença aos símbolos religiosos, reforçam a ideia de as forças inglesas serem principalmente mercenários<sup>279</sup>.

Embora Cortijo se demonstrasse capaz de se defender, pelo que Fernão Lopes nos diz é de afirmar que não estariam preparados para tantos ataques sucessivos, e também não teriam os meios para contrariar a utilização de minas pelos sitiantes.

As forças portuguesas irão juntar-se em Elvas após notícias de que o rei de Castela viria a Badajoz para lutar contra D. Fernando numa batalha campal. O rei português terá a opção de retirar Pedro Álvares e seus soldados da defesa de Lisboa para reforçar os seus números, mas não o fará, para garantir a defesa de uma das zonas mais importantes do

---

<sup>277</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 107.

<sup>278</sup> *Idem*, pp. 107-108.

<sup>279</sup> PEREIRA, 2020, p. 18.

seu reino. No lado de Castela D. Juan I reúne o seu exército através de cartas e mensageiros e reúne um corpo de cerca de:

«... cinco mil homens d'armas e mil e quinhentos ginetes, e muita gente de pé e besteiros, e chegou a Badajoz uma quinta feira pela manhã, postomeiro dia de julho da dita era»<sup>280</sup>.

Os dois exércitos estabelecem-se perto de Caia para a realização da batalha, mas esta não irá acontecer, e os dois exércitos retiram-se de volta para os seus territórios, com os ingleses a partirem para um arraial que estabelecem perto de Elvas<sup>281</sup>.

Os dois monarcas reúnem-se para tratar de assinar um tratado de paz, sobre pedido de tréguas de um dos lados, que Fernão Lopes afirma desconhecer, embora D. Fernando tenha sido o mais provável, devido à inferioridade do seu exército perante o de D. Juan.

O tratado de Salvaterra de Magos é assinado a 10 de agosto, neste será acordado que as galés de Portugal capturadas na batalha de Saltes seriam devolvidas, em conjunto com o equipamento, também as localidades de Miranda e Almeida voltarão às mãos dos portugueses. Os prisioneiros portugueses também teriam de ser todos soltos. Um deles era D. João Afonso Telo, almirante de Portugal e irmão da rainha, sem qualquer necessidade de resgate<sup>282</sup>.

A infanta D. Beatriz ficaria noiva de D. Fernando, segundo filho de D. Juan I, em detrimento do reino inglês e de D. Duarte, filho do conde de Cambridge. Esta última parte seria mantida em segredo da hoste inglesa, para minimizar o seu descontentamento. A falta de um filho homem para o reino de Portugal dará origem a um problema sucessório para o reino português.

Estavam assim terminadas as guerras fernandinas, mas o reino não terá paz, já que D. Fernando se encontrava doente, e a sua morte no ano de 1383, sem herdeiro masculino, causa uma crise política, que será designada de crise de 1383-1385.

D. João I terá de se impor como protetor do reino e liderá-lo para se defender de D. Juan I, este que casará com D. Beatriz de Portugal e terá o direito a governar Portugal.

---

<sup>280</sup> LOPES, *op. cit.*, p. 116.

<sup>281</sup> *Idem*, pp. 118-119.

<sup>282</sup> *Idem*, p. 123.

Os confrontos culminaram na batalha de Aljubarrota em 1385, em que o exército português conseguiu a vitória contra Castela e D. João proclamar-se-á rei de Portugal<sup>283</sup>.

---

<sup>283</sup> MONTEIRO, 2003, pp. 260-262.

## **CONCLUSÕES**

Dos cercos aqui analisados, procurámos demonstrar que em grande parte deles estavam presentes medidas que podem ser consideradas como preparações para a realização, ou para a defesa contra uma operação de cerco. Embora se confira a existência de vários fatores dentro da temática da preparação dos cercos, é de tomar em conta que o cronista não apresenta todo o aparato que seria de supor, e que será necessário para a realização de assédios às fortalezas. No seu decorrer, estes cercos, apresentaram vicissitudes que interagiram de perto com o que será a sua preparação, realçando a sua importância para quem será o vencedor daqueles conflitos.

Para concluir este estudo foram abordados estes métodos, utilizados pelos defensores e pelos atacantes, quer em antecipação a um cerco, referindo a sua importância no contexto em que se inserem, e também para entender as preocupações de quem ordenava tais medidas, especialmente as ações efetuadas por D. Fernando.

No contexto da primeira guerra foram observados seis cercos, parte destes localizados no norte de Portugal e na Galiza, onde D. Fernando avançou sobre o território galego devido ao apoio que recebeu dos nobres oriundos daquela região. Este apoio junta-se com toda a movimentação diplomática que o monarca português desenvolveu, assumindo alianças com outros reinos peninsulares, particularmente com Granada e, parcialmente, com Aragão. Fora da Península Ibérica formaliza um apelo ao papa e ao soberano de Inglaterra, com o objetivo de justificar a sua guerra perante a Santa Sé e impedir a sua intervenção.

Com a morte de D. Pedro, D. Fernando percebe que o apoio inglês será necessário no previsível conflito contra Castela. O reino da França apoia Henrique de Trastâmara no decurso dos conflitos e assim a Guerra dos Cem Anos estende a sua influência sobre as guerras fernandinas.

Dentro da Península o monarca pretende adquirir o apoio de Aragão e de Granada. O objetivo seria criar várias frentes e separar as forças de Castela, o que acontecerá com a destruição de Algeciras pelas forças granadinas, que impedem temporariamente D. Henrique de reunir as forças necessárias para atacar Portugal. A junção destes apoios aponta também para um cenário em que D. Fernando é bem-sucedido em atacar Castela, e necessita de apoio perante uma possível guerra com a França, e também para manter a estabilidade política na Península Ibérica.

Com o início da primeira guerra evidenciam-se medidas generalizadas para o reino: vigias na fronteira e em locais em Castela que apoiassem D. Fernando, o controlo de entradas e saídas das localidades, o fechar de portas durante a noite, a recolha das

sementeiras, o corte de árvores em redor das muralhas e, por fim, a necessidade de as muralhas das fortificações possuírem pedras e traves de reserva em quantidade suficiente. Estas medidas aplicam-se em toda a fronteira do reino e, claramente, serão para evitar cenários de avanços surpresa sobre fortificações não preparadas para se defenderem de um cerco. Não existiria o conhecimento de onde se iniciaram os ataques inimigos, nem qual seria o seu objetivo principal, mas as forças teriam que avançar para a fronteira terrestre e vigiá-la ao mesmo tempo que é reforçada.

As preparações que D. Fernando ordena antes de cada uma das guerras serão a um nível global, sobre todo o seu reino, mas carecendo de informações específicas sobre cada um destes locais, não será possível analisar aqui a preparação específica nível local. É de esperar que o processo seja diferente nos diversos locais, atendendo às características regionais, ao estado dos seus campos, do gado, se estes possuíam meios para adquirir armamentos e para estabelecer uma guarnição em número suficiente para efetuar a defesa da localidade.

Em alguns casos possuímos informações específicas sobre os locais, como será o caso da muralha de Lisboa, e mais tarde, a produção de bombardas em Elvas. Todos estes processos mencionados neste trabalho podem ser apontados como preparação para os cercos, efetivamente preparando toda uma área para se defender de cercos, mesmo quando estes não se realizam, ou se a sua realização apenas seja mais tardia.

No relato de Fernão Lopes é afirmado que D. Fernando não esperaria que D. Henrique avançasse sobre o seu reino. É de presumir que o monarca português não terá tido a oportunidade de reforçar a sua fronteira como no conflito anterior. Isto ainda vai ser mais agravado pela movimentação do exército de Castela até Lisboa, praticamente sem qualquer oposição. Não só é demonstrada a importância que seria preparar o reino para a guerra, mas também o de efetuar ataques sem que o inimigo esteja ciente da sua realização futura e também antes que este se organize e se prepare para o confronto.

No cerco de Lisboa de 1373 são evidenciadas na crónica falhas graves da preparação portuguesa da cidade. A sua muralha é considerada insuficiente para suportar a defesa da cidade, em comparação com os outros fatores que foram referidos. Este problema não será solucionável a curto prazo, pois as renovações efetuadas nas muralhas serão obras dispendiosas e que requerem um número elevado de mão de obra e de tempo. Os outros fatores resultam da imprevisibilidade do avanço de Castela. A guarnição da cidade é insuficiente, os seus processos de recolha de mantimentos iniciam-se tarde, a frota portuguesa não está em posição para intercetar as galés de Castela que vinham

completar o cerco por mar e, por fim, os habitantes da cidade não terão desobstruído o espaço fora das suas muralhas, não tendo mão de obra suficiente.

D. Fernando atua de modo a interceptar as forças castelhanas antes que causem mais danos ao seu reino, procurando uma batalha campal. Esta ação poderá ser entendida como um atrasar das forças de D. Henrique, de forma que Lisboa prepare as suas defesas, mas a surpresa dos seus habitantes, que Fernão Lopes refere, contraria este cenário. O monarca português envia homens para ajudar no processo de destruição de casas no exterior das muralhas, o que sugere que estaria informado do estado do local.

Os sitiantes apresentam um plano completo para cercar a cidade, com a ajuda de Diogo Lopes Pacheco, que informa o rei de Castela sobre a fraqueza da cidade. O estabelecer do seu acampamento numa posição estratégica, a chegada atempada da sua frota e a menção de que este teria em sua posse provisões para um alargado período, confirmam a importância da preparação para o rei de Castela.

Com o final da segunda guerra, e com a ideia de iniciar uma terceira, D. Fernando inicia um processo intenso de construção, reparação e adaptação das muralhas no seu reino. A necessidade deste último fator advém não só das ideias de se vingar dos ataques de D. Henrique, mas também em reparação dos estragos que este causou e como terão sido evidenciados pontos fracos na defesa de vários locais. Será preciso reforçá-los para impedir o seu aproveitamento por uma força sitiante.

O processo debruça-se mais sobre Lisboa, a sua muralha fora insuficiente para defender a localidade durante o cerco anteriormente referido, e D. Fernando ordena a sua expansão, também olhando para lá do domínio militar. A área dentro das muralhas cresce, possibilitando o futuro aumento da população. As reparações estendem-se para outros locais, alguns fustigados nas primeiras guerras. O monarca português atua com ordenações sobre a agricultura, com a Lei das Sesmarias. A necessidade de aumentar a produção agrícola no seu reino converge com a urgência de possuir mantimentos em número suficiente para garantir a defesa das fortificações.

No palco internacional, D. Fernando continua a negociar com o conde de Cambridge por apoio militar, essencial para fazer frente ao exército de Castela. A realização destas medidas será possível durante o período alargado de paz entre a segunda e a terceira guerra. Passam cerca de oito anos em que o reino de Portugal se prepara para um futuro conflito. Parte das insuficiências que se estabelecem na crónica não serão possíveis de solucionar nesse intervalo de tempo. Uma destas falhas será a falta generalizada de mão de obra no reino, que condicionará as construções que se realizam,

e também as mudanças agrícolas que o rei pretendia. Um possível relacionamento com este fator será a ausência de homens treinados para manusear a armada portuguesa, recorrendo a agricultores e outras gentes pobres.

Castela também se irá preparar, as suas medidas estabelecem-se após a informação de que o reino de Portugal se preparava para a guerra. A comunicação que o monarca de Castela recebe permite que planeie contrariar o que os portugueses terão feito. O facto de se saber que a capacidade naval portuguesa tinha aumentado em número é sinal que a armada castelhana terá que também ser reforçada para fazer frente às embarcações portuguesas. Esta preparação em específico aconteceu independentemente do estado da frota inimiga devido à importância do mar no contexto ibérico, mas o conhecimento das possibilidades do inimigo permite a melhor preparação das embarcações.

D. Juan I aumenta o seu exército através de recrutamento intensivo, e também informa toda a sua fronteira para se preparar. Medidas que serão semelhantes às do monarca português.

A incógnita principal será o apoio inglês. A rede de informação de Castela não terá conseguido ter a ideia do número de reforços que Portugal receberá do reino inglês, evidenciado pela sua retirada após tomar Almeida e de saber que teriam atracado embarcações inglesas em Lisboa. É de presumir que Castela teria o exército superior, mas será perante a força inglesa que as suas ações se demonstram prudentes, certamente de modo a evitar qualquer tipo de surpresa que colocaria em causa a sua aparente superioridade.

As condições climáticas serão uma preocupação presente, demonstrada em duas ocasiões distintas: numa delas, durante o planeamento por D. Henrique para a segunda guerra é atribuído o adiamento da invasão devido ao aproximar do inverno, e assim a primavera é designada como a altura certa para avançar. Durante a terceira guerra é descrita uma interrupção dos confrontos nos finais de 1381.

No que toca à imprevisibilidade do clima, será com a destruição de várias embarcações portuguesas numa tempestade sobre Lisboa que é demonstrada a sua influência sobre a preparação para a guerra. A agressividade do vento destrói vários barcos fundeados e condiciona a força naval portuguesa.

Para Castela, e dentro do contexto de um cerco, este aspeto apresenta-se com D. Henrique e o seu cerco a Cidade Rodrigo, em que o seu acampamento e a zona circundante serão fustigados por sucessivas chuvas, causando atrasos significativos na

entrega de mantimentos e assim condicionando a permanência no local. A imprevisibilidade do clima terá apenas estas duas menções na crónica de Fernão Lopes, mas desempenhará um papel importante em condicionar a guerra efetuada pelos dois reinos. A sazonalidade da guerra é um fator que os monarcas demonstram, evitando a realização de confrontos pela dificuldade que seria realizá-los durante esta estação.

Nos cercos destes conflitos Fernão Lopes refere poucas informações sobre os assédios a Monterrei e Zamora, e por isso temos pouca noção sobre a preparação de ataque e de defesa naquelas cidades. No caso de Monterrei possuímos a indicação da utilização de engenhos contra a fortificação, sendo possível assumir que estes terão sido anteriormente construídos, ou então transportados para o local. Em conjunto com estas duas situações, também existem poucas informações sobre as investidas de D. Juan na área de Trás-os-Montes e sobre o cerco de Almeida na terceira guerra, e assim não é possível auferir informações sobre o que terá sido efetuado nas localidades, apesar das medidas gerais implementadas por D. Fernando sobre as zonas fronteiriças antes da guerra.

Em termos gerais, a primeira e a segunda guerra serão mais abordadas pelo cronista. O desenrolar da terceira guerra é pouco aprofundado, o que limita a análise deste período das guerras fernandinas, especificamente quando se pretende analisar processos de preparação para cercos. Évora será um dos locais que aparenta estar preparado para a defesa com o reforço de um grupo de soldados ingleses, também possuindo capacidade para armar contingentes para atacar o reino de Castela. Neste local serão produzidas bombardas, engenhos inovadores e importantes para realizar assédios.

O controlo marítimo será tido como um fator importante para os monarcas castelhanos e para D. Fernando. Fernão Lopes menciona que nos dois reinos foi ordenada a construção de embarcações em preparação para as guerras. O cronista também se debruça sobre as políticas marítimas de D. Fernando, estas que serão influenciadas pela postura bélica que o monarca português mantém durante o seu reinado. Serão providenciados apoios para aumentar o número de embarcações no reino português e com o sistema de catalogação da Companhia das Naus o monarca teria disponível uma listagem de embarcações para alugar e preparar para a guerra.

Na primeira guerra é evidenciada a utilização da frota portuguesa no Norte da Galiza. O seu propósito poderia ser facilmente o dar apoio a um cerco terrestre, mas também realiza várias outras atividades, como a proteção de navios de carga com mantimentos e como transporte de soldados. A frota de Castela interrompe processos de

preparação com ataques em alto mar procurando impedir estes transportes de mantimentos de chegarem às localidades afetadas a D. Fernando.

No Sul, mais propriamente em Sevilha, é relatado o bloqueio naval do porto e várias razias efetuadas sobre esta zona pela frota portuguesa. Antes da realização da segunda guerra, D. Henrique ordena a armação de cerca de doze galés para suportar o seu cerco a Lisboa, este estava ciente de que o acesso marítimo da cidade era demasiado importante para não cercar, mantimentos e reforços poderiam chegar por mar sem qualquer possibilidade de contestação. A sua ação efetiva não é propriamente relatada, mas a sua construção é abordada por Fernão Lopes.

Na terceira guerra, um erro tático da frota portuguesa resultará na perda de vários dos seus navios na batalha de Saltes, permitindo assim que a frota castelhana desenvolva um bloqueio naval sobre Lisboa. Embora o erro tático seja considerado a principal causa da derrota portuguesa, é também necessário apontar que a falta de homens treinados para o combate e a falta de água nas embarcações serão também as causas da sua derrota.

A armada portuguesa deveria ter sido mais bem preparada para que estes fatores não acontecessem. Com o controlo marítimo, o exército castelhano terá a possibilidade de utilizar a sua frota como um acampamento móvel e vai pressionar a zona de Lisboa. A área circundante da fortificação será atacada, reduzindo a capacidade de recolha de mantimentos, mas sem nunca efetivamente cercar a cidade e impedir a circulação na localidade.

O propósito destes ataques era o enfraquecimento de Lisboa, já que esta era tida como um objetivo importante para o monarca de Castela. A força naval castelhana não é contestada por nenhuma frota e estabelece-se longe o suficiente da cidade para não ser alvo de sortidas.

Para um futuro cerco, estas operações nas imediações de Lisboa servem para impedir a preparação da cidade. Esta força de Castela também vai adquirir informação sobre o estado das muralhas e da sua guarnição.

É de admitir que a fraca preparação da marinha de D. Fernando para a terceira guerra condiciona o planeamento das suas operações de cerco. A realização de ataques a fortificações com acesso marítimo ou fluvial seriam desvantajosos pela fraca presença marítima portuguesa. O seu plano de avançar pela raia alentejana terá resultado deste condicionamento, em que o monarca e a hoste inglesa desvalorizam a perda da frota e decidem apontar que apenas as conquistas em terra é que serão importantes.

Como se foi evidenciando, a pressão a Lisboa com a frota de Castela afeta as operações portuguesas, com a necessidade de designar um destacamento para a defesa. Este grupo não será chamado para participar na preparação para a batalha campal em Caia porque estava a proteger o termo de Lisboa. Isto contraria em parte a desvalorização efetuada por D. Fernando. A importância do mar no contexto militar ibérico será fundamental para defender a sua retaguarda, na realização de uma guerra e naturalmente, dos cercos.

Fernão Lopes trata vários aspetos do reino de Castela, mas grande parte da sua análise centra-se a um nível superficial, referindo mais informação sobre o reino de Portugal, como seria de esperar pelo seu cronista oficial.

Para além da utilização de diferentes fontes é preciso analisar outros períodos do reinado de Portugal para traçar a evolução da preparação para os cercos, ampliando o estudo para outros contextos cria-se uma base de comparação para entender como cada um dos reinos se adaptavam e preparavam para assediar fortificações ou preparar as suas contra este tipo de operações.

Termina aqui a análise desta dissertação que evidencia a importância dos processos efetuados antes dos cercos, estes que se podem designar como a preparação para este tipo de conflito.

O ponto mais explícito será o da importância que as fortificações, as cidades e as localidades teriam para o controlo do território, demonstrando assim a sua importância para controlar o espaço. O aparato necessário para a sua conquista reforça a força significativa que a vantagem defensiva das fortificações providenciava aos seus defensores, mas será necessário que estes não sejam apanhados de surpresa e consigam estabelecer uma oposição para não permitir a permanência da força inimiga no seu território.

A perda do controlo de uma fortificação é um golpe duro e é ainda mais difícil a sua defesa perante um contra-ataque inimigo, mas tudo isto será necessário para o domínio do espaço, este que significava a vitória na guerra<sup>284</sup>.

---

<sup>284</sup> BRADBURY, 1998, pp. 333-335.

## **FONTE E BIBLIOGRAFIA**

## 1. Fonte

LOPES, Fernão, *Chronica de el-rei D Fernando*, Lisboa: Escriptorio, 1895.

## 2. Bibliografia

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Círculo de Leitores, , 2003.

BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã*, Lisboa: Ésquilo, 2008.

BARROCA, Mário Jorge, «D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa», *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. 15, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

BARROCA, Mário Jorge, *FPCEUP - O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas: contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid*, Porto: CITCEM, 2018.

BRADBURY, Jim, *The Medieval Siege*, Woodbridge: The Boydell Press, 1998.

BRAUER, Jurgen; TUYLL, Hubert Van, *Castles Battles and Bombs. How economics explains military history*, Chicago; University of Chicago Press, 2008.

CARDOSO, Elise, *A Logística Militar na Crónística Portuguesa de Quatrocentos*, Tese de Mestrado em História Militar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/29900>

COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

CONTAMINE, Phillipe, *War in the Middle Ages*, Nova Iorque: Barnes & Noble, Inc., 1998.

CORREIA, Luís Miguel Vasconcelos, *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitetónico 1509-1949*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

CUELLO, Antonio Malpica, *Los Castillos en Al-Andalus y la Organización del Territorio*, Cáceres: Universidad de Extremadura, 2003.

FERREIRA, Leandro, *De homens-comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2015.

GARCÍA FITZ, Francisco; MONTEIRO, João (dir.), *War in The Iberian Peninsula*, Nova Iorque: Routledge, 2018.

GARRETT, Christopher, *Medieval Siege Warfare*, Oxford: Osprey, 1990

HOWARD, Michael (ed.), *Clausewitz*, Paris, 1987.

JONES, Michael (ed.), *The New Cambridge Medieval History - Vol. VI c.1300-c.1415*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KENNEDY, Hugh, *Crusader Castles*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LAURITSEN, Leif Plith, «The Aftermath of a Siege. The Castle and its Surroundings after a siege» in *Castles at War*, [s.l]: The Danish Castle Research Association, 2013, pp. 173-187.

LEWIS, Taylor L., «The Evolution of Military Systems during the Hundred Years War», in *McNair Scholars Journal*, Vol. 19, [s.e], Michigan, 2015.

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques, SERRÃO, Joel, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1997.

MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses*, vol.1, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp.156-170.

MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia, «The Medieval Military History», *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Lisboa: IEM, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes, *A Arte da Guerra em Portugal. 1245-1367*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MARTINS, Miguel Gomes, *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*, Lisboa: Prefácio, 2005.

MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, A Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes, *Lisboa e a Guerra, 1367-1411*, [s.l.]: Livros Horizonte, 2001.

MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra: Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2019.

MATTOSO, José, *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*, Lisboa: Círculo Leitores, 2009.

McNEILL, William, *The Pursuit of Power-Technology, Armed Force and Society since A. D. 1000*, Chicago: University of Chicago Press, 1982.

MONTEIRO, Helena, *A Estrada da Beira: Reconstituição de um traçado medieval*, Repositório da Universidade Nova, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/8340>

MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa: Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia, «De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449). Os Desafios da Maturidade», in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

MONTEIRO, João Gouveia, «Reflexão crítica sobre as origens históricas do Exército Português», in *Revista Militar* n.º 2596, Lisboa: [s.e], 2018.

MONTEIRO, João Gouveia; MARTINS, Miguel Gomes, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, Coimbra: Palimage, 2010.

MORENO, Humberto Baquero, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*, Lisboa: Editorial Presença, 1986.

NEWITT, Malyn, *A History of Portuguese Overseas Expansion 1400-1668*, Nova Iorque: Routledge, 2005

NICOLLE, David, *Medieval Siege Weapons – Western Europe AD 585-1385*, Oxford: Osprey, 2002.

NICOLLE, David, *Crusader Castles in the Holy Land 1192-1302*, Oxford: Osprey, 2005.

PEREIRA, Joel Avelino Ribeiro, *Os Mercenários nas Guerras Fernandinas e nas Guerras da Independência (1367-1411)*, Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2020.

O'CONNELL, *Of Arms and Men. A History of war, weapons and oppression*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa: Editorial Presença, 1946.

RUSSELL, Peter E., *The English Intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford: Clarendon Press, 1955.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, «A História Militar e a Historiografia Contemporânea», in *Actas do I Colóquio: Para uma Visão Global da História Militar*, Lisboa: 1990, pp. 189-205.

TONIO, Andrade, *The Gunpowder Age: China, Military Innovation, and the Rise of the West in World History*, Princeton University Press, [s.l.], 2016.